

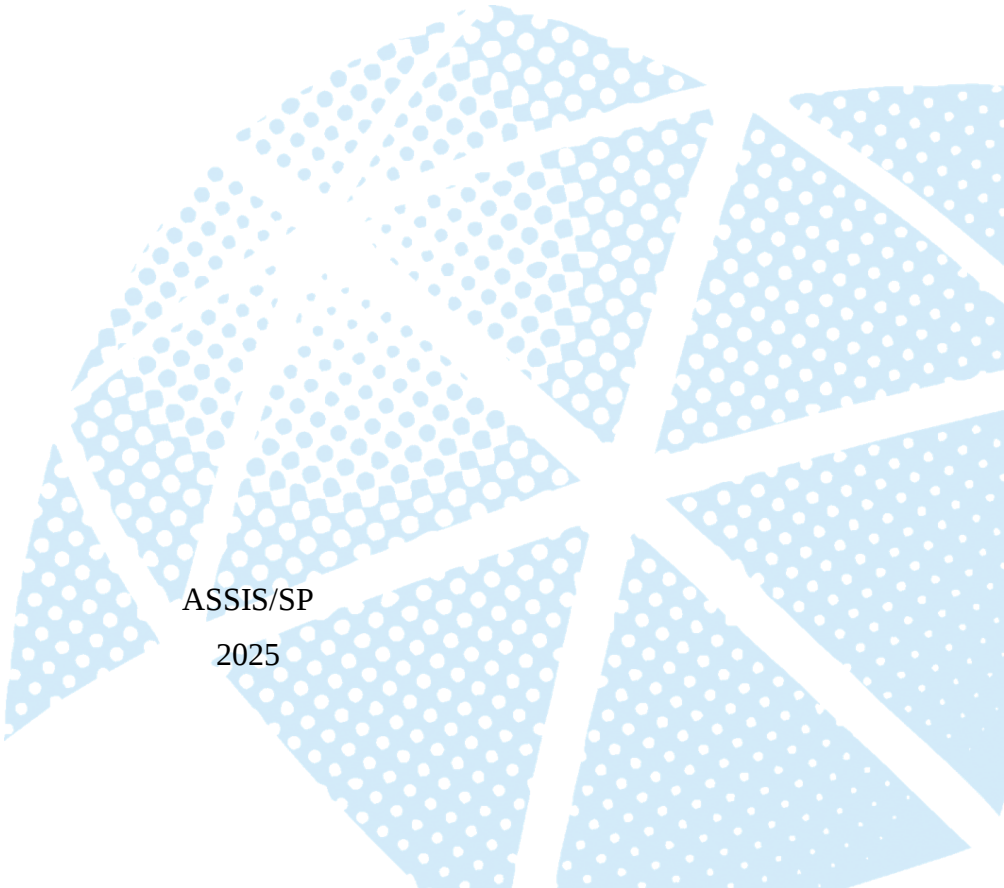
**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – CAMPUS DE ASSIS**

GABRIELA EMERY SACHSE DO CARMO

**COLETIVOS DE CULTURA NA CONTEMPORANEIDADE:
Trajetórias de enfrentamento ao conservadorismo, microfascismo e capitalismo**

ASSIS/SP

2025



GABRIELA EMERY SACHSE DO CARMO

**COLETIVOS DE CULTURA NA CONTEMPORANEIDADE:
Trajetórias de enfrentamento ao conservadorismo, microfascismo e capitalismo**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para obtenção do título de doutora em Psicologia (Área de Concentração: Psicologia e Sociedade).

Orientador: Prof. Dr. José Sterza Justo

Coorientador: Prof. Dr. Mario Fernando Bolognesi

ASSIS/SP

2025

C287c	Carmo, Gabriela Emery Sachse do Coletivos de cultura na contemporaneidade: : Trajetórias de enfrentamento ao conservadorismo, microfascismo e capitalismo / Gabriela Emery Sachse do Carmo. -- Assis, 2025 113 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis Orientador: José Sterza Justo Coorientador: Mario Fernando Bolognesi 1. Coletivos de Cultura. 2. Políticas Culturais. 3. Esquizaanálise. 4. Galpão Cultural de Assis. I. Título.
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE GABRIELA EMERY SACHSE DO CARMO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.

Aos 26 dias do mês de novembro do ano de 2024, às 14:00 horas, no(a) Sala de Defesas da Pós-graduação e sala virtual: meet.google.com/shv-iupp-ptg, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de GABRIELA EMERY SACHSE DO CARMO, intitulada **COLETIVOS DE CULTURA NA CONTEMPORANEIDADE: Trajetórias de enfrentamento ao conservadorismo, microfascismo e capitalismo**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. JOSÉ STERZA JUSTO (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) UNESP/FCL - Assis, Prof. Dr. RAFAEL SIQUEIRA DE GUIMARÃES (Participação Virtual) do(a) UNESP/FCL - Assis, Prof. Dr. FERNANDO LUIZ ZANETTI (Participação Virtual) do(a) Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Profa. Dra. TALITA MACHADO VIEIRA (Participação Virtual) do(a) Universidade Estadual de Maringá (UEM), Profa. Dra. CAROLINA VILLANOVA HEGUEDUSCH (Participação Presencial) do(a) Assis/SP. Após a exposição pela doutoranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: Aprovada. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. JOSÉ STERZA JUSTO

**COLETIVOS DE CULTURA NA CONTEMPORANEIDADE:
Trajetórias de enfrentamento ao conservadorismo, microfascismo e capitalismo**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para obtenção do título de doutora em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia e Sociedade

Data da defesa: 26/11/2024

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Sterza Justo
UNESP – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Assis

Prof. Dr. Fernando Luiz Zanetti
UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof. Dr. Rafael Siqueira de Guimarães
UNESP – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Assis

Profa. Dra. Talita Machado Vieira
UEM – Universidade Estadual de Maringá

Dra. Carolina Villanova Heguedusch

Dedico este trabalho à minha filha, Mariana, e ao meu
companheiro, Mateus.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que fizeram parte desta caminhada de pesquisa. Agradeço aos coletivos e artistas do Ponto de Cultura Galpão Cultural de Assis, especialmente as companheiras e companheiros dos coletivos CIRCUS e FLiA.

Agradeço a todas as professoras e professores que contribuíram com a minha formação acadêmica, em especial ao meu orientador professor José Sterza Justo.

Agradeço imensamente o apoio e o carinho da minha família.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

Modos de agrupamento têm surgido na contemporaneidade, trazendo consigo novas práticas. Os chamados coletivos são experiências grupais que compõem o campo dos associativismos civis, juntamente a outras formações mais tradicionais, tais como sindicatos, movimentos sociais clássicos e organizações não governamentais (ONGs). Com atuações diversificadas e processos de articulação autogestionáveis e horizontais, introduzem novas performances e modos de mobilização, organização e ação. O presente trabalho irá focar os coletivos que atuam em torno das produções artístico-culturais e que a partir de intervenções em espaços variados propõem questionamentos acerca de padrões hegemônicos e códigos preestabelecidos na sociedade. Diante disso, a questão condutora deste estudo reside em investigar de que maneira tais formações enfrentam o neoconservadorismo e os microfascismos que ressurgiram na arena política e elegem como seus alvos principais a educação, a arte e a cultura e, em diálogo com o referencial da esquizoanálise, como suas práticas podem agenciar linhas de fuga e singularização ante as forças que operam o poder capitalista. A experiência de pesquisa se deu, sobretudo, por meio do acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos coletivos que ocupam um espaço de cultura na cidade de Assis, região do oeste do estado de São Paulo, chamado Galpão Cultural. A imersão nesse ambiente permitiu realizar uma pesquisa-intervenção, a partir do método cartográfico.

Palavras-chave: Coletivos de Cultura; Políticas Culturais; Esquizoanálise; Galpão Cultural de Assis.

ABSTRACT

Modes of grouping have emerged in contemporary society, bringing with them new practices. The collectives are group experiences that make up the field of civil associationism, alongside more traditional formations such as unions, classic social movements, and Non-Governmental Organizations (NGOs). With diverse actions and self-managed, horizontal processes of articulation, they introduce new performances, modes of mobilization, organization. This work will focus on the collectives that operate around artistic and cultural productions and propose questions regarding hegemonic standards and established codes in society through interventions in various spaces. In this context, the guiding question of this research lies in investigating how these formations confront neoconservatism and the microfascisms that have resurfaced in the political arena, targeting education, art, and culture as their main objectives; furthermore, in dialogue with the framework of schizoanalysis, how can their practices mobilize lines of flight and singularization in the face of forces operating capitalist power. This research experience has primarily involved following the activities of the collectives that occupy a cultural space in the city of Assis, in the western region of São Paulo, called Galpão Cultural. Immersion in this space allowed to conduct an intervention-research based on the cartographic method.

Keywords: Cultural Collectives; Cultural Policies; Schizoanalysis; Galpão Cultural de Assis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Evento realizado pelo Coletivo Espontaneísta em 2015.....	11
Figura 2	Matéria publicada no <i>Jornal de Assis</i> – Ponto de Cultura.....	44
Figura 3	Fachada do Ponto de Cultura Galpão Cultural de Assis.....	46
Figura 4	Matéria sobre cursinho pré-vestibular realizado pelo coletivo Zimbauê.....	52
Figura 5	Roda de conversa sobre saúde mental nas escolas.....	59
Figura 6	Artigo publicado no <i>Jornal de Assis</i> sobre economia solidária.....	64
Figura 7	Agenda do coletivo Circus com indicação do Fórum do Galpão Cultural.....	65
Figura 8	Cartaz de divulgação do lançamento do Fórum Aberto de Cultura Assisense.	73
Figura 9	Cartaz com reivindicações do Fórum Aberto de Cultura Assisense.....	74

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO – INÍCIO DA CAMINHADA.....	10
2	AÇÕES COLETIVAS NO CONTEMPORÂNEO.....	14
2.1	COLETIVOS DE CULTURA.....	19
3	PERCURSOS HISTÓRICOS DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL.....	23
4	CAMINHOS CARTOGRÁFICOS.....	30
5	CONFECCIONANDO MAPAS.....	35
5.1	MAPEANDO O HISTÓRICO DAS AÇÕES CULTURAIS EM ASSIS....	35
5.2	MAPEANDO A TRAJETÓRIA DO GALPÃO CULTURAL: UM “COLETIVO DE COLETIVOS”	41
5.3	MAPEANDO AS MULTIESPACIALIDADES.....	46
5.3.1	Espaços de criação e formação.....	49
5.3.2	Espaços de debate e reflexão.....	53
5.3.2.1	<i>Ciclo de Ágoras.....</i>	<i>54</i>
5.3.2.2	<i>Roda de Saberes.....</i>	<i>56</i>
5.3.2.3	<i>Encontro Saúde Mental.....</i>	<i>58</i>
5.3.3	Espaços de encontros.....	59
5.3.4	Espaços de articulação e mobilização.....	62
5.3.4.1	<i>Fórum Assisense de Economia Solidária (FAES).....</i>	<i>63</i>
5.3.4.2	<i>Fórum do Galpão Cultural.....</i>	<i>65</i>
5.3.4.3	<i>Fórum de Emergência Cultural do Interior Profundo e Fórum Aberto de Cultura de Assis (FACA).....</i>	<i>70</i>
5.3.4.4	<i>O episódio em que Secretaria Municipal de Cultura transferiu o recurso do Carnaval para a Santa Casa de Jaú.....</i>	<i>74</i>
5.3.5	Espaços de trabalho.....	76
6	CONCLUSÃO – COLETIVOS DE CULTURA: ESPAÇOS DE ENFRENTAMENTOS.....	80
	REFERÊNCIAS.....	86
	ANEXO 1 – REDES SOCIAIS.....	92
	ANEXO 2 – DIÁRIO DE BORDO.....	95
	ANEXO 3 – CARTAS.....	107

1 INTRODUÇÃO - INÍCIO DA CAMINHADA

Para escrever esta cartografia, resolvi voltar ao início da experiência junto aos coletivos, retornar ao ponto de partida, o lugar onde começou essa trajetória. Foram várias entradas ao longo do percurso, e uma delas ocorreu em 2013, quando cursava o segundo ano de psicologia. Naquele momento, buscava me envolver com os acontecimentos e eventos ligados ao meio universitário e passei a integrar o Coletivo Espontaneísta. Formado por estudantes de diferentes cursos (psicologia, história, letras e biologia), tinha o objetivo de promover manifestações e intervenções artísticas, com a realização de apresentações de teatro, dança e música, projeções de filmes, exposições e oficinas no espaço da universidade. As atividades povoavam o *campus* durante uma semana inteira, a “Semana de Liberdade Criativa”, na qual fomentavam-se a participação e a experimentação artísticas de alunos, professores, funcionários e comunidade externa.

Conforme relatado no trabalho de mestrado (Carmo, 2019), o Coletivo Espontaneísta surgiu em 2007 para enfrentar as políticas restritivas que estavam sendo implementadas no *campus* naquele ano. Diferentemente de outras grupaldades que também atuam nos espaços universitários, com vínculos institucionais consolidados, como diretórios e centros acadêmicos, o coletivo trazia como proposta uma atuação mais fluida e autônoma. Essas são características de um coletivo que a cada ano se transformava, em sua forma de organização e em sua própria composição, a partir de uma funcionalidade dinâmica e participações passageiras, e que mantinha, de forma radical, relações horizontalizadas em que o poder circulava e não produzia hierarquizações. Tratava-se de uma grupaldade que evitava estabelecer relações com espaços institucionais e burocratizados, ainda que seu lugar de atuação fosse a própria instituição universitária.

Fazendo jus ao nome, sob seu horizonte o coletivo mantinha uma perspectiva de espontaneidade. Durante os quatro em que pude acompanhar sua atuação, ganhou relevo a grande aposta na força coletiva e no entendimento de que, se fosse para fazer junto, tudo e qualquer coisa seria possível. É o que nos remete a Figura 1, que ilustra o gesto ocorrido durante a Semana de Liberdade Criativa em que, em algum pedaço de concreto, foi escrita com tinta a seguinte frase do compositor Vinicius de Moraes: “[...] É melhor se sofrer junto do que viver feliz sozinho”.

Figura 1 – Evento realizado pelo Coletivo Espontaneísta em 2015



Fonte: Coletivo Espontaneísta, 2015.

Em 2016, a pauta sobre restrição ao espaço público voltou à tona no interior do coletivo quando a Diretoria da Faculdade implementou a Portaria FCL nº 140-D, de 1º de novembro de 2016, que “dispõe sobre normas para o acesso, cessão e utilização das dependências da FCL – Assis” (UNESP, 2016). O documento previa medidas que delimitavam o uso do espaço da faculdade, como estabelecimento de horários para acesso ao *campus*, mediante a apresentação de Registro de Aluno (RA), e uso restrito à comunidade interna e exclusão do acesso à comunidade externa durante o recesso escolar. O coletivo reconheceu tais procedimentos como elitistas e segregacionistas, além de serem vistos como uma ameaça à existência da Semana de Liberdade Criativa.

As normas que atualmente restringem o acesso ao espaço público em nossa universidade têm acarretado em consequências negativas que atingem funcionários, estudantes e, também, a comunidade externa. Tais medidas afetam diretamente o público externo, pois este acaba por ser privado do uso de um espaço que deveria lhe ser devido, de maneira a contemplar a ideia de uma universidade pública cada vez mais elitista e segregacionista. [...] Com as normas restritivas sendo seguidas rigorosamente por parte da atual gestão, diversos encontros promovidos na universidade estão sendo reduzidos e descaracterizados, como é o caso da Semana de Liberdade Criativa. (Facebook, 2016)

O debate promovido pelo Coletivo Espontaneísta acerca da restrição do espaço à universidade acabou trazendo a discussão sobre os conflitos que ocorriam na política nacional. Naquele momento, o Brasil passava por uma crise institucional motivada pelo golpe sofrido pela presidente Dilma Rousseff, em 2016. Além disso, desde as eleições de 2014, o país lidava com uma polarização política, que foi intensificada nos anos seguintes e que ainda

se mantém.

E por que o coletivo que organiza a Semana de Liberdade Criativa está falando sobre o Golpe e sobre a restrição social (de classe) à Universidade? Além da restrição do acesso à Universidade, como espaço para a produção de conhecimento; estamos vivendo de forma intensificada, este ano, a restrição do acesso à Universidade, como Espaço Público. E o Golpe, o que tem a ver com isso? As medidas impopulares e não-democráticas do desgoverno Temer vêm ratificando a lógica do: quem deve pagar a conta é o pobre. As medidas de restrição ao Espaço Público da FCL-Assis, corroboram com esta lógica, pois é o pobre [...] que agora também não poderá mais frequentar o Espaço Público. Além disso, essas medidas restritivas também são impopulares e não-democráticas, visto que foram aplicadas de maneira impositiva sem antes ter havido discussões com toda a comunidade. (Facebook, 2016)

Todo esse cenário foi se apresentando com uma atmosfera que convencionou-se chamar “tempos sombrios”. Ressoando as manifestações de repúdio dos movimentos sociais, dentre eles os ligados à cultura e às universidades, o Coletivo Espontaneísta não deixou de expressar indignação com as medidas adotadas pelo então presidente da República Michel Temer após o Golpe de 2016, apontando para o impacto delas à classe trabalhadora do país e indicando o quanto aprofundariam ainda mais as desigualdades sociais. A Proposta de Emenda à Constituição nº 241 (2016), que prevê um teto de gastos com educação e saúde, por vinte anos, e a reforma trabalhista (2017), flexibilizando os direitos de trabalhadoras/es, votadas durante a gestão de Temer, apontavam para um retrocesso histórico.

Em meio a essa derrocada, em 2018 foi eleito para a Presidência da República o até então pouco conhecido Jair Bolsonaro, uma figura populista que exalta os “bons costumes” e tem como frase de efeito “Deus, pátria e família”. Enquanto Michel Temer, seu antecessor e vice de Dilma Rousseff, atuou em reformas institucionais, tomando uma série de medidas impopulares e retirando direitos trabalhistas, o governo bolsonarista mirou o campo simbólico. Ele criou um campo de batalha, no qual o debate entre esquerda e direita se deslocou para uma disputa entre o bem e o mal. O governo trazia como dinâmica o caos para o ciclo social, fazendo-se necessário uma postura de oposição, de modo que o/a estudante universitário/a de esquerda chegou a antagonizar com quem não acessou com profundidade os debates, mas que se identificava com facilidade com as representações trazidas na figura do “homem de bem”.

A Semana de Liberdade Criativa, tal como ocorria no espaço da universidade, teve seu fim em 2016. Com a restrição de acesso implementado no *campus*, o Coletivo Espontaneísta se viu sufocado. No entanto, em 2017 tomou fôlego e encontrou seu recomeço na parceria com o Galpão Cultural. Entre resistir e existir, reinventou-se em outros espaços e

seguir buscando manter a “potência criativa e a autonomia” que encontrava ao realizar aquele evento.

Esse ano não temos o apoio institucional, e isso ao invés de nos fazer desistir veio a fortalecer, nos arriscamos a ocupar outro espaço que por si só já é palco e memória de luta: o galpão cultural. Isso significa que mesmo que tentem nos matar resistimos e nos fortalecemos ainda mais. Vai ter transcendência sim! Vai ter oficinas, vai ter dança, música, poesia e pintura, SIM! (Facebook, 2017)

Assim como outros integrantes que finalizaram suas participações junto ao Coletivo Espontaneísta, ao qual se agregaram novas participações, nesta paragem, minha experiência com coletivos também ganhou novos caminhos. Motivada a investigar e problematizar sua atuação em espaços urbanos, em 2017 foi realizada uma pesquisa de mestrado, tendo como principal referência o Circuito de Interação de Redes Sociais (Circus), um coletivo formado em 2002 com longo histórico de atuação na cidade e no campo cultural. Minha aproximação com o Circus levou à interação com uma rede ampla de formações coletivas – coletivos literários, teatrais, circenses, ligados à saúde mental, à economia solidária e aos movimentos sociais de cultura, saúde e educação. Todo esse contexto habitava um território, o Galpão Cultural, já mencionado, localizado na região central da cidade de Assis, interior do estado de São Paulo. Foi nesse espaço que se deu minha entrada seguinte, e por esse território, aberto e acessível, o qual recebeu também o Coletivo Espontaneísta, que compõe-se na multiterritorialidade de outras coletividades, que nossa trajetória irá seguir.

A presente pesquisa busca investigar a atuação dos chamados coletivos, como grupalização que apresenta-se na contemporaneidade de maneira diversa a formas de associativismos civis mais tradicionais, como os movimentos sociais clássicos, sindicatos, partidos políticos e outros. Interessa compreender sobre seus modos de funcionamento e dinâmicas internas. Além disso, tem o objetivo de questionar como as formações coletivas enfrentam as problemáticas contemporâneas trazidas pelo neoconservadorismo e os microfascismos que ressurgiram na arena política. Seriam tais formações capazes de romper com estruturas hegemônicas que estão infiltradas nas instituições e nos modos de subjetivação? Será que suas práticas podem agenciar linhas de fuga ante as forças que operam o sistema capitalista?

2 AÇÕES COLETIVAS NO CONTEMPORÂNEO

As noções de grupo, massa, movimentos sociais, comunidade, tribos, multidões, coletivos, redes sociais, confrarias, “times”, equipes e tantas outras não se referem aos mesmos fenômenos de ajuntamento ou de associação humana. O fenômeno geral da associatividade humana se configura de variadas formas em tempos e lugares distintos, a saber, é um fenômeno histórico. Diferentes disciplinas, teorias e autores surgem, igualmente em tempos e lugares determinados, e vão produzindo denominações e explicações específicas. Nas sociedades contemporâneas, há um movimento em direção às formas sociais mais fluidas e comunitárias, as quais Michel Maffesoli (1998) chamou de “tribos”, as quais seriam caracterizadas por uma solidariedade mais emocional do que racional, formando comunidades emocionais. Tais comunidades são motivadas pela busca de conexões orientadas pelo sentimento de “estar junto”. É a dimensão afetiva que está na base das formações coletivas contemporâneas e que também observamos nos coletivos em que atuamos.

O ciclo de protestos que ocorreu no Brasil entre 2010 e 2016 significou foi um momento de emergência de diferentes experiências organizacionais e de mobilização. Essas experiências trouxeram consigo “novas estratégias, performances, repertórios e novos significados ao debate político, [...] como crítica à política tradicional” (Marques; Marxs, 2020, p. 9). São os chamados coletivos que, segundo Maria da Glória Gohn (2022), se expandiram nesse período, tanto no campo progressista como no conservador. Para a autora, representam uma nova forma de ativismo social e político, pois, apesar de não serem uma novidade propriamente dita, trazem novas experiências de organização, novos modos de mobilização e performances, assim como a inclusão de uma nova discursividade (Gohn; Penteado; Marques, 2020).

De acordo com Gohn (2022), a novidade dos coletivos estaria em sua proliferação na cena pública. Ainda que os coletivos não sejam uma novidade histórica, considerando que formações semelhantes já foram identificadas em outros momentos, significam uma “reconfiguração do ativismo urbano, com novas formas de engajamento e construção de ações coletivas” (Gohn, 2022, p. 10). Assim como Marques e Marxs (2020), adotaremos o termo “coletivos contemporâneos” no intuito de diferenciá-los de outros momentos históricos em que grupos já se autodenominavam ou eram nomeados como coletivos.

Os dados de pesquisa obtidos até o momento têm indicado que se trata de uma experiência que encontra suas primeiras emergências já com o movimento

modernista, passando por novas configurações relacionais nos anos 1960-1970 (contexto de ditadura militar), depois nos anos 1980-1990, em um novo contexto estratégico-relacional (redemocratização e novas experiências institucionais participativas) e nos anos 2000, com as novas políticas públicas culturais implementadas ao longo do governo petista, sobretudo entre os anos de 2002 a 2010 (Cf. Pirez, 2017; Paim, 2009; Rezende; Scovino, 2010; Rosas, 2005) (Marques; Marx, 2020, p. 10).

Santos (2022) enfatiza que características presentes nos movimentos de maio de 1968, assim como articulações coletivas de outros períodos, se manifestam nas ações coletivas atuais, em suas práticas organizacionais, na ideia de autonomia, na não vinculação partidária e na horizontalidade. Com base na categoria de experiência trazida por Thompson e na ideia de autonomia em diferentes correntes teóricas, considera que os movimentos e ações coletivas carregam consigo “heranças do passado”, as quais são transformadas ao longo do tempo e são lançadas de acordo com o contexto.

O “novo” ou “novíssimo”, como categoria analítica ou noção que marca o entendimento das ações populares, nascente em determinada conjuntura social, econômica e política, na verdade herda toda a produção humana anterior, incluindo suas formas de organização e de lutas (Santos, 2022, p. 28).

Os coletivos são uma categoria que compõe o campo das ações coletivas ou associativismos civis, juntamente a outras formações mais tradicionais, como movimentos sociais de massa, organizações não governamentais, organizações civis, sindicatos e outros. No entanto, conforme apontam Marques e Marx (2020, p. 13), apresentam novas formas de mobilização, organização e de ação, manifestando características próprias.

Diferentemente de outras formas de organização e de ativismo, como setoriais partidárias, organizações de movimentos sociais, ONG’s, sindicatos etc., os coletivos não apresentam, comumente, divisão interna entre secretariados, assessorias e lideranças, caracterizando-se, assim, por uma menor divisão interna do trabalho e um menor nível de formalidade.

Com relação a uma agenda política formal, Lima (2018) aponta que para os movimentos sociais tradicionais esta se apresenta como fundamental, bem como o estabelecimento de um grau de “institucionalização” e a definição de funções internas. Já os coletivos se caracterizam por não disporem de uma agenda política, por sua atuação atomizada e pelo caráter mais fluido de suas relações. Eles promovem auto-organização de suas ações e, diferentemente das formas associativas clássicas – que apresentam uma base social coesa –, mantêm uma relação flutuante e se estruturam “por meio de ‘apoiaadores’ que podem estar mais ou menos próximos em determinados contextos de mobilização e ação dos

coletivos” (Gohn, 2019, p. 13).

Em outros trabalhos, Maia (2013) e Lima (2018) (Marques; Marxs, 2020, p. 13), discutem que há um esforço dos coletivos para a “construção cotidiana de uma lógica organizacional e de socialização baseada no compartilhamento de ideias entre os ativistas, nos laços afetivos, no trabalho colaborativo, no princípio da autonomia da ação, na recusa da ideia de representação formal e de delegação”. Entretanto, ainda que os coletivos façam uma tentativa de romper com certas lógicas, as quais estão incutidas nos formatos organizacionais tradicionais, podem também estabelecer diálogo com elas.

A despeito de uma noção geral acerca dos coletivos contemporâneos, Gohn (2019) atenta para o fato de que são agrupamentos heterogêneos, apresentando-se sob múltiplas e fragmentadas orientações e ideologias, tornando difícil seu enquadramento em uma única definição. Foi o que pudemos observar no coletivo Circus, que “surge como um agrupamento informal de amigos interessados em arte circense, se formaliza como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP e passa a diversificar suas atividades” (Carmo, 2019, p. 72). Esse coletivo tem um grau de institucionalização e, portanto, lida com processos burocráticos, porém mantém uma organização interna descentralizada, flexível e fluida. Dessa maneira, expressa semelhanças e diferenças com relação a outros, como, por exemplo, o Coletivo Espontaneísta, que evita qualquer tipo de relação burocrática, não possui nenhuma formalização e constitui-se também em formações fluidas, com vinculações passageiras e relações horizontalizadas.

Para nós, coletivo é um agrupamento sociopolítico e cultural articulado por um conjunto de ideias e valores, com identidades fragmentárias, pautas e agendas diversificadas, formas de expressão e repertórios diferenciados, práticas organizacionais descentralizadas e muitas vezes tendo a horizontalidade como meta. Mas como são heterogêneos, não há também homogeneidade em suas características, eles podem ter transversalidades e combinarem, por exemplo, horizontalidade com a verticalização em algumas ocasiões; podem mudar o alvo de suas ações e demandas periodicamente, utilizam intensamente as formas de comunicação e participação social on-line (Gohn, 2019, p. 5).

As novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) parecem atravessar todas as formas de atuação coletiva na contemporaneidade, representando a inserção de um novo repertório às estruturas de mobilização, conforme observou Gohn (2021). As tecnologias digitais oferecem a possibilidade de disseminação de informações em tempo real, o que permite a experimentação com novas formas de protesto. Aliadas a elas está o fenômeno das redes. Manuel Castells (2013) analisa que elas se dão de maneira multimodal, ou seja, trata-se

de redes virtuais que podem gerar conexões, formando redes *off-line* e que, por sua vez, podem gerar novas redes *on-line*, movimentando outros circuitos, expandindo e integrando outras. Como característica das mobilizações coletivas, o autor considera que “por serem uma rede de redes, eles podem dar-se ao luxo de não terem um centro identificável” (Castells, 2013, p. 129), no entanto ainda podem apresentar múltiplos núcleos que operam com funções de coordenação. A partir desse modo de organização, não prescindem de lideranças ou uma organização verticalizada. Para Castells (2013), as formações em redes se devem à busca de um espaço de autonomia em relação às instituições da sociedade que, por sua vez, se dá tanto integrado à internet como formato presencial. Assim, as redes formadas no espaço físico e no espaço virtual agregam coletivos, ainda que com propósitos diversificados, que veem de maneira potente certa articulação.

Conforme realçam Marques e Marx (2020), a literatura sobre os coletivos encontra-se em construção. Há discussões que versam o tema dos coletivos com a juventude (Maia, 2013; Borelli; Aboboreira, 2011; Gohn, 2014; 2019), outras debatem a crise de representatividade nos movimentos estudantis e juventude (Mesquita, 2008), e há, ainda, autores que relacionam os coletivos com o advento das manifestações de 2013 (Lima; Schimitz, 2017; Andrade, 2017; Lima, 2018). Diante dos apontamentos propostos pelos autores, podemos afirmar que trata-se de formações complexas, pois são movimentos que adotam modos de atuação diversificados e mutáveis. Além disso, embora questionem as formações associativas tradicionais, podem ser gerados no interior delas ou estarem em constante diálogo com elas. Nosso esforço será contribuir com as discussões acerca do tema, a partir do campo da psicologia, tendo como foco os coletivos ligados às produções artístico-culturais. Com base na perspectiva teórico-metodológica da esquizoanálise, o presente trabalho propõe investigar como os coletivos contemporâneos operam e de que maneira podem contribuir para processos de singularização e transformação social.

Nesse sentido, Deleuze e Guattari (1995) colaboram com reflexões para pensar a atuação dos coletivos. Ao observarem os movimentos sociais e culturais de sua época, os autores identificaram práticas e expressões que escapavam às categorias tradicionais de análise política. Nesse período, em Paris, ocorria uma avalanche de manifestações sociais que ficou conhecida como maio de 1968. Diferentemente dos movimentos sociais clássicos, que traziam reivindicações bem definidas, direcionadas ao aumento salarial e às condições de trabalho, por exemplo, eles perceberam que novas pautas estavam sendo incluídas, inaugurando uma nova narrativa que propunha a “busca por um outro mundo”. Frases escritas

em cartazes e muros da cidade expressavam a atmosfera e o clima das manifestações da época. “Parem o mundo, eu quero descer”; “É proibido proibir”; “Abram as janelas do seu coração”; “Sejam realistas, exijam o impossível”.

No Brasil, houve também nesse período uma série de acontecimentos marcantes, como a formação de guerrilheiros contra a ditadura militar e o Tropicalismo influenciando a música, bem como o Cinema Novo de Glauber Rocha. Todo esse contexto inspirou a criação da esquizoanálise, cujo objetivo é mapear os fluxos desejantes e as máquinas sociais que os produzem. Ela oferece ferramentas teóricas para analisar tanto a repressão quanto a expressão do desejo que permeiam as estruturas de poder. Deleuze e Guattari (1995) consideram que múltiplas e pequenas revoluções estavam acontecendo em diferentes contextos como resistência à produção de subjetividade hegemônica. Estavam em curso outros circuitos desejantes e a instituição de práticas, com uma narrativa diferente das manifestações dos movimentos tradicionais, como sindicatos e partidos políticos. Guattari (1985) chamou esses acontecimentos de revolução molecular.

As revoluções moleculares funcionam como máquinas capazes de produzir linhas de fuga, agenciando práticas instituintes e processos de singularização (Hur, 2019). Como resistência às normas estabelecidas, elas acontecem como “processos de diferenciação permanente” (Rolnik; Guattari, 1996 p. 45) em relação à subjetividade dominante, buscando produzir modos de singularização que, por sua vez, só são possíveis a partir da construção da autonomia. Dessa maneira, as formações coletivas, as quais estamos considerando analisar no presente trabalho, podem operar como máquinas que, por meio de táticas, enfatizam a experimentação, a flexibilidade e a inventividade e criam espaços de autonomia. Ao ser capaz de automodelar-se, de construir-se no mundo a partir de suas próprias referências, a singularização emerge como movimento de criação, rompendo com identidades fixas e favorecendo formas de existência mais fluidas e mutáveis (Rolnik; Guattari, 1996). As revoluções moleculares exercem uma força vetorial contrária às linhas hegemônicas. São manifestações comprometidas com a potência, e não com o poder, com processos de composição dos corpos e afirmação da existência, ao passo que o poder opera pela decomposição e subtração.

Linhas de fuga constituem trajetórias de desterritorialização, ou seja, processos pelos quais indivíduos e coletivos se desprendem de códigos, normas e estruturas restritivas para criar modos alternativos de organização social e cultural. Ao fazê-lo, tais linhas não apenas contestam as formas existentes de poder, mas também geram espaços de

experimentação em que novas realidades podem ser inventadas e vividas. Nesse sentido, Hur (2019, p. 270) discute:

Por atualizar outras configurações de forças, possui conformação totalmente diversa do Estado e movimenta-se de forma distinta a da axiomática do capital; é uma máquina abstrata que perpetra movimentos disruptivos de fuga e singularização e que se concretiza nas mais diferentes instâncias, como na etnologia, nas ciências, na mitologia etc.

Hur (2019, p. 270) aponta que formações coletivas que não mantêm relação com o Estado muitas vezes são consideradas organizações “incipientes e [dotadas] de mecanismos primitivos de gestão”. No entanto, o autor rebate essa ideia, tendo em vista que a ausência de Estado não significa ter uma constituição limitada; ao contrário, esta pode representar uma forma de “sofisticação social”, pois, ao apostar em outras possibilidades de organização, se deparam com outro diagrama de força, diferente do diagrama hegemônico.

2.1 COLETIVOS DE CULTURA

Com base nas discussões propostas acima, compreendemos que os coletivos contemporâneos são um tipo de agrupamento que pode ser caracterizado por atuações descentralizadas, fluidas e autônomas. Compartilham tarefas, apostando em um formato horizontal e práticas desburocratizadas. Seu caráter é efêmero, mas podem estabelecer-se por um período maior de tempo, a depender dos propósitos e projetos deles. Promovem ocupações em espaços variados para desenvolver suas atividades, como praças, universidades, escolas e as redes sociais, e constituem-se como formações que diferem dos associativismos civis clássicos, embora sejam fruto destes.

Ao voltarmos o olhar para os coletivos ligados à ação cultural, outras linhas de análises são ressaltadas, acrescentando novas problemáticas e conceitos às discussões. Rosas (2005), Lima (2015) e Paim (2004, 2009) enfatizam o caráter insurgente dos coletivos culturais. Para os autores, apresentam-se como intervenções urbanas e manifestações poéticas em diferentes espaços, buscando provocar questionamentos a partir de suas ações, fomentando o diálogo acerca de temas que atravessam a sociedade. Para Rosas (2005, p. 1), oferecem “o que faltava na dita ‘arte pública’, ou seja, espontaneidade, diálogo com o local, quebra do protocolo “sério” da arte convencional, participação do público, temporalidade volátil, ênfase nas sensações e interpretação e não na ‘monumentalidade’”.

Juntando preocupação estética com pautas sociais, os coletivos são movidos pelo

interesse em questionar os parâmetros estabelecidos na vida pública. Nesse sentido, Lima (2015) aponta que eles surgem como resposta aos problemas que emergem da cidade, se revelando como uma espécie de espelho da experiência cidadina. Promovem iniciativas que reconfiguram e ressignificam os espaços urbanos, incluindo modos alternativos de apropriação e utilização. Em consonância a essa ideia, Paim (2009) destaca que são experiências que atuam fora dos locais consagrados da arte institucionalizada, com o potencial de ativar os espaços, tornando-os territórios vivenciados. A partir de sua experiência com as artes plásticas, a autora conceitua os coletivos da seguinte forma:

Grupos de artistas que atuam de forma conjunta. Não hierárquicos, com criação coletiva de proposições artísticas ou não. Buscam realizar seus projetos pela união de esforços e compartilhamento de decisões. São flexíveis e ágeis e com capacidade de improvisação frente a desafios. Desburocratizados, respondem com presteza às pressões que encontram. Desenvolvem ação e colaboração criativa. Apresentam rarefação da noção de autoria e uma relação dialética entre indivíduo e coletividade. Buscam atuar fora dos espaços de arte pré-existentes no circuito (tais como museus, centros culturais e galerias comerciais) aos quais questionam. Promovem situações de confluência entre reflexão e produção artística e questionamentos sobre o papel do artista (Paim, 2006, p. 1).

Mazetti (2008, p. 108) propõe definir a emergência desse fenômeno, apontando as particularidades dos coletivos artísticos no Brasil. Ressalta que se manifestam de maneira diversificada e, até, ambígua.

Os coletivos de arte e ativismo atuantes no país dedicam-se a uma verdadeira infinidade de práticas: alguns desenvolvem trabalhos de intervenção urbana, na tentativa de levar a arte para o dia-a-dia e problematizar a privatização do espaço público; outros se voltam para sabotagens midiáticas e guerrilha semiótica, em paródias ou adulterações da publicidade comercial. Determinados coletivos se engajam na luta pela circulação de informação, distribuindo livros pela Internet e criticando as leis que regem os direitos autorais, enquanto coletivos distintos trabalham com performances teatrais nas ruas ou promovem instalações e apresentações multimídia. Há ainda atividades baseadas em filmagens in loco – o videoativismo –, na organização de festas, encontros e conferências; na manutenção de ocupações semelhantes aos squats europeus, em trabalhos conjuntos com movimentos sociais ou em oficinas de experimentação com tecnologias digitais etc.

O autor aponta para a dimensão múltipla das formações coletivas, evidenciando os diferentes modos de participação na política, na arte, na cultura, nos movimentos sociais, na cidade e nas redes sociais. O campo de atuação dos coletivos é diverso, assim como suas pautas. Dentre os voltados à cultura, alguns trabalham em torno da arte de rua, outros se dedicam às pautas identitárias ou do meio ambiente. Há, ainda, aqueles que se envolvem com as políticas em nível institucional, propondo políticas públicas ou mudanças nas já existentes.

Além do campo diverso das ações coletivas, assumem ainda um caráter híbrido, propiciando uma ampla rede de conexões. As redes, *on-line* e *off-line*, são compostas por diversos pontos que, articulados entre si, operam “unindo política, estética, preocupação social e [...] intervenção urbana” (Rosas, 2004, p. 2). Por essa via, são capazes de circular por diferentes territórios, expandindo o alcance de suas ações.

Apesar da atuação em diferentes frentes ser uma característica considerada potente dentro das ações coletivas, Rosas (2004) alerta para o risco de os coletivos serem descaracterizados, quando o que se tem por objetivo comunicar acaba ficando perdido ou difuso em meio a tantas pautas. O autor observa, ainda, que os coletivos têm ganhado destaque e atenção da grande mídia no Brasil, tendo seu discurso muitas vezes incorporado pelas redes dominantes de comunicação. Trata-se do perigo da cooptação, ao qual Michetti (2017) também se refere ao analisar coletivos e redes culturais no país. A autora considera que apesar da tentativa de enfrentar as contradições do neoliberalismo, infiltrado em todos os níveis das relações sociais, muitas vezes seu funcionamento se estabelece a partir de dinâmicas mercadológicas, reproduzindo subjetividades capitalistas. Em vista da relevância dos projetos e pautas, seus meios de execução acabam ficando em segundo plano. Assim, mesmo impondo-se contra os mecanismos tanto do Estado quanto do Mercado, integram ambos (Michetti, 2017).

Na atualidade, uma das questões fundamentais acerca do conceito de cultura está no impacto do capitalismo sobre sua produção, redefinindo-a em termos de mercado e criando uma falsa ideia de acesso. Na cultura pensada sob a perspectiva da economia, as políticas culturais assumem uma dinâmica neoliberal, priorizando grandes empreendimentos culturais na fabricação de produtos a serem distribuídos a uma rede de consumidores. Coelho (2001) argumenta que, diferentemente da ação cultural, a fabricação da cultura se dá por um processo predeterminado, com etapas bem definidas e um fim preestabelecido, produzindo assim um objeto final. Não há processo de criação, pois todas as fases foram previamente planejadas. Em contrapartida, a ação cultural tem seu ponto de partida armado, mas não há um fim pensado *a priori*. O que se gera é o próprio processo, já na fabricação um produto é gerado. Diante disso, o autor reflete sobre o grande desafio que é a ação cultural, ao passo que levá-la adiante requer um bom tanto de disposição e coragem. Nesse sentido afirma: “Como é difícil optar pela ação, deixar que as pessoas inventem seus fins e o modo de chegar até eles! É preciso uma confiança no processo, uma disposição para pagar para ver, que não se tem todos os dias – que não temos todos os dias” (Coelho, 2001, p. 18).

Nesse sentido, Rolnik e Guattari (1996) denunciam a cultura de massa produzida pelo capitalismo. Assim como o capital é um modo de semiotização que permite ter um equivalente geral para as produções econômicas e sociais, a cultura é o equivalente geral para as produções de poder. Na lógica do mercado em que tudo o que existe tem equivalência pelo dinheiro abstraindo toda e qualquer diferença, ao serem concebidas como produto a arte e a cultura acabam por ser destituídas de sua potência singularizante. Diante disso, a lógica mercadológica na qual estão inseridas as políticas de cultura serve à reprodução de modos e discursos capitalistas que vão ao encontro do status de “cultura-mercadoria” (Rolnik; Guattari, 1996, p. 15).

Chauí (2008) e Santos (2006b) oferecem uma perspectiva histórica e dinâmica sobre o conceito de cultura. Chauí aponta que a palavra "cultura" tem raízes no verbo latino *colere*, associada a cultivo, cuidado e prática religiosa (culto). Com o advento do Iluminismo no século XVIII, passou a ser entendida como sinônimo de civilização, marcada por uma visão de progresso linear e evolutivo. No entanto, esse olhar eurocêntrico foi desafiada na segunda metade do século XX, quando o conceito de cultura se ampliou, incorporando a produção de símbolos e signos, práticas e valores. Santos (2009a) complementa essa ideia em seu livro *O que é cultura*, ao defender que cultura se constitui como um conjunto de práticas, símbolos, valores, normas e conhecimentos que caracterizam um grupo social. Longe de ser algo estático, resulta de uma construção dinâmica que se transforma ao longo do tempo.

Diante desse debate, as políticas culturais no Brasil ganham uma relevância crucial, tendo em vista que é nessa esfera que coabitam as forças do Estado tecnocrático e neoliberal e os movimentos de resistência cultural. Embora o Estado não deva ser produtor de cultura, Chauí (2008) defende que ele deve garantir aos cidadãos o direito de acesso, fruição, criação e participação nas decisões culturais. Defende também uma política cultural baseada na cidadania cultural, em que todos os cidadãos têm direito à cultura, não apenas como entretenimento, mas como espaço de expressão, conflito e produção.

3 PERCURSOS HISTÓRICOS DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

O debate sobre políticas culturais ganhou importância a partir do século XX, e com maior destaque no período pós-Segunda Guerra Mundial. Um grande marco foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU) (1948), pela qual a cultura passou a ser considerada um direito universal. A partir daí, outras experiências em encontros e conferências ocorreram, influenciando e dando bases às políticas públicas culturais. Dentre elas, destacamos a criação do Ministério dos Assuntos Culturais, na França, em 1959, com forte influência em vários países do ocidente, propondo o primeiro desenho paradigmático das políticas culturais (Rubim, 2009). Mais alinhado à perspectiva sociológica, a qual associa cultura com a arte institucionalizada, como pintura, dança, teatro e música, buscou-se popularizar a chamada alta cultura ou cultura clássica com a ideia de “democratização cultural”, tendo como seu principal alicerce “a preservação, a difusão e o acesso ao patrimônio cultural ocidental e francês canonicamente entronizado como «a» cultura” (Rubim, 2009, p. 96).

Em reação à perspectiva sociológica ligada à “democratização cultural”, em 1968 foi difundida a ideia de “democracia cultural”. Com base numa visão antropológica, contribuiu para o delineamento de um segundo desenho paradigmático das políticas culturais. Este considera cultura como cotidiano, modos de vida dos povos e grupos e está ligada ao universo simbólico, reivindicando “uma definição mais ampla de cultura, [que] reconhece a diversidade de formatos expressivos existentes, busca uma maior integração entre cultura e vida cotidiana e assume como condição da política cultural a descentralização das intervenções culturais” (Bolán, 2006, p. 87). Assim, permite que as práticas culturais promovidas pela população, antes denominadas folclore, sejam reconhecidas como cultura pelos Estados. A respeito dessa nova concepção de cultura, Chauí (2008, p. 57) comenta:

É essa concepção ampliada da cultura que, finalmente, será incorporada a partir da segunda metade do século XX, pelos antropólogos europeus. Seja por terem uma formação marxista, seja por terem um profundo sentimento de culpa, buscarão desfazer a ideologia etnocêntrica e imperialista da cultura, inaugurando a antropologia social e a antropologia política, nas quais cada cultura exprime, de maneira historicamente determinada e materialmente determinada, a ordem humana simbólica com uma individualidade própria ou uma estrutura própria.

A ideia de “democratização cultural”, entendida como a abertura do acesso das camadas populares à cultura erudita, valoriza ainda mais essa cultura em detrimento da chamada cultura popular, tida como inferior, produzida no campo ou em cidades e regiões

distantes dos grandes centros ou nas periferias e favelas das metrópoles.

No Brasil, a “democracia cultural” passou a significar também a ruptura com o colonialismo cultural adotado como estratégia de dominação e subalternização dos povos e nações nativos das Américas após o período de dominação econômica e política pela força. A herança colonialista reproduziu no Brasil, mesmo após a independência, o modelo da cultura eurocêntrica gestada e enclausurada em instituições extremamente fechadas e elitizadas (teatros, conservatórios, museus, ateliês e outras). No século XIX e início do século XX proliferaram os suntuosos teatros nas grandes cidades de países latino-americanos, incluindo o Brasil, com seus concorridos espetáculos de ópera, mimetizando a cultura erudita, intelectualizada e elitizada europeia.

Contudo, paralelamente ao eurocentrismo elitista, calcado na estratégia de dominação cultural, as correntes migratórias, também implementadas pela modernização, trouxeram consigo produções artísticas e culturais de outra ordem. Migrantes europeus pobres (operários e lavradores) que se deslocaram para o Brasil introduziram consigo suas línguas, dialetos, costumes, festejos, rituais e modos de vida, músicas, danças, representações teatrais e tantas outras produções culturais. O circo, de longa tradição na Europa, com espetáculos de malabarismos, domadores, palhaços, com peças teatrais e tantas outras artes, contribuíram significativamente para as produções culturais populares. Os ciganos, por exemplo, com suas vidas nômades, tiveram papel importante na difusão de espetáculos circenses e mambembes.

A cultura erudita alimenta e reitera um código específico, destinado a um público restrito, educado e iniciado na apreensão de seu universo. Os meios de expansão e de imposição de seu campo simbólico estão ao encargo dos sistemas de educação e das instituições culturais depositárias deste patrimônio, particularmente os museus e, em graus diferenciados, os edifícios teatrais, quando se voltam à difusão da alta cultura. [...]. As formas culturais populares, por seu turno, não se portam como espetáculos postos à venda, nem ao menos almejam sobrepor-se como formas dominantes de cultura. Não contam com nenhum espaço institucional para reiterar os seus valores (Bolognesi, 1996, p. 85).

De modo geral, a perspectiva antropológica de cultura foi considerada tardiamente nos processos de institucionalização da política cultural, o que revela a forte influência que a visão sociológica teve no caso do Brasil. No entanto, ambas compõem o cenário nacional, traçando um processo complexo e conflituoso, sobretudo para a cultura popular, que historicamente habita a borda nos conflitos. Além disso, conforme ressalta Rubim (2007), as políticas culturais no país são marcadas por ausência, autoritarismo e instabilidade, com momentos de aproximação do Estado, e outros, de tensões.

Os momentos em que o Estado mais se aproximou do campo cultural, de maneira controversa, foram em governos autoritários, como nos casos da Era Vargas (1930-1945) e da ditadura militar (1964-1988), períodos em que várias instituições culturais foram fundadas¹, marcada por atuações negativas. Esses períodos são apontados como paradoxais para o setor (Calabre, 2009; Rubim, 2007).

No Brasil, ações mais sistematizadas do Estado voltadas ao campo cultural se deram a partir da década de 1930, durante o governo Vargas (Calabre, 2007); anteriormente a ele, não é possível apontar uma ação organizada que configure uma política cultural (Rubim, 2007). Antônio Rubim é um dos principais autores que discute o campo das políticas culturais no Brasil. Segundo ele, só é possível considerar a constituição de políticas culturais quando há “intervenções conjuntas e sistemáticas; atores coletivos e metas” (Rubim, 2007, p. 13).

Durante a Era Vargas, entre 1930 e 1945, houve uma série de acontecimentos que caracterizaram as primeiras políticas culturais. Nesse período, a cultura encontrava-se ligada ao Ministério da Educação e Saúde (MES), que tinha à frente de sua gestão o ministro Gustavo Capanema (1934-1945). Era um momento em que o tema da preservação do patrimônio material tinha grande destaque, bem como ganhava visibilidade o setor da radiodifusão (Calabre, 2007). Para Rubim (2007), a passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura e Recreação do Estado de São Paulo, entre 1935 e 1938, representou também um marco importante para a cultura. O autor considera que, ainda que em esfera municipal, sua gestão ofereceu importantes contribuições que atravessaram fronteiras, ao influenciar outras regiões, sendo um marco para o início das políticas culturais no país. Embora visualize problemas e deficiências nas propostas apresentadas, como por exemplo a concepção iluminista sobre a cultura e a desatenção em relação ao analfabetismo, pontua que “tais limitações não podem obscurecer a exuberância e criatividade deste marco inicial das políticas culturais no Brasil” (Rubim, 2007, p. 16).

O início da sistematização das políticas culturais em terras brasileiras é apontado como um momento de grandes contradições (Rubim, 2007). Por um lado, ocorreram avanços no desenvolvimento e reconhecimentos de políticas no campo cultural, e, por outro, surgiram ações opressivas e de censura, características de regimes ditatoriais.

Pela primeira vez, o estado nacional realizava um conjunto de intervenções na área

¹ Superintendência de Educação Musical e Artística (1933); Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936); Serviço de Radiodifusão Educativa (1936); Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937); Serviço Nacional de Teatro (1937); Instituto Nacional do Livro (1937); Conselho Nacional de Cultura (1938); Conselho Federal de Cultura (1966); Embrafilme (1969); Fundação Nacional de Artes (Funarte) (1975) (Rubim, 2007).

da cultura, que articulava uma atuação “negativa” – opressão, repressão e censura próprias de qualquer ditadura (Oliveira; Velloso; Gomes, 1982; Velloso, 1987; e Garcia, 1982) – com outra “afirmativa”, através de formulações, práticas, legislações e (novas) organizações de cultura (Rubim, 2007, p. 18).

Calabre (2007) aponta que entre os anos de 1945 e 1964 houve uma desintensificação do Estado e o recrudescimento do setor privado nas ações voltadas ao campo cultural. O Ministério da Educação e Saúde, que englobava as iniciativas do campo cultural, foi desmembrado, surgindo o Ministério da Saúde (MS) e o Ministério da Educação e Cultura (MEC). Também nesse período, após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a produção de aparelhos de rádio e equipamentos de transmissão teve grandes investimentos, e, assim, se consolidou um momento de grande desenvolvimento dos meios de comunicação, incluindo rádio, televisão e cinema, embora esse último com menor intensidade.

Apesar da redução da presença do Estado nas ações culturais, alguns movimentos populares tiveram expressividade, como: os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes que se estabeleceram no Rio de Janeiro (1961) e em outras cidades, influenciando uma geração de estudantes e artistas; o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que ainda que estivesse vinculado ao MEC “dedica-se a estudos, pesquisas e reflexões sobre a realidade brasileira” (Rubim, 2007, p. 18); o Movimento de Cultura Popular, desencadeado na cidade de Recife (1960) pelo governo municipal de Miguel Arraes, que contou com grandes referências como Paulo Freire e Ariano Suassuna.

Instituições relacionadas a um núcleo conservador também foram criadas nesse período, como a Escola Superior de Guerra. Conforme Rubim, ela muito contribuiu para a construção “dos ideários golpistas que terminam por destruir a frágil democracia brasileira e instalar a ditadura cívico-militar em 1964, com fortes e problemáticos impactos sobre a cultura” (Rubim, 2007, p. 19).

Implantada em 1964, a ditadura militar nos conduziu a um contexto de forte repressão e aparelhamento da censura no país. Foi também o momento em que o campo cultural voltou a ser foco dos governantes (Calabre, 2007), tendo em vista que a cultura desempenhava dois importantes papéis estratégicos na manutenção do poder: o primeiro, fortemente relacionado a uma identidade nacional, e, o segundo, à lógica mercadológica.

Essa fase se caracterizou como controversa em relação ao campo cultural (Calabre, 2007; Rubim, 2007; Santos, 2009b). Concomitantemente às violentas repressões aos grupos que se manifestavam contra o governo, havia um interesse em financiar um nicho específico de intelectuais e artistas, assim como existia um movimento “modernizador das

áreas de comunicação e cultura, através da ação direta do Estado ou pela iniciativa privada” (Santos, 2009b, p. 6). Os grupos mais atingidos pela repressão do Estado ditador foram os dos movimentos populares e os dos militantes, predominantemente ligados à classe média e aos movimentos de cultura. A ação se dava por meio da violência direta, mas também se operacionalizava nas políticas de controle das instituições e da sociedade. O setor cultural passava por um processo de transição, pelo qual o circuito cultural escolar-universitário foi substituído por uma dinâmica de cultura midiaticizada (Rubim, 2007). Santos (2009b), Calabre (2007) e Rubim (2007) evidenciam que a preocupação por parte do governo em operar sobre o setor cultural estava alinhada com a entrada das redes midiáticas, na qual se investia em infraestrutura de telecomunicações, introduzindo forte relação com o mercado.

Com este objetivo, a instalação da infraestrutura de telecomunicações; a criação de empresas com a Telebrás e a Embratel e a implantação de uma lógica de indústria cultural são realizações dos governos militares, que controlam rigidamente os meios audiovisuais e buscam integrar simbolicamente o país, de acordo com a política de “segurança nacional”. [...] Ainda que a maior parte da atuação do Estado tenha acontecido na fase de transição da ditadura, sua configuração continua sendo moldada por parâmetros do regime autoritário, em declínio. A ditadura também realiza a transição para a cultura midiática, assentada em padrões de mercado, sem qualquer interação com as políticas de cultura do Estado. Em suma: institui-se um fosso entre políticas culturais nacionais e o circuito cultural agora dominante no país (Rubim, 2007, p. 20)

O período entre as décadas de 1930 e 1980, com momentos de instabilidade e autoritarismo, se caracterizou pela institucionalização do campo cultural, já os anos de 1990 ficaram marcados pela ausência (por meio de desmontes) dos setores governamentais responsáveis pela área (Silva, 2014, p. 201). O Estado deixou de promover investimentos, ausentando-se da gestão cultural e viabilizando políticas em que a esfera privada ganhou destaque e demasiado privilégio nas decisões e rumos da produção cultural do país.

O fim da ditadura militar levou à criação do Ministério da Cultura (MinC) por meio do Decreto nº 91.144/1985, durante o governo de José Sarney (1985-1990), que teve a pasta assumida pelo ministro Celso Furtado. Também foi aprovada a Lei nº 7.505/1986, conhecida como Lei Sarney, a primeira no país a tratar de incentivos fiscais para financiamento da cultura. No governo de Fernando Collor (1990-1992), as políticas neoliberais se ampliaram, o que para o setor cultural representou praticamente seu desmonte (Rubim, 2009).

A lógica de mercado expandida para o campo cultural passou a ser cada vez mais estabelecida como um modo de operar na política cultural, e no governo de Fernando

Henrique Cardoso (1995-2002) tornou-se predominante e central. Objetivamente, a cultura era encarada como um bom negócio, conforme sugere o *slogan* “Cultura é um bom negócio”, adotado pelo próprio Ministério da Cultura em 1995. Sob tal perspectiva, a política cultural apontava que, paralelamente à gradativa retração do poder público na proposição cultural, maior era o domínio do setor pela iniciativa privada, ainda que grande parte do recurso saísse dos cofres públicos.

Entre os anos 2003 e 2015, quando se propôs uma reformulação conceitual de cultura, incluindo e valorizando as diversas formas de manifestações culturais, as políticas culturais ganharam real importância, destoando do cenário das “tristes tradições” (Rubim, 2009). De 2003 a 2010, significativas mudanças foram observadas no sentido de recolocar o poder público no setor cultural, buscando promover políticas de Estado, e não de governo (Rubim, 2007).

As gestões de Gilberto Gil (2003-2008) e Juca Ferreira (2008-2010) no governo Lula, com (muitos) acertos e (alguns) erros, colocaram as políticas culturais em um expressivo patamar, nacional e internacional, nunca antes alcançado pelo Ministério da Cultura no país. Elas enfrentaram as tristes tradições – ausências, autoritarismos e instabilidades – que marcaram a trajetória das políticas culturais nacionais e inauguraram vigorosas políticas culturais em diversas áreas (Rubim; Barbalho; Calabre, 2015, p. 9).

Esse período foi considerado um momento de visibilização do campo cultural ao favorecer debates em torno do próprio conceito de cultura e política cultural, colocando-o em pauta para discussões e reflexões. Rubim (2009, p. 110) considera que “o novo desafio é inventar políticas culturais em um mundo em que as organizações culturais mais potentes são privadas e mesmo transnacionais, subordinadas, portanto, à lógica da mercadoria e do lucro”. E acrescenta:

O imbricamento crescente entre cultura e economia, através das reflexões de diferenciados autores e teorias, muitas vezes, têm destinado à cultura uma centralidade na nova conformação econômica do século XXI. Tal articulação – retida por meio de noções como: indústrias culturais, indústrias criativas e outras – tem mobilizado um conjunto não desprezível de problemas a serem enfrentados (Rubim, 2009, p. 110).

Confirmando a definição proposta por Rubim acerca do histórico das políticas culturais, o setor cultural, a partir de 2016, com o governo de Michel Temer (2016-2019), sofreu novamente com a crise decorrente da instabilidade institucional expressa na ameaça de extinção do Ministério da Cultura (MinC). Ainda que, após ser extinto, tenha sido

imediatamente recriado diante dos protestos e da mobilização dos movimentos culturais, ele passou por diversos cortes orçamentários, esvaziamento de planos e ações e redução no quadro de funcionários, contribuindo para seu enfraquecimento.

Mais recentemente, o governo bolsonarista (2019-2022) reafirmou o cenário das tristes tradições ao fechar o Ministério da Cultura e transformá-lo em Secretaria Especial da Cultura. Além disso, privilegiou atuações ligadas a interesses políticos que foram incluídas no setor cultural, como as manifestações religiosas e a chamada cultura do agro. De acordo com Calabre (2020, p. 10), Bolsonaro, durante seu governo, identificou os grupos culturais e artistas como opositores a suas propostas e assim os classificou como “oposição esquerdista” a ser ferrenhamente combatida.

A tentativa de conceituar os coletivos e sua atuação no campo cultural contribui como referência para reflexões realizadas durante nossa jornada junto aos coletivos que acompanhamos ao longo desta pesquisa. Embora haja um recorte nas ações dos coletivos que iremos investigar, nos deparamos com o caráter multidisciplinar de suas manifestações. Para além de uma dedicação ao fazer artístico e cultural, podemos visualizar suas ações em diversos setores da sociedade, como saúde, educação e política. Aliando pautas transversais, a proposta é ocupar as zonas de conflito.

Considerando-se os coletivos um modo de associativismo civil contemporâneo que compõe o campo dos movimentos sociais e emerge como força política crucial no embate com os autoritarismos, totalitarismos e microfascismos embalados e fortalecidos pelo neoconservadorismo, a questão condutora desta pesquisa é: de que maneira as formações coletivas contemporâneas enfrentam o neoconservadorismo e os microfascismos que ressurgiram na arena política e elegem como seus alvos principais a educação, a arte e a cultura? Além disso, questionamos: de quais ferramentas esses coletivos lançam mão? E, em diálogo com o referencial da esquizoanálise, como suas práticas podem agenciar linhas de fuga e singularização perante as forças que operam o poder capitalista?

Buscamos com este trabalho contribuir com reflexões a respeito do funcionamento dos coletivos de cultura, com vistas a compreender como suas práticas podem colaborar com a construção e fortalecimento de políticas culturais, estimulando a participação cidadã em processos culturais.

4 CAMINHOS CARTOGRÁFICOS

*Minha ciranda não é minha só
Ela é de todos nós, ela é de todos nós
[...]
Pra se dançar ciranda
Juntamos mão com mão
Formando uma roda
Cantando uma canção*

O trecho acima é parte da letra de uma canção cantada por Lia de Itamaracá, cirandeira nascida em 1944 na Ilha de Itamaracá, estado de Pernambuco. Em vários dos encontros no Galpão Cultural ela foi cantada e dançada, em roda. Ela expressa o ponto de partida do presente trabalho, já que “minha ciranda não é minha só. Ela é de todos nós [...]”. Assim como a canção, este estudo foi realizado por muitas mãos, diferentes vozes e perspectivas, refletindo nossa trajetória marcada pela participação da pesquisadora em coletivos que ocupam o Galpão Cultural.

O Galpão Cultural é um espaço de produção cultural localizado na cidade de Assis, interior do estado de São Paulo. Criado em 2006, é fruto da ação coletiva de cinco organizações da sociedade civil: Circus (Circuito de Interação de Redes Sociais), Zimbauê (Instituto do Negro de Assis), Pirassis (Associação dos Usuários, Familiares e Amigos da Saúde Mental de Assis), Trupe de Retalhos (coletivo de artistas circenses amadores) e Casa do Ator (coletivo de atores amadores). Apesar de terem propostas específicas, esses coletivos mantêm em comum o interesse em promover “ações voltadas para a formação cidadã e o desenvolvimento cultural e artístico da comunidade assisense” (Galpão Cultura, 2009). Assim, o Galpão Cultural constitui-se, para além de um espaço físico, como “uma articulação em rede e um modo de operacionalizar [...] ações em processos/articulações de gestão coletiva, potente para atuar em diversos campos ou áreas de modo integralizado”, conforme descrito no projeto nomeado “Galpão Cultural”, em 2009.

Atualmente, o Galpão Cultural se estabelece como uma ocupação cultural na região central da cidade. Seus muros servem de painel a artistas e aventureiros que o transformam numa grande intervenção de concreto. Sustentado por paredes históricas de um antigo prédio da Estrada de Ferro Sorocabana (Barcelos; Calça; Carmo, 2024), esse território

é ocupado por diversos coletivos que realizam inúmeras atividades (oficinas, apresentações, espetáculos, encontros, mostras e feiras). Ao se passar pelas redondezas, é possível escutar os sons dos tambores das rodas de capoeira, os toques de alfaia das oficinas de maracatu, *beats* das batalhas de rimas, gargalhadas dos encontros de palhaços e palmas das tantas apresentações de teatro, dança, música e intervenções que por ali ecoam. Atraída pelo baque virado do maracatu (ritmo musical), fiz parada nessa estação.

Minha primeira aproximação ocorreu em 2016, com a participação em oficinas de percussão. Em 2019, comecei a atuar na Circus, com a produção de projetos culturais; entre 2020 e 2022 compus a equipe de gestão do Galpão Cultural; e desde 2019, seguimos juntos com a organização da Feira Literária de Assis, a FLiA. Por meio dos circuitos de interação gerados pelas redes compostas pelos coletivos, nossa participação favoreceu o contato com outras coletividades que ocupam o espaço, como o clube de leitura Leia Mulheres e de cinema Cineclube Exílio, Feira de EcoSol, Estúdio Popular, Pirassis e Rede Trem Bão. Além da frente cultural, estão envolvidos em áreas como socioambiental, educação, saúde, controle social e políticas públicas. Minha experiência junto a esses coletivos impulsionou e inspirou a realização deste trabalho, dando contorno aos mapas aqui confeccionados. Tal como a música sugere, “juntamos mão com mão, formando uma roda” e apostamos nos processos coletivos.

Para acompanhar a atuação dos coletivos que ocupam o Galpão Cultural, optamos por retomar a história desse território, buscando compreender como se deu o processo de construção e de que maneira, ao longo dos anos, os coletivos mantêm suas ações nesse espaço e a partir dele. Nossa aproximação junto ao Galpão Cultural permitiu acessar, para além de fatos e eventos, linhas que operam no cotidiano e estão na ordem dos acontecimentos, dos momentos em que algo se desloca e que criam diferenças e conexões com outros circuitos e das relações que atravessam os corpos e produzem subjetividades.

A imersão nesse espaço permitiu realizar uma pesquisa-intervenção a partir do método da cartografia. A cartografia parte do reconhecimento de que toda pesquisa é intervenção e de que a “intervenção sempre se realiza por um mergulho na experiência que agencia sujeito e objeto, teoria e prática, num mesmo plano de produção ou de coemergência” (Passos; Barros, 2015, p. 17). Ela pode ser simplesmente definida como acompanhar processos, o que pressupõe habitar um território (Alvarez; Barros, 2015). Nessa perspectiva, no lugar de tentar alcançar metas preestabelecidas, pautando-se na representação de uma realidade dada, buscamos compor com o território, nos deixando guiar, mediante uma postura atenta e aberta às possibilidades dos encontros (Kastrup, 2015).

Nossa experiência de pesquisa se deu, sobretudo, por meio do acompanhamento das atividades realizadas no Galpão Cultural pelos coletivos. Ao fazer parte da equipe de gestão do espaço, participando de suas ações, foi possível observar a atuação das coletividades de modo cotidiano. Dessa maneira, nos aproximamos de suas dinâmicas, processos organizativos, modos de funcionar e perspectivas de atuação. Colocamo-nos abertos aos encontros, menos preocupados com a coleta de informações e mais voltados ao plano intensivo de forças. Inspirada na etnografia, a observação participante se refere a um modo de habitar o território, como parte dele. Nessa perspectiva, observar envolve intervir no campo e deslocar-se junto aos objetos pesquisados, estando disponível aos estranhamentos. Aliamos nossa observação participante e participação observante com a ferramenta diário de bordo. Ao longo de todo o processo de pesquisa foram realizadas anotações no diário de bordo, buscando registrar em espaços de debates, encontros formativos, oficinas e até nos momentos das apresentações artísticas, procurando mapear, a partir de nossas percepções, os processos em curso.

Ao revisitarmos as narrativas de bordo, ganharam relevo linhas que formam o campo de forças e fluxos das espacialidades compostas pelos coletivos e pela própria espacialidade que é o Galpão Cultural. Tomamos tais linhas como composições das seguintes especialidades: *espaços de formação e criação; espaços de reflexão e debate; espaços de encontros; espaços de articulação e mobilização; e espaços do trabalho*. As espacialidades constituem os coletivos que, por sua vez, compõem as multiespecialidades do Galpão Cultural. Tais espacialidades se configuram como territorialidades, conforme destacou Haesbaert (2004), pois são constituídas socialmente de forma híbrida, diversificada e não totalizante, refletindo as relações de poder. Assim, as anotações no diário de campo e a observação participante nos permitiram acessar as dimensões micropolíticas, acompanhando os processos que se constituem por entre as linhas duras e que se revelam nos imprevistos presentes no cotidiano da atuação dos coletivos.

Para a presente pesquisa, consideramos pertinente percorrer um caminho transdisciplinar, ampliando-se, assim, para além das fronteiras disciplinares do conhecimento. A transdisciplinaridade se dá como “movimento interno de transformação das ciências, aberta para o social, o estético e o ético” (Guattari, 1985, p. 7). Contudo, segundo aponta o autor, essa transformação não ocorre de forma espontânea, é necessário um esforço no sentido de experimentar novas formas de organização e colaboração, as quais levam em conta as especificidades de cada contexto. Isso inclui a constituição de “agrupamentos coletivos de

enunciação” que funcionem de maneira flexível e integrada com o meio. Eles representam as novas formas de organização e colaboração que surgem quando diferentes disciplinas, saberes e práticas se encontram, e funcionam como laboratórios de experimentação, nos quais as fronteiras entre disciplinas são dissolvidas e novas maneiras de pensar e agir são desenvolvidas, sempre em resposta aos desafios específicos do contexto em que operam. Esses agrupamentos são, portanto, espaços de criação coletiva, em que o saber é constantemente reinventado e adaptado às realidades sociais, culturais e ecológicas. A abordagem transdisciplinar exige, assim, uma reinvenção constante do saber, ajustando-o a cada situação concreta e evitando os “esquemas preestabelecidos” que dominam as instituições científicas tradicionais.

Esta pesquisa, como tantas outras, foi atravessada pelo advento da pandemia de Covid-19, trazendo novos temas para os debates, inclusive no interior dos coletivos. Com isso, além de interferir no próprio processo de pesquisa, outros conteúdos vieram à tona e em torno deles emergiram novas dinâmicas de atuação. No início da pandemia, em meados de março de 2020, todas as atividades do Galpão Cultural foram interrompidas, no entanto logo retornaram por meio das redes virtuais. Assim, fóruns, reuniões, oficinas culturais e eventos artísticos passaram a ocorrer de maneira remota, o que demandou à nossa pesquisa, desde os momentos iniciais, adentrar o ambiente das redes virtuais. Assim, de maneira simultânea, buscamos realizar uma cartografia entre as multiterritorialidades dos coletivos constituídas no espaço do Galpão Cultural e as territorialidades desses mesmos coletivos constituídas nas redes sociais criadas no ciberespaço.

As demandas geradas pela Covid-19 impuseram a necessidade da criação de novos espaços de discussão voltados ao debate sobre os efeitos do isolamento social para trabalhadores do setor cultural, dos quais foi possível participar por meio de ferramentas de comunicação e informação, como *Google Meet* e *Zoom*. Outras atividades também passaram a ser realizadas nas redes sociais, e passamos a derivar pelas redes de um campo virtualizado, acompanhando a atuação dos coletivos e suas produções de maneira híbrida. Outras plataformas também foram acessadas, dentre as quais *WhatsApp*, *Facebook*, *Instagram* e *YouTube*.

Para a tarefa de produzir análises a partir de conteúdos acessados pelas redes sociais, consideramos diferentes estratégias antes de iniciar nossa ciberviagem. A princípio, o objetivo era percorrer pelas mensagens dos grupos de *WhatsApp*, postagens no *Facebook* e *Instagram*, porém nos deparamos com a dificuldade diante da abundância de mensagens e

postagens. Assim, delimitamos um recorte temporal, levando em conta nossa participação em coletivos. Tomamos como base a partir do ano de 2020, pois nesse período estivemos em contato com o maior número de coletividades e participamos cotidianamente das atividades do Galpão Cultural. Nos grupos de *WhatsApp* foram feitos destaques em mensagens, e elegemos as mais relevantes para nossa pesquisa, utilizando o recurso de “favoritar mensagens”. Os grupos acompanhados foram: Galpão Cultural, Fórum de Cultura do IP (Fórum de Cultura do Interior Profundo), Fórum Aberto de Cultura Assisense (FACA.) e Fórum de EcoSol (Fórum de Economia Solidária).

Junto à observação-participante/participação-observante e à produção do diário de bordo ou diário de campo, nossa proposta também abarcou o estudo documental. Para tanto, acessamos cartas abertas, atas publicadas, artigos de jornais e revistas, livros, artigos acadêmicos, teses e dissertações. O acompanhamento das atividades dos coletivos nas redes sociais nos proporcionou acesso a alguns desses documentos como cartas abertas, atas, artigos de jornais e revistas, os quais foram selecionados de acordo com as linhas temáticas.

Com o objetivo de investigar acerca da produção artístico-cultural em Assis, recorremos ao repositório institucional da Unesp, que reúne livros, teses e dissertações sobre a cidade. Na aba “Publicações da cidade de Assis” encontramos 27 livros e 22 obras entre teses e dissertações. Dentre elas selecionamos as obras que se relacionam à temática da presente pesquisa, as quais foram: “Teatro amador em Assis: da faculdade para a cidade (1971/1980)” (Dutra, 2002); “Brincando com arte: Ranchinho” (Galdino; Ilelis, 2003); “Arquitetura e personalidade: uma celebração fotográfica” (Chiarinelli, 2005); “Assis de A a Z: a enciclopédia do século, 1905-2005” (Barrero, 2008); e “Cultura e política no Clube de Cinema de Assis: um projeto de formação e interiorização da cultura cinematográfica (1960-1983)” (Sales, 2017).

Ao me inserir na dinâmica dos coletivos, percebi a diversidade de propostas artístico-culturais. Algumas estavam em processo de desenvolvimento, outras buscavam uma via para ser realizadas e, ainda, aquelas que existiam em virtualidade, em potência, seguindo incubadas. Em 2019, o Galpão Cultural aproximava-se de 15 anos de existência, tendo sido muitos caminhos percorridos, testados e explorados por diferentes coletivos que, de alguma forma, intervieram no espaço. “Muitas águas rolaram”, assim como diversas pessoas, ideias, ferramentas já compuseram seu processo de construção. Dessa maneira, me deparei com processos em curso, tal como qualquer outro campo de pesquisa seria.

5 CONFECCIONANDO MAPAS

A confecção de mapas parte de uma perspectiva rizomática. Sua composição é de linhas dinâmicas e abertas, capazes de se transformar conforme as relações e conexões que vão sendo estabelecidas. Esses mapas rizomáticos não representam um território de maneira estática, mas são confeccionados pelo e no movimento das multiplicidades e das complexidades das relações que o constituem. O mapa não é visto como uma representação objetiva e neutra, mas como um artefato carregado de subjetividade, que reflete as escolhas, os afetos e as relações de poder envolvidas em sua criação. Assim, sua confecção ou tessitura, inspirada pelas leituras de Deleuze e Guattari, se torna uma prática criativa e política. É uma prática que reconhece um modo de pesquisa que está em sintonia com a complexidade e a fluidez.

Diante disso, neste trabalho rabiscamos algumas linhas para a confecção dos mapas que serão aqui apresentados. São tentativas de expressar, a partir de um olhar, de um lugar e de um tempo, experiências coletivas no contemporâneo. Parte também da ideia de contribuir com reflexões sobre a atuação coletiva, tendo um mapa em forma de texto como um instrumento para ser usado se/quando for útil. Dentre tantos possíveis, fomos capazes de criar essas relações, sentidos e trajetos.

5.1 MAPEANDO O HISTÓRICO DAS AÇÕES CULTURAIS EM ASSIS

Minha chegada a Assis ocorreu em 2012, quando ingressei no curso de psicologia na Universidade Estadual Paulista. Margeando a cidade, a universidade fica próxima de uma rodovia que liga Assis a Tarumã (município próximo). Seja por impulsionar o crescimento urbano na região, seja para delimitar uma área entre forasteiros (universitários) e locais (moradores), estudantes circulam e convivem em espaços que parecem destinados a esse pequeno núcleo, formando uma zona – ou bolha, como alguns definem. No entanto, à revelia dos planejamentos e planejadores, movimentos e práticas, lançados no cotidiano, escapam das estruturas racionalizadas, criando outros modos de ocupar e novas espacialidades que (re)configuram a cidade.

Neste mapeamento histórico acerca das ações e políticas ligadas ao setor cultural em Assis, trazemos, de maneira breve, dados informativos, como número de habitantes, histórico de sua fundação e desenvolvimento. Daí, partimos para as relações entre cultura e

educação, que ficaram evidenciadas no município, a partir da presença dos centros educacionais. Registramos ações e equipamentos culturais que existem na cidade. Por fim, propomos uma discussão dos processos recentes a respeito da política cultural assisense e atuação dos coletivos culturais.

Assis tem cerca de 100 mil habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Compondo o núcleo afastado da capital do estado, leva o nome de seu fundador, capitão Francisco de Assis, que recebeu tal reconhecimento por doar terras para a Igreja, dando origem à cidade em 1905. Com raízes colonialistas, ela estruturou-se economicamente a partir da prática da agricultura. Em 1917, recebeu a Estrada de Ferro Sorocabana, o que levou a significativas mudanças para a população e economia, possibilitando o transporte de produtos e facilitando a comunicação com outras regiões. Na segunda metade do século XX, com o crescimento do transporte rodoviário e por interesses políticos, a ferrovia foi gradualmente desativada, e hoje algumas partes dos trilhos que cortam a cidade ficaram cobertos por asfalto (Silva, 1996). Ainda assim, continua sendo parte importante da história e da memória dos moradores, muitos dos quais trabalharam e desempenharam funções em torno de seus trilhos.

Localizada na macrorregião de Marília, Assis é uma referência em serviços de saúde, educação e comércio para os pequenos municípios ao redor. Na saúde, abriga duas instituições: o Hospital Regional e o Ambulatório Médico de Especialidades (AME). Na área da educação, três centros universitários se destacam: Universidade Estadual Paulista (UNESP), Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) e Universidade Paulista (UNIP). Como polo educacional, a cidade atrai estudantes de diversas regiões do país, contribuindo para intercâmbios culturais e científicos, além de impulsionar a economia, ao movimentar o comércio local, importante atividade econômica do município.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (FAFIA), antecessora da UNESP, foi a primeira instituição de ensino superior da cidade, criada pelo governo do Estado, em 1957. Em 1976, foi incorporada à UNESP, que seguiu tendo importante papel na educação, nas produções culturais e nos movimentos políticos e sociais do município. O I Festival de Artes de Assis foi organizado no mesmo ano da instalação da UNESP pelo diretor de teatro e agitador cultural Sérgio Nunes. À época estudante de letras, levou grupos de teatro reconhecidos nacionalmente, além de um projeto de circo que circulou por vários bairros da cidade (Barrero, 2008, p. 369). Assis também passou a receber alguns serviços sociais ligados aos projetos de extensão dos cursos que, atualmente, são psicologia, história, letras, biologia e

engenharia biotecnológica. Os estudantes ligados aos movimentos estudantis organizados também influenciam as dinâmicas políticas no cenário local.

O ambiente universitário que se formou na UNESP-Assis foi muito marcado por intensas manifestações culturais e políticas, ao longo de toda sua história. Os movimentos de maio de 68, a resistência contra a ditadura militar e o Movimento pela Redemocratização do país podem ser tomados como os principais exemplos de uma intensa atividade política de estudantes e docentes do Campus de Assis, com profundas reverberações na cidade. As recentes manifestações em defesa da educação, que ocorreram na cidade, nos dias 15 e 30 de junho deste ano, contaram com uma expressiva presença de professores e estudantes da UNESP corroborando a tradição deste Campus na política (Carmo, 2019, p. 34).

No campo cultural, o cinema teve grande presença na história assisense, que contou com Cine Avenida, Cine São José, Cine São Vicente e Cine Peduti. O Cine Avenida, inaugurado na década de 1920 como o primeiro da cidade, rapidamente se tornou um ponto de encontro popular e atraiu pessoas que formavam longas filas para assistir às suas sessões. A interação entre a arte cinematográfica e o ambiente universitário impulsionou a criação de cineclubes que, além de promoverem debates, incentivaram a exibição de filmes fora do circuito comercial, favorecendo a difusão de produções independentes e alternativas. Esse panorama é detalhado por Salles (2016, p. 14) em sua pesquisa de mestrado sobre o cineclubismo em Assis.

Estabeleceu-se, assim, de maneira peculiar e de certa forma conseguiu furar o bloqueio da indústria cultural, fazendo chegar até uma cidade interiorana um cinema que não chegaria pela via do cinema comercial, além de renomados cineastas e críticos que constantemente participavam das sessões, promovendo debates em torno da estética cinematográfica, mas também de problemas sociais e políticos.

As artes cênicas também têm um papel significativo na história de Assis. Dutra (2002) destaca os períodos de maior efervescência do teatro na cidade. Em 1940 foi fundada a Companhia de Amadores Paulo de Assis, ligada à Igreja Católica, em 1964 surgiu o Teatro Amador da Vila Operária (TAVO), e em 1970, foi criado o Grupo Experimental, vinculado à FAFIA. Segundo o autor, que também é professor de teatro e ator, embora essas iniciativas tenham sido marcadas por uma trajetória instável e efêmera, na trajetória de Assis, o teatro amador tem sido uma manifestação cultural inerente.

Nas artes circenses, destacamos a figura do professor de filosofia Mario Bolognesi, um dos mais importantes pesquisadores dessa arte no Brasil. Fez parte da trupe do TAVO como ator e diretor e ingressou como estudante no curso de filosofia da FAFIA em 1977 (Barrero, 2008). Além de suas contribuições acadêmicas, Bolognesi atuou ativamente na

política cultural, tanto no interior quanto na capital paulista. Foi assessor de gabinete do Secretário de Cultura de São Paulo (1981-1982), dirigiu o Departamento de Cultura da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de São Bernardo do Campo/SP (1989-1992) e integrou a Câmara Setorial da Funarte (2006). Conhecido por muitos como “Marinho”, ele também inspirou e influenciou diretamente a formação da Circus em Assis, ministrando oficinas de circo em “um pequeno campo de futebol da universidade [que] permaneceu durante cinco anos, aberto à população da cidade e aos alunos” (Carmo, 2019, p. 37).

Assis, marcada por sua herança colonial e seu desenvolvimento em torno da agricultura e da Estrada de Ferro Sorocabana, transformou-se em um polo educacional e cultural de relevância na região. A presença de instituições de ensino superior, como a UNESP, desempenhou um papel central no intercâmbio cultural e científico, além de influenciar as dinâmicas políticas e sociais da cidade.

Dentre os equipamentos culturais, é possível citar o Museu de Arte Primitiva de Assis (MAPA), fundado em 1999, no qual estão as obras do pintor Sebastião Theodoro Paulino da Silva. Conhecido como RancHinho², foi um importante desenhista brasileiro que viveu entre 1923 e 2003. Há também o Centro Cultural Dona Pimpa, criado em 1988, em homenagem à professora de música Maria Lopes de Campos. Apelidada como Dona Pimpa, fundou um conservatório de música em parceria com um padre da Igreja Católica. Faleceu em 1994, e pôde participar da inauguração do Centro Cultural, onde atualmente ocorrem oficinas, palestras, exposições e também abriga a biblioteca municipal.

A Casa de Taipa é outro conhecido espaço cultural da cidade. Tida como a construção mais antiga, que data de 1915, antes funcionava como Cartório de Paz de Assis, até que em 1969 foi transformado em museu dedicado a contar a história de Assis e da região do Vale do Paranapanema. Existem ainda um teatro municipal e uma concha acústica, além do Museu dos Ferroviários, instalado em um dos prédios da antiga estação de trem. Em 2017, abrigou a Secretaria Municipal de Cultura (SMC).

A organização e manutenção dos espaços de cultura da cidade passou, em 1988, a ficar sob a gestão da Fundação Assisense de Cultura (FAC), que permaneceu responsável pelo setor cultural até 2017, quando foi instalada a Secretaria Municipal de Cultura (SMC). O movimento que levou à extinção da FAC e à criação da SMC foi turbulento, pois a gestão municipal apresentou como plano aglutinar os setores de cultura e esporte em uma mesma

² O “H” em maiúsculo refere-se à forma como o artista assinava suas obras.

pasta, o que formaria a Secretaria de Esportes e Cultura. Diante disso, movimentos ligados à cultura declararam-se publicamente contra a decisão, que foi tomada de maneira vertical.

A Circus, como coletivo que atua ativamente no campo cultural desde o início dos anos 2000, manifestou seu posicionamento por meio de uma carta pública apresentada à Câmara de Vereadores. O documento enfatizou que a decisão de juntar ambas as pastas em uma mesma secretaria levaria certamente à precarização dos setores, mas trazia como ponto fundamental a criação do Conselho Municipal de Cultura, que não existia naquele momento. O processo que acarretou a extinção da FAC e a criação da SMC evidenciou, mais do que o problema do modelo de gestão, os mecanismos utilizados para a condução do setor, o qual revela-se estratégico politicamente. Afinal, as problemáticas não se encerram no formato organizativo, conforme destaca a carta.

Existe uma certa confusão na sociedade em relação ao trabalho de gestão cultural. Confunde-se a promoção de políticas culturais com assistencialismo. O trabalho com cultura envolve muito mais que a promoção de cursos e oficinas, ele deve fomentar as produções e produtores da região tanto quanto eventos e oficinas. Nesse sentido, gostaríamos de terminar com uma questão para os responsáveis do projeto aqui apresentado: qual é a política cultural do projeto aqui apresentado?³

A mobilização em face da junção das pastas de cultura e esporte teve um desfecho favorável, pois manteve as duas áreas separadas na administração municipal. No entanto, os desafios ultrapassam as questões relativas às estruturas administrativas, já que trata-se de uma visão paradigmática sobre a política cultural.

Em um cenário mais recente, a crise da cultura, potencializada pela pandemia, e toda a mobilização que houve em busca de soluções para os problemas mais agudos trouxeram à tona e revigoraram questionamentos e discussões de toda ordem. Em 2020 elaborou-se um documento, assinado por 18 coletivos ligados à atuação cultural no município, no qual foram elencados uma série de pontos que visam a contribuir com a superação da condição de descontinuidade na atuação do poder público. Intitulado “Carta de Princípios para a Cultura Assisense”, ele foi apresentado à Câmara de Vereadores e divulgado nas redes sociais. Em meio às eleições daquele ano, o texto não somente revelava uma visão aprofundada sobre os desafios e elencava princípios orientadores no sentido de construção e ampliação de políticas públicas de cultura no plano municipal, mas também ressaltava a importância dos processos democráticos e participativos.

³ Carta pública do Circuito de Interação de Redes Sociais (Circus) sobre a junção FAC-autarquia (Anexo).

1) Organizar anualmente a Conferência Municipal de Cultura, fomentando a participação social para oferecer diretrizes, estabelecer princípios e realizar o monitoramento da política cultural do município de Assis. Indicamos que o comprometimento do governo eleito é ter essa pauta como prioritária na agenda da SMC. 2) Tornar o Conselho Municipal de Cultura – criado com a Lei Municipal nº 6.525, de 18 de maio de 2018 – um órgão deliberativo, com a presença majoritária de representantes da população assisense e das/dos trabalhadoras/trabalhadores da cultura envolvidos nos diversos segmentos culturais da cidade; 3) Estabelecer um Plano Municipal de Cultura de curto, médio e longo prazo, conforme estabelecem as diretrizes do Sistema Nacional de Cultural – SNC, para que as gestões de governos desenvolvam concretamente ações que sigam um plano decenal abrangente e que impacte positivamente a sociedade assisense; 4) Manutenção do Fundo Municipal de Cultura e inscrição no SNIIC (Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais). Formalizado por lei e regulamentado; 5) Interação dos Conselhos Municipais de controle social, especialmente dos sistemas instituídos do SUS – Sistema Único de Saúde, SUAS – Sistema Único da Assistência Social, permitindo um diálogo permanente entre os conselhos de controle social.

A falta de políticas públicas permanentes e a ausência de um planejamento de médio e longo prazo foram apontadas como problemas estruturais, resultando em instabilidades e descontinuidades no setor cultural. Destacou-se a necessidade de superar essa condição e concretizar ações permanentes que não dependessem do “clientelismo e subjetivismo dos gestores”, conforme descrito na carta. Nesse sentido, o fortalecimento de espaços de participação foi ressaltado, indicando a importância da realização anual da Conferência Municipal de Cultura e a consolidação do Conselho de Cultura, criado após a instalação da SMC. A criação de um plano municipal de cultura de curto, médio e longo prazos, a manutenção do Fundo Municipal de Cultura e a interação com outros conselhos municipais de controle social também foram indicadas para reforçar a participação popular. Sugeriram-se como medidas a criação do Plano de Desenvolvimento Econômico da Cultura e a participação da equipe de trabalho no planejamento anual, promovendo um processo de institucionalização das ações que permitissem a fluidez do campo cultural, mesmo quando houvesse mudanças na gestão.

Os coletivos também apontam para a compreensão limitada da cultura como um bem ou obras que ficam armazenadas no museu. Defendem uma cultura “viva, pulsante, vibrante e diversa” (Galpão Cultural, 2019). O papel da gestão não deve se resumir em armazenar e zelar o que é produzido pela cultura, não é também sua função ser criador dos produtos culturais, mas dar condições para que as pessoas possam exercer o direito de usufruir dos bens e dos processos de criação (Chauí, 2008). É dever da gestão pública fomentar todas as formas de expressão artística e cultural e seus agentes de produção. Para tanto, é essencial que a cultura seja encarada como um direito de todas as pessoas e que a participação nos

espaços de decisão política seja garantida. Quando não encarada como direito, a cultura tem sua função convertida a relações mercadológicas, ou seja, é tomada como moeda de troca, servindo aos interesses de pequenos núcleos. Essa relação com a cultura a partir da gestão pública tem como consequência ações centralizadoras e hierárquicas, pois já há um plano traçado anteriormente que não inclui processos participativos.

Para as eleições municipais de 2024, grupos e coletivos culturais que atuam no Galpão Cultural reuniram-se para a escrita da “Carta de Compromisso com o Ponto de Cultura Galpão Cultural”. Endereçado aos candidatos, o documento teve como principal finalidade demarcar a existência do Galpão Cultural como um ponto de produção de cultura do município e afirmar suas pautas e posicionamentos. As decisões que concernem as políticas culturais também são reivindicadas. Como discutido, a estruturação dos equipamentos públicos não garante processos democráticos. A presença de conselhos, conferências, fóruns e outros espaços de participação é essencial, mas é necessário que haja condições para sua ocupação.

Conhecida como cidade fraternal, Assis comporta tons de um conservadorismo coronelista, reflexo do colonialismo, e progressismos, advindos dos movimentos culturais e estudantis. Nesse cenário, os coletivos culturais representam uma força mobilizadora no campo da política cultural. Manifestando-se nos espaços instituídos de participação popular, com representações em conselhos, fóruns e conferências, são também articuladores de instâncias de participação de um circuito alternativo, formando zonas autônomas nas quais diferentes espacialidades coexistem. O Galpão Cultural é esse encontro de espacialidades (coletividades). O cinema, o circo, o teatro, a literatura, a psicologia, a filosofia, a política, a cultura, a cidade e outras constituem sua multiespacialidade.

5.2 MAPEANDO A TRAJETÓRIA DO GALPÃO CULTURAL: UM “COLETIVO DE COLETIVOS”

Em 2006, cinco coletivos – Circus, Instituto do Negro Zimbauê, Pirassis, Casa do Ator e Trupe Retalhos – se juntaram e decidiram alugar um espaço no intuito de desenvolver atividades ligadas ao campo artístico e cultural. Localizaram, às proximidades da linha férrea, em um bairro popular chamado Vila Operária, um barracão que permitiria pôr em prática seus planos. A partir da rede formada criou-se o Galpão Cultural. Ali, os coletivos passaram a movimentar atividades de “fomento cultural e fortalecimento social com práticas de cidadania

e participação popular”⁴. Diversas oficinas, exibições cinematográficas, reuniões, rodas de debates, práticas de incentivo à leitura, apresentações e espetáculos começaram a ser realizados nesse território, ativando um circuito cultural local, fora dos grandes centros de produção midiática. O Galpão Cultural, apelidado como Galpão, é a expressão dessa ação coletiva.

Cada coletivo dessa rede dedicou-se, ou ainda dedica-se, a questões específicas. Suas propostas e motivações são descritas em diferentes projetos encontrados nos formatos físico e digital. A Circus (Circuito de Interação de Redes Sociais) foi criada em 2001 movida pelo interesse de aprender e difundir sobre as artes circenses (nota de rodapé em nosso trabalho de mestrado, esse coletivo foi o principal referente para analisar a atuação de coletividades na cidade). Mantém projetos ligados às áreas de cultura, saúde, meio ambiente, educação e controle social, tendo como principal objetivo “criar e/ou intensificar circuitos de interação entre redes sociais” (Galpão Cultura, 2009).

Por sua vez, o Instituto do Negro Zimbauê foi fundado em 2004 e tem como propósito desenvolver ações culturais e educacionais voltadas ao combate ao racismo. Suas atividades buscam refletir a condição da pessoa negra na sociedade brasileira.

A Pirassis, instituída em 2002, é uma associação formada por usuários, amigos e familiares da saúde mental. Tem como principal pauta a luta antimanicomial, celebrada todo 18 de maio desde 1988. Dedicar-se a criar espaços de discussão para repensar o conceito de saúde mental e as práticas de cuidado que fortaleçam os princípios da reforma psiquiátrica.

O coletivo Casa do Ator foi formado em 2004 por atores amadores. Além de fomentar um espaço de trocas e de experimentações teatrais, realizou pesquisas sobre a arte popular e a cultura caipira, criando um acervo de materiais e documentos relacionados ao teatro.

Por fim, Trupe Retalhos atuou em torno das artes circenses entre 2000 e 2015. Formado por artistas circenses amadores, realizou uma série de apresentações, apostando na “multiplicação da arte circense a partir da adesão de novos membros e conhecimentos adquiridos nas trocas de conhecimentos entre histórias tradicionais e contemporâneas” (Galpão Cultural, 2009).

A rede formada por esses coletivos representava uma aposta na reverberação e ampliação de suas ações em outros espaços e com outras coletividades. A partir dessa nova espacialidade (Galpão Cultural), foi sendo, aos poucos, ampliada. Mais pessoas demonstraram

⁴ Projeto Galpão Cultural submetido, em 2009, ao Programa Mais Cultura.

interesse em participar, tanto como público quanto como propositores de atividades. Dessa maneira, a participação revelou-se fundamental na manutenção desse espaço/rede, que tem como base a gestão coletiva.

A gestão coletiva do Galpão Cultural teve – e ainda tem – como um dos grandes desafios a manutenção financeira. Ao longo dos anos, foi necessária uma série de mobilizações em torno do pagamento do aluguel e das contas. Adotaram-se estratégias para continuar mantendo financeiramente o espaço e suas atividades, como campanhas de doações, vendas de artigos, além do conhecido “passar o chapéu” durante os eventos. Em 2008, o *Jornal de Assis* divulgou uma reportagem intitulada “Mobilização popular quita o aluguel do mês de maio do Galpão Cultural”. Por meio da venda de rifas, que sorteu prêmios a partir da venda de ingressos, arrecadou-se o valor para o pagamento do aluguel daquele mês. A Festa Junina, ocorrida também naquele ano, teve o valor arrecadado convertido para o pagamento das contas. Um dos articuladores, Edinei João Garcia, em entrevista ao jornal sobre o evento junino, declarou:

É a comemoração de uma história que já deixa marcas; o Galpão Cultural, este coletivo de coletivos, está mantendo suas ações educativas, sociais e culturais com muita diversidade e dificuldade; a falta de uma política pública que incentive iniciativas dessa natureza é uma das marcas; a perseverança destes 5 grupos (Casa do Ator , Circus , Pirassis, Trupe Retalhos e Zimbauê) em manter o espaço e a circulação de mais de 500 membros é uma outra marca, assim, neste 14 de junho, o Galpão Cultural comemora um processo de dois anos de organização onde a educação, o acesso à cultura e a formação política são fundamentais. (Jornal de Assis, 2008)

Em seu relato ao jornal, ao comemorar a existência do Galpão, destacando a adesão de um número expressivo de pessoas, Garcia denunciou a precarização das políticas de cultura. Na esfera municipal, não havia políticas específicas voltadas ao setor. Naquele período, uma das principais políticas de fomento era a chamada Lei Rouanet, criada pelo governo federal em 1991. Financiada por meio de incentivo fiscal, a lei funciona a partir da captação de recursos junto a empresas que, ao fazerem doação ou patrocinarem algum projeto, recebem abatimento no Imposto de Renda relativo ao valor investido. Embora muitas propostas sejam aprovadas pelo Ministério da Cultura, nem todas obtêm sucesso na fase de captação de recursos, haja vista que dependem de atrair o interesse das corporações, as quais, por sua vez, tendem a beneficiar aquelas iniciativas localizadas em grandes centros urbanos e nas capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, em detrimento das que se encontram periferias e cidades interioranas.

No ano de 2009, a Prefeitura de Assis decidiu contribuir com a manutenção do espaço, disponibilizando um valor que cobriria as despesas do aluguel por três anos. Contudo, essa parceria acabou não se consolidando, e somente por um ano o aluguel foi custeado pela prefeitura. No mesmo período, o Galpão foi contemplado por um programa do governo federal voltado ao incentivo à cultura, passando a ser reconhecido como Ponto de Cultura. A partir daí, os coletivos aproximaram-se dessa rede e tiveram acesso a novas referências metodológicas de organização. Na Figura 2, é possível acompanhar matéria publicada em *Jornal de Assis* que faz referência a esse tema.

Figura 2 – Matéria publicada no *Jornal de Assis* – Ponto de Cultura



Fonte: Arquivo da Circuito de Interação de Redes Sociais - CIRCUS

Como parte central do Programa Cultura Viva, que tem como um de seus principais propositores Célio Turino, os Pontos de Cultura são espaços ou “organizações culturais da sociedade que ganham força e reconhecimento institucional ao estabelecer uma

parceria, um pacto, com o Estado” (Turino, 2009, p. 64). Em 2004, foi implementado pelo Ministério da Cultura, visando a promover a cultura de base comunitária. Em 2014, o programa tornou-se política de Estado com a sanção da Lei nº 13.018. A Lei Cultura Viva tem como propósito fomentar processos culturais e favorecer a articulação das redes locais, a partir do apoio às ações que já existem. Conforme defende Turino (2009), não demanda uma produção nova ou define um protocolo de como deve ser, valorizando assim o processo, e não o produto. A aplicação dos recursos concedidos ao então Ponto de Cultura Galpão Cultural, a serem gastos em um período de três anos, pôde ser definida por sua própria rede gestora.

Apesar do acesso à política do governo federal, os coletivos não conseguiram manter o imóvel alugado, e, em 2012, foram despejados. No entanto, a rede articulada foi capaz de reativar outro espaço, mobilizando a ocupação de um prédio da ferrovia, da extinta Fepasa, no centro da cidade. O local que abrigava um depósito de cimento estava abandonado e coberto por muita poeira (Carmo, 2019). Os coletivos se reuniram e, por meio de mutirões, o arrumaram, limparam e reativaram para um novo propósito (Figura 3). Em meio a isso, novos acordos foram estabelecidos, e, em 2013, Circus e Zimbauê seguiram mantendo a ocupação, além da Escola de Samba da Vila Operária que juntou-se à rede. Em 2016, Circus passou a ser a única mantenedora, representando os demais coletivos nos espaços institucionais, até que em 2022, a partir do Fórum do Galpão Cultural, foi acordado que a manutenção financeira seria compartilhada entre os coletivos ocupantes. Assim segue em movimento essa ocupação, ou esse “coletivo de coletivos”, atualizando processos de gestão coletiva.

Essa “bem-sucedida investida da sociedade civil”, conforme declara Priscilla Salles no documentário produzido sobre o Galpão Cultural⁵, tornou-se um importante ponto de referência para a atuação de coletivos, artistas e agentes culturais da cidade de Assis e da região. Conectando-se como um corredor de encontros, espaço de passagem e de paragem de pessoas e ideias, não se define como um equipamento cultural da cidade. Podemos considerar que a rede coletiva que o produz atua como uma ativadora de espacialidades.

O Galpão Cultural é um dispositivo de fortalecimento cultural e artístico na região de Assis através da manutenção de um espaço aberto ao público da cidade e artistas. Ele se constitui como um espaço cultural público onde as pessoas, com suas diferenças, se encontram, convivem, estabelecem contatos, fazem contratos e aprendem a viver e gerir um espaço comum, que tem como grande objetivo democratizar e difundir as artes e as culturas⁶. (Galpão Cultural, 2021)

⁵ Documentário Ponto de Cultura Galpão Cultural (youtube.com).

⁶ Projeto Abraça Galpão (2021).

Figura 3 – Fachada do Ponto de Cultura Galpão Cultural de Assis



Fonte: Arquivo digital do Ponto de Cultura Galpão Cultural

5.3 MAPEANDO AS MULTIESPACIALIDADES

Diário de bordo

(Reunião para a escrita da Carta de Princípios do Galpão Cultural)

Ao buscarmos responder a primeira pergunta – “o que é o Galpão?” – surge como questionamento o conceito de espaço público – o Galpão é um espaço público?”. Fomos buscar refletir acerca desta questão fazendo um paralelo com outros espaços públicos. Trouxemos como exemplo a Unesp de Assis-SP, sendo este um espaço legitimamente público. Compreendemos o espaço público como aquele aberto, acessível, igualitário e sempre inacabado. Identificamos que apesar de a universidade ser resultado da gestão do poder público, não se caracteriza como um ambiente aberto e completamente acessível à comunidade. Existem barreiras que restringem o público no acesso a este espaço; barreiras físicas, políticas, burocráticas e subjetivas que devem ser problematizadas. Seguimos refletindo sobre a condição de se definir como público o espaço do Galpão Cultural...

Os Pontos de Cultura apresentam-se de modos variados, pois cada um é uma construção que parte das referências do território e de suas redes. O Galpão Cultural é um Ponto de Cultura que mantém uma ocupação aberta, a partir de coletividades que se dedicam a pensar processos de autogestão. Para além de um espaço físico, trata-se de uma articulação em rede que conecta diferentes ações, e o que motiva a operação dessas conexões pode ter a ver com as dimensões ética e política. Conforme lembra Turino (2009, p. 17): “Os Pontos de

Cultura vão além da estética ou da fruição artística, embrenham-se na dimensão ética, no compromisso com o seu povo. Podem assumir as mais diversas formas, mas a essência será a mesma”.

Em 2009, no projeto “Galpão Cultural”, submetido ao Programa Cultura Viva, os coletivos (Circus, Zimbauê, Pirassis, Casa do Ator e Trupe Retalhos) apresentaram o Galpão como sendo um espaço de experimentação de práticas políticas.

O Galpão Cultural pretende ser um espaço de experimentação de novas práticas políticas, que construa diversas formas de convivência entre pessoas e grupos. Possibilitando a seus participantes estabelecer contatos e contratos, aprendendo a viver e a gerir um espaço em comum habitado por diversidades, ampliando perspectivas e discutindo formas de exercer a prática da cidadania⁷.

Ademais, ele constitui-se como um modo de operacionalizar as ações dos coletivos, os quais estabelecem uma rede “potente para atuar em diversos campos ou áreas de modo integralizado”⁸. Pautas como saúde, educação, racismo, homofobia, meio ambiente e cidadania transversalizam as ações culturais articuladas por eles, sendo temas debatidos nos espaços de encontros como mostras, apresentações, espetáculos, reuniões, fóruns, roda de conversa, oficinas e outros.

As multiespacialidades que compõem o Galpão formam também os coletivos, os quais agenciam os espaços, em suas dimensões lisas e estriadas.

Pierre Boulez distingue assim dois espaços-tempos da música: no espaço estriado, a medida pode ser irregular tanto quanto regular, ela é sempre determinável, ao passo que, no espaço liso, o corte, ou a separação, “poderá efetuar-se onde se quiser”. Cf. *Penser l musique aujourd'hui*, Gonthier, pp. 95-107 (Deleuze; Guattari, 1997, p. 20).

Inspirados na fala do musicista Pierre Boulez, Deleuze e Guattari (1997) referem-se ao espaço *liso* como aberto, contínuo e indefinido, e caracterizado pela fluidez e pela capacidade de permitir movimentos ilimitados e não previsíveis. Ali, as fronteiras são difusas ou inexistentes, e os movimentos não são restringidos por caminhos predefinidos ou organizações fixas. Esse tipo de espaço favorece a experimentação, a inovação e formas de existência que escapam às normas e restrições do espaço estriado.

O espaço liso é ocupado por intensidades, por acontecimentos e não por formas e

⁷ Projeto Galpão Cultural, 2009.

⁸ Projeto Galpão Cultural, 2009.

medidas. Ele é mais próximo de uma multiplicidade contínua, onde os vetores seguem direções variáveis e as magnitudes não são mais mensuráveis (Deleuze; Guattari, 1997, p. 67).

Já o *espaço estriado* tem como marcas a organização e a estruturação, e se caracteriza por fronteiras claras, caminhos predeterminados e uma organização que favorece a medida e a delimitação. “O espaço estriado é definido pela organização métrica, pela medição e pela hierarquia. Ele implica uma divisão clara e estruturas pré-estabelecidas que organizam o fluxo de movimento” (Deleuze; Guattari, 1997, p. 80). Ali, o movimento é limitado e direcionado pelas estruturas e divisões.

Ressalta-se que espaços estriados e lisos não existem em formas puras, mas estão em constante interação e transformação um do outro. O processo de “estriar” um espaço liso ou “alisar” um estriado reflete as dinâmicas de poder e resistência.

Diferentemente de outros espaços culturais da cidade, como o teatro, os museus, o cinema e a biblioteca, que funcionam a partir de dinâmicas institucionais, o Galpão Cultural é caracterizado por sua fluidez. Essa dimensão é apontada, dada sua capacidade de afirmação das existências e práticas, possibilitando escapar das codificações. Assim, somam-se vozes, perspectivas, desejos coletivos e singulares.

É um local que agrega as potências e as necessidades de artistas e grupos culturais de Assis e região. Grupos e artistas que necessitam de um espaço para sediar seus processos, promover os seus sonhos e acolher suas angústias, para que todo e qualquer projeto mirabolante se torne uma realidade potente⁹.

Apesar da dimensão fluida de suas interações, os coletivos ocupam-se, em todo o tempo, das vias estruturantes dos campos social, político, cultural, econômico etc. Ao direcionar-se às instituições do Estado como forma de acessar as políticas públicas, ao ocupar os espaços de controle social, segundo suas normas ou mesmo ao proporem relações alternativas às dinâmicas capturantes do capitalismo, passam a operar sobre tais estruturas. Se, por um lado, processam modos de adequação às formalizações e formatações, por outro operam pequenos rompimentos, podendo agenciar processos de diferenciação/singularização. Essa avaliação servirá para localizar modos de atuação desde a ética-estética-política.

Diário de Bordo

(Reunião para a escrita da Carta de Princípios do Galpão Cultural)

Ao resolvermos seguir para a próxima questão – “quais são os coletivos?” –

⁹ Projeto Abraça Galpão, 2021.

percebemos o caráter fluido desta ocupação e de suas conexões. O Galpão segue sempre em movimento, com a entrada e saída de coletivos e fazedores de cultura. Além disso, se constitui como área de experimentação, favorecendo insurgências e a formação de novas redes. Tal questão foi respondida pontuando a multiplicidade de coletivos atuantes neste território e, por sua vez, de propostas diversificadas nas áreas do “teatro, circo, música, hip hop, literatura, economia solidária, saúde mental e muito mais”. Será esse um espaço das multiespecialidades?

As espacialidades constituídas pelos coletivos foram ganhando relevo em nossa pesquisa, diferenciando-se como: espaços de formação e criação; espaços de reflexão e debate; espaços de encontros e articulação; e espaços de mobilização e do trabalho.

5.3.1 Espaços de formação e criação

Diário de Bordo

Em 2012, quando o Galpão ainda era situado em sua antiga sede, na Vila Operária, participei de alguns encontros da oficina de Ritmos Brasileiros. Após a mudança para o novo local, comecei a frequentar outros eventos. Apenas em 2015, passei a ocupar e participar, de maneira constante, através das oficinas de maracatu que ocorriam nas tardes de sábado. Nessa oficina tivemos contato com o Maracatu de Baque Virado ou Maracatu Nação, que é um dos tipos de maracatu. O outro é chamado de Maracatu Rural ou Baque Solto. Tocávamos em roda, o que permitia nos vermos uns aos outros. Sincronizados, nossos pés marcavam o tempo e o contratempo dos instrumentos. A alfaia, a caixa, o gonguê, o agogô e o xquerê reverberavam com intensidade, atravessando as densas paredes do Galpão.

A oficina de maracatu compôs o quadro de oficinas ofertadas pelo Galpão Cultural também durante o período em que atuei na produção de atividades no espaço (2019-2022). Havia também oficinas de yoga, capoeira angola, teatro e tecido aéreo. Elas formavam as ações “permanentes”, pois mantiveram encontros frequentes ao longo do ano, diferentemente de outras que tinham como proposta realizar encontros pontuais. O formato/metodologia delas ficava a critério de seus proponentes e dos acordos feitos com os participantes, não havendo um modelo previamente estabelecido.

Entre 2021 e 2022, acompanhei diversas oficinas, algumas voltadas ao incentivo à leitura e outras para a feitura de artesanatos, além das de culinária. Todas fizeram parte do cronograma de atividades previsto no projeto “Galpão 15 Anos”, aprovado e financiado pelo

Programa de Ação Cultural do Estado de São Paulo (ProAC). Também nesse período outro projeto estava em andamento, o Ponto de Leitura. Ambos tinham como principal propósito dar sustentabilidade às ações do espaço e fortalecer artistas e agentes culturais.

As oficinas de artesanato e culinária envolveram as trabalhadoras da Feira de Economia Solidária. A cada encontro uma trabalhadora compartilhava os conhecimentos e práticas relativos a seu fazer. Apesar de muito experientes, cada uma em sua área, poucas haviam experimentado tal função, o que representou uma nova vivência para elas. Foram ministradas as seguintes oficinas: macramê "de nó em nó"; macramê decorativo; culinária vegana; crochê; leite vegetal; bordado; culinária viva e criativa; e decoração natalina.

As oficinas de incentivo à leitura foram realizadas a partir da terceira edição do Edital de Ocupação da Biblioteca Comunitária (2022). Instalada em 2008, a Biblioteca Comunitária foi construída por meio de mutirões e de doações de livros quando o Galpão ainda era na antiga sede. Após a mudança para o novo local, ela foi mantida e vem aumentando seu acervo graças a novas doações e aquisições feitas com os recursos advindos dos projetos. Entre as 36 propostas enviadas ao Edital de Ocupação (2022), 8 foram aprovadas, evidenciando a necessidade de políticas de incentivo a ações como essa.

Comprometida com processos coletivos de produção de conhecimento, a Biblioteca Comunitária busca incentivar a leitura a partir da multiplicação de formas de experiências de leitura, conforme descrito no projeto Ponte de Leitura.

Não acreditam[os] que o incentivo à leitura seja uma ação hierárquica ou “catequética”. Compreendemos que nossas práticas se dão de forma transversal e coletiva. Não se visa uma imposição das linguagens ou entendimentos de um saber supostamente superior. “A leitura do mundo precede a leitura da palavra”, conforme afirma Paulo Freire, assim, entendemos que a produção do conhecimento é coletiva, no reconhecimento da riqueza e diversidade de saberes. (Galpão Cultural, 2021)

Além das diversas oficinas ligadas às práticas artísticas e culturais, outras ações formativas já foram promovidas pelos coletivos do Galpão. A fim de fortalecer a participação popular nos espaços de controle social, o coletivo Circus elaborou e executou entre 2007 e 2008 um amplo projeto de potencialização da participação popular chamado “Para Pensar nossa Participação (PPP). Por meio de uma parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, realizou oficinas com integrantes de conselhos. Segundo o relatório do projeto, a base metodológica usada foi a da educação permanente, a qual baseia-se nas “Diretrizes Nacionais para o Processo de Educação Permanente no Controle Social no SUS” formuladas pelo Conselho Nacional de Saúde em 2005. Destacam-se suas principais características e objetivos

da seguinte forma:

É uma ação educativa com perspectiva transformadora; propõe o pensamento crítico como indispensável para mudanças de práticas; é uma ação educativa que acredita que a aprendizagem é o resultado de um projeto de interação entre o plano afetivo e cognitivo; propõe trabalhar com coletivos, ou seja, com pessoas que vivenciam uma experiência e cotidianos comuns; valoriza as experiências (vivências) das pessoas, é uma ação educativa que acredita que a aprendizagem deve ser diretamente relacionada à experiência afetiva que o indivíduo vive, ou seja, são necessariamente afetivos e locais; é uma ação educativa que busca aprendizagem significativa em detrimento da aprendizagem repetitiva. (CIRCUS, 2007)

Nesse mesmo relatório, é feita uma diferenciação entre a “aprendizagem significativa” e a “aprendizagem repetitiva”, sinalizando que a perspectiva adotada no projeto foi a da aprendizagem significativa. De acordo com o documento, o segundo tipo de aprendizagem consiste na reprodução de conteúdos desconectados da realidade das pessoas envolvidas, ao passo que a aprendizagem significativa visa a um processo de produção de conhecimento que leva em conta as vivências, experiências e saberes prévios das pessoas.

Os temas tratados nas oficinas foram: redes sociais; conceito de saúde; SUS e seus princípios; estrutura do poder público; e história da participação popular. Segundo a avaliação descrita no relatório, seria necessário mais tempo para que realmente fosse possível desenvolver os princípios da educação permanente.

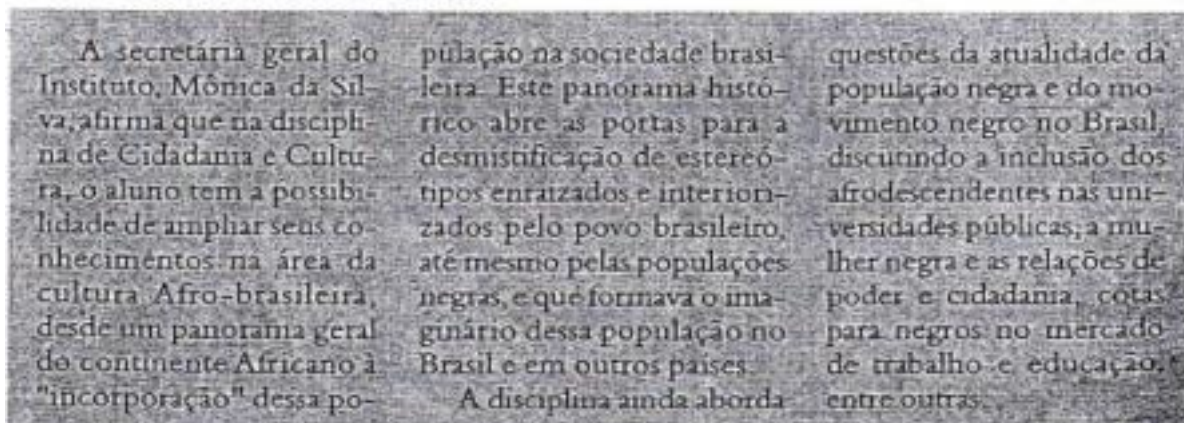
Em 2008, junto à Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro) – uma rede de cursinhos pré-vestibulares comunitários –, o Instituto do Negro Zimbauê desenvolveu uma ação formativa voltada à ampliação do acesso a pessoas negras às universidades. O cursinho foi direcionado aos alunos do ensino médio da rede pública, com 50% das vagas destinadas a pretos e pardos. Em matéria publicada no Jornal de Assis (Figura 4), é destacada umas das disciplinas ofertadas, “Cidadania e Cultura”, como um dos diferenciais da proposta.

Figura 4 – Matéria sobre cursinho pré-vestibular realizado pelo coletivo Zimbauê

As inscrições tiveram início nesta segunda; a disciplina de cultura e cidadania é um dos diferenciais

Zimbauê recebe inscrições para cursinho pré-vestibular até sexta

CULTURA E CIDADANIA



Fonte: Arquivo da Circuito de Interação de Redes Sociais - CIRCUS

Como forma de ampliar os conhecimentos artísticos e culturais, a participação nos espaços de controle social ou o acesso a pessoas negras nas universidades, a ação formativa deve estar comprometida com processos de emancipação e autonomia. A autonomia tomada em seu sentido de ampliação do campo de referências, diferencia-se daquela apropriada e reproduzida pelo neoliberalismo, o qual atribui equivalência pelo capital – tão autônomo se é quanto mais recurso financeiro tiver – traçada uma linha vertical (do ter), torna-se objeto de consumo e jogada de *marketing* para ser vendida como *status*.

A função de autonomização num grupo corresponde à capacidade de operar seu próprio trabalho de semiotização, de cartografia, de se inserir em níveis de relações de força local, de fazer e desfazer alianças, etc. O que vai caracterizar um processo de singularização (que, durante certa época, eu chamei de “experiência de um grupo sujeito”), é que ele seja automodelador. Isto é, que ele capte os elementos da situação, que construa seus próprios tipos de referências práticas e teóricas, sem ficar nessa posição constante de dependência em relação ao poder global, a nível econômico, a nível do saber, a nível técnico, a nível das segregações, dos tipos de prestígio que são difundidos. A partir do momento em que os grupos adquirem essa liberdade de viver seus processos, eles passam a ter uma capacidade de ter sua própria situação e aquilo que se passa em torno deles. Essa capacidade é que vai lhes dar um mínimo de possibilidade de criação e permitir preservar exatamente esse caráter de autonomia tão importante (Rolnik; Guattari, 1998, p. 46).

Nessa direção, a autonomia deve ser “cuidada”, sendo fundamental dirigir-se a ela nos debates. Partindo desse pressuposto, trata-se de tomar um posicionamento a seu respeito, o que levará a uma disputa conceitual, de modo a reivindicar o lugar dela em seu sentido ampliado. É necessário um quantum de liberdade (autonomia) para movimentar os desejos no sentido da criação. A autonomia tem a ver com processos de singularização e diferenciação. Em vez de identificação – de camadas fixas que tentam aprisionar o fluxo da diferença –, na diferenciação ocorre um processo de criação de singularidades.

Contribuindo com essa discussão, Fernando Zanetti, cofundador do coletivo Circus e professor do curso de psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), em seu trabalho intitulado “A condição da arte e os novos paraísos artificiais” (2007), problematiza o papel de instituições – como ONGs, escolas, hospitais e centros de recuperação – que acabam por promover práticas de instrumentalização da arte. No lugar de propor espaços em que a arte e a cultura podem ser experienciadas, as oficinas limitam-se à transmissão de conhecimentos. Segundo o autor, isso retira da arte sua potência de criar condições de diferenciação, ou seja, de propor novos modos de ver e experienciar o mundo, sendo usada como estratégia do capital para controle da população (Zanetti, 2007).

As oficinas constituem-se como um dos espaços de formação e criação do Galpão Cultural. Adotando um formato menos rígido do que os espaços convencionais, buscam, para além do ensino de técnicas e/ou conteúdos específicos, um ambiente de experimentação. Embora estivesse nesse lugar, o de auxiliar o andamento das atividades, ainda assim pude desfrutar de muitas vivências.

Diário de Bordo

Oficina de Confeção de Jaraguá (Realizada através do Edital de Ocupação da Biblioteca Comunitária do Galpão Cultural de incentivo à leitura)

Eu não conhecia o Jaraguá. O Jaraguá é um mamulengo que se parece com um jacaré. Tem uma boca grande, com muitos dentes, que ao fazer movimentos de abrir e fechar emite um som que me lembrou a batida do agogô. É um brinquedo bem colorido que pode ser do tamanho grande ou pequeno. Quando grande é segurado por um cabo de vassoura e coberto por um pano colorido. Dessa maneira, uma pessoa adulta consegue entrar debaixo do pano, segurar o cabo e fazer a brincadeira acontecer. A oficina veio de Fortaleza para nos apresentar o Jaraguá e nos contou um pouco da história desse brinquedo e de suas

experiências com ele. No modelo original, a cabeça desse mamulengo é feita do esqueleto da cabeça de um cavalo. Segundo ela, de tão pesada, a cabeça é sustentada por uma vara de ferro para conseguir ficar firme. Apesar do peso, “os brincantes passam horas dançando como Jaraguá”, relata a oficinaira. Na biblioteca do Galpão, reproduzimos um pouco da dança e das brincadeiras. “Chegou chegou chegou meu Jaraguá, o bichinho é bonitinho ele sabe vadiar”, cantávamos. Foi um grande prazer conhecer o Jaraguá e sua história, que passou a fazer parte do imaginário das crianças e adultos que participaram da oficina e puderam confeccionar seus próprios Jaraguazinhos.

5.3.2 Espaços de debate e reflexão

Em tempos de instantaneidade, espaços de debate e reflexão parecem tornar-se cada vez mais inviáveis e inimagináveis. São como experiências incabíveis, no sentido de ser inadequadas às nossas agendas (espaço-tempo). Afinal, do que resultará um debate? A que/quem serve uma reflexão? Nenhum produto é gerado de tal ação.

O espaço-tempo da reflexão exige algo praticamente oposto à dinâmica empregada pelo capitalismo – contemplação, desaceleração, valorização do processo. Sobre a temporalidade, Rolnik e Guattari (1998, p. 47) apontam que faz-se necessário uma resistência “aos modos dominantes de temporalização”. Para os autores, a relação com o tempo deve ser produzida a partir de um entendimento próprio do grupo ou indivíduo, “o mesmo deve ser dito com relação aos modos de espacialização” (Rolnik; Guattari, 1998, p. 47).

Capazes de mobilizar deslocamentos e questionamentos, os espaços de reflexão e debate são valorizados pelos coletivos que ocupam o Galpão, os quais propõem encontros dedicados a temas diversos ligados à política, cultura, economia, cidadania, democracia e tantos outros. São espaços abertos, em que as pessoas podem trocar ideias, compartilhar concepções, problematizar conceitos e práticas. Por vezes, os debates podem gerar encaminhamentos, sejam no campo das políticas públicas, sejam no âmbito do controle social, sejam até mesmo relativos à organização interna do coletivo; afinal, a coisa sobre a qual se pensa (o objeto de debate) implica um movimento de retorno sobre si próprio. Desse modo, discutir acerca das dinâmicas sociais, culturais, econômicas, políticas, éticas e estéticas reflete sobre o próprio fazer e ser coletivo.

5.3.2.1 Ciclo de Ágoras

Dentre os espaços de debate e reflexão organizados pelos coletivos do Galpão, acompanhamos e participamos do Ciclo de Ágoras. Inspirada nas ágoras gregas, a Circus, desde sua formação, propõe a criação desse e de outros espaços de debate para tratar de diversos temas. Fiz parte da organização de um desses ciclos, o qual integrou a programação do “Galpão 15 Anos”, inserindo-se como uma das atividades de reflexão do projeto. Junto com a equipe de produção, propomos quatro encontros com diferentes assuntos a serem debatidos, todos diretamente ligados à atuação dos coletivos no Galpão Cultural. São eles: Galpão Cultural e subjetividades; produção cultural, desafios e potencialidades; economia solidária e grupos de consumo; e resíduos sólidos no interior paulista.

O Ciclo de Ágoras foi realizado em 2022 no Galpão Cultural, após o fim do isolamento social e retorno das atividades presenciais no espaço. Buscando ampliar o alcance, foi adotado o formato híbrido, assim as pessoas poderiam participar tanto presencialmente quanto remotamente. Nossa expectativa era a de que houvesse um número expressivo de pessoas, mas o que vimos foi uma presença reduzida. Seguimos com algumas anotações no diário de bordo sobre o primeiro dia do ciclo.

Na tentativa de adequar ao horário “comercial” de trabalho, as rodas estavam previstas para começar às 19h com previsão de encerrar por volta das 22h. Fiquei pensando que para tratar de temas tão complexos e amplos seria necessário um período maior de tempo para, de fato, conseguir explorar as questões que seriam desdobradas a partir das discussões sobre tais assuntos. Mas tivemos que nos adequar aos horários.

No primeiro dia, o tema se aproximava, de maneira particular, com a minha atuação. Tanto por estar envolvida com ações no Galpão Cultural, quanto pelo meu campo de pesquisa. A discussão sobre o tema “Galpão Cultural e Subjetividades” trouxe reflexões acerca do conceito de cultura; da construção do Galpão como espaço de cultura alternativa à cultura produzida pela grande mídia. Além disso, surgiram questões sobre a participação da população de Assis nas ações culturais do Galpão. Apontaram a pouca adesão da população nas atividades do Galpão.

Foi falado sobre o Galpão ocupar um lugar geograficamente de grande visibilidade na cidade, por estar localizado na região central; De sua importância enquanto espaço em que se produz cultura e de seus coletivos estarem pensando sobre políticas públicas. Sobre ser um espaço alternativo à cultura ligada ao agro e propor algo diferente dos eventos de rodeio, muito comuns nas cidades do interior. Falaram também sobre a possibilidade de

experimental arte e cultura de um modo que talvez não fosse possível caso não existisse aquele espaço na cidade; de o Galpão ser um território, no qual padrões são questionados e a diversidade valorizada.

Embora fosse um espaço sem antagonismos políticos (entre esquerda e direita), favorecendo o convívio de ideias, observo em mim a sensação de perceber a potência de encontros como este; de trocas de experiências, de movimentação de ideias, de construção de conhecimentos. Comento com algumas companheiras e companheiros o quão enriquecedoras foram para mim as conversas travadas.

Em meio à execução de projetos que estavam em curso naquele momento, a relação com as políticas culturais e as burocracias que são exigidas pelos editais, a própria produção cultural no contexto de pós pandemia e de governo genocida; pensar a prática pareceu fundamental.

Apesar de serem elencados temas para as discussões, as falas foram ganhando diferentes rumos, vagando em outras searas e disparando novas problemáticas, além das programadas. Nessas espacialidades, as lisuras sobrepõem-se aos estiramentos.

O contexto da política institucional daquele momento permeou todos os debates do ciclo, demonstrando ser absolutamente inevitável refletir acerca dos temas propostos sem incluir e problematizar seus efeitos destrutivos. Para além de discutir as dinâmicas da lógica estatal, fazia-se necessário olhar para o funcionamento e o direcionamento do governo, pois, sim, tratava-se de um governo, e não de um “desgoverno”, como muitos se referiam. Capitaneada pelo bolsonarismo, vivenciamos a ascensão da extrema direita e do fascismo no Brasil que elegeram como um dos principais alvos a cultura. Porém a educação, a arte e a cultura também tornaram-se obstáculos significativos para a implantação do projeto de poder dos bolsonaristas. É relativamente fácil dominar a política (basta ganhar uma eleição no Executivo e Legislativo, como conseguiram); é fácil dominar a economia (basta colocar no respectivo ministério um Paulo Guedes, por exemplo); porém, na educação, arte e cultura, a história é outra. Mesmo fechando o respectivo ministério, minguando as verbas públicas, controlando livros didáticos, criando escolas militares etc., a resistência continua e até se fortalece. Assim, espaços como o Galpão, no qual são fomentados debates e reflexão, representaram um dos principais nichos de oposição ao bolsonarismo.

5.3.2.2 Rodas de Saberes

Outro espaço dedicado à reflexão e ao debate se refere às Rodas de Saberes, que compõem a programação da Feira Literária de Assis (FLiA). O evento vem sendo construído desde 2017, ano em que ocorreu sua primeira edição, a partir de “demandas de editores independentes e escritores que circulavam ou ocupavam o Galpão para lançamento de livros” (Barcelos; Calça; Carmo, 2024, p. 163).

A vinda de escritores individualmente em busca de apoio para lançamentos de livros aumentou e esse movimento evidenciou tanto a dificuldade de acesso ao mercado editorial no interior, já que as editoras se concentram nas capitais, quanto a falta de ações que promovem um circuito literário local. Olhando para a conjuntura, as cidades ao entorno não tinham feiras literárias próprias ou regulares; uma das duas livrarias fechou e a Biblioteca Municipal tem, até hoje, um funcionamento irregular e burocratizado. Diante disso, a pauta da feira emergiu nas reuniões dos coletivos organizados e a primeira edição foi realizada em fevereiro de 2017 (Barcelos; Calça; Carmo, 2024, p. 163).

As Rodas de Saberes passaram a compor a quarta edição da feira, tendo como principal objetivo pôr em debate temas discutidos por autoras/es.

Em 2022, o tema da resistência atravessou toda a discussão no terceiro dia da Roda de Saberes. Através das histórias de cordel, da poesia oral e dos livros de Maria Carolina de Jesus. O encontro contou com três debatedores que trouxeram suas próprias experiências para a roda. Experiências que indicavam um lugar comum, o lugar da cultura negra e da cultura popular. O cordel, de origem nordestina, é uma arte que chega na Região Sudeste através de imigrantes e passa a compor e influenciar outras linguagens artísticas e culturais, como o rap, por exemplo, nos contou um dos debatedores, autor de vários livros de cordel e professor de Letras da Unesp de Assis, Francisco Alves. O cordel ocupou a academia, assim como a autora Maria Carolina de Jesus que teve sua obra visibilizada tardiamente, conforme pontua o pesquisador Jonatan Gomes dos Santos. Em sua fala, indaga inconformado, “como esta autora fantástica que escreveu na década de 1960, e que trata de temas ainda tão atuais, foi esquecida?”, “Como não a conheci antes?”. Em tom de protesto, o debatedor fala sobre a dificuldade de trabalhar com este tema de estudos, num curso tão conservador, como é o curso de história... Esta é uma “história que se repete”, complementa outra debatedora, referindo-se à própria trajetória. Júlia Motta, poeta, escritora, capoeirista, manifesta-se contra a realidade do “povo negro que ainda pede pelo fim da pobreza, da fome, da miséria e da desigualdade”.

A proposta da Roda de Saberes é romper com um sentido hierárquico dos espaços privilegiados do conhecimento, buscando uma relação horizontalizada entre as pessoas

participantes. Parte de uma tentativa de quebra com as estruturas de saber, tendo em vista que o poder que opera o saber não está localizado apenas nas instituições educacionais ou culturais, mas disseminado em nível micropolítico (molecular), podendo ser reproduzido com facilidade e expressar-se nas várias armadilhas do cotidiano. Assim, a potência desses espaços não reside no acúmulo de conhecimento sobre algo, mas na consciência acessada a respeito daquilo que se conhece.

5.3.2.3 Encontro Saúde Mental na Escola

Acrescentamos a este mapa o Encontro Saúde Mental na Escola, organizado pela FLiA, em abril de 2023. Como contrapartida do projeto FLiAzinha, aprovado pelo ProAC, esse espaço de debate teve como foco pensar processos de saúde mental de professores, alunos e funcionários. O encontro contou com um número expressivo de pessoas que, em sua maioria, eram professores da rede pública de ensino (ligadas ao município e ao estado). Numa infeliz coincidência, poucos dias antes do evento havia ocorrido um caso de violência em uma escola pública na cidade de São Paulo, em que um aluno atacou com uma faca alunas/os e professoras/es. Esse episódio, somado a outros casos de violência na escola, levou a uma discussão sobre a inserção da força policial no ambiente escolar. Além disso, a mídia começou a fomentar uma narrativa em torno da presença de psicólogas/os como forma de prevenir situações como essas. Essas discussões foram debatidas nesse encontro.

O encontro contou com a mediação de duas psicólogas que propuseram, para iniciar a conversa, uma dinâmica corporal como forma de estimular a interação.

Logo de início, após todas as apresentações, ficou evidente a necessidade que as professoras e os professores presentes tinham de desabafar. Sim, desabafar! Não tratava-se apenas de compartilhar ideias ou experiências, precisavam, quase que desesperadamente, descarregar-se de uma forte angústia e sofrimento. Assim, surgiram pautas como a precarização do trabalho, a alta carga horária e os baixos salários, reivindicações que, historicamente, são enfrentadas pela classe de professoras/es. Também falaram sobre a alta medicalização que as/os acomete. Houve muitos comentários a respeito das escolas não disporem de alimentação adequada às/aos alunas/os. Outra questão apresentada foi o uso das tecnologias digitais na sala de aula. De modo geral, foi apontado que não há um planejamento ou uma estratégia que dê conta disso, acarretando em uma experiência conflituosa que inclui a proibição do uso.

Após algum tempo de debate, outra dinâmica foi sugerida pelas mediadoras. Um grande pedaço de papel foi disposto ao meio da roda, nele as pessoas poderiam escrever qualquer palavra ou frase que remetesse a ela a questão tema da saúde mental.

Os recentes episódios de violência nas escolas também ganharam destaque. Diante da fala de algumas pessoas que defenderam a inserção de psicólogas/os nas escolas, as mediadoras propuseram aprofundar a discussão. Para elas, a introdução desses profissionais na escola poderia significar um risco. Suas falas caminharam na direção de compreender o risco da psicologização das injustiças sociais.

A Figura 5 ilustra uma dinâmica realizada durante roda de conversa sobre saúde mental nas escolas.

Figura 5 – Roda de conversa sobre saúde mental nas escolas



Fonte: Arquivo do Ponto de Cultura Galpão Cultural de Assis/SP

5.3.3 Espaços de encontros

Poderíamos simplesmente definir os coletivos como espaços de encontros; afinal, os coletivos são uma forma de encontro entre pessoas que seguem se encontrando como meio de funcionamento. Embora nem todos os momentos de reunião coincidam com a realidade de um encontro, sua ocorrência é fundamental para dar continuidade a essa experiência de agrupamento, pois é a partir do encontro que há a possibilidade de intervir, de desestabilizar

conceitos e produzir questionamentos, considerando estes os principais objetivos de suas práticas. Por meio das trocas, afetando-se mutuamente, outros sentidos são construídos; mesmo que nem todo encontro seja produtivo e harmonioso, é mediante as interações que a dinâmica coletiva se mantém, ampliando formas de relações, negociações de conflitos e articulações de desejos compartilhados.

Além disso, os coletivos como espaços de encontro são fundamentais para a experimentação de outras formas de organização social e subjetivação, diferentes das preestabelecidas. Atuando por linhas moleculares, os encontros podem gerar rupturas, criando possibilidades de estabelecer novas conexões as quais carregam a potência de reorganizar o modo como percebemos e habitamos o mundo ao nosso redor. No espaço coletivo, as linhas moleculares operam como fluxos que vão desviando as trajetórias habituais, abrindo para a emergência de formas alternativas. No entrelaçamento dessas linhas, nos pequenos gestos e trocas se gestam processos de transformação que podem se expandir para além do coletivo.

Ao longo da minha trajetória integrando coletivos, pude desfrutar de inúmeros encontros – com pessoas, ideias e experiências – que movimentaram em mim pensamentos e perspectivas. O próprio conceito de coletivo passou a ser redesenhado, ganhando outras compreensões e formas de análises. Compreendemos que as formações coletivas são muito mais dinâmicas do que estáticas, e essa dinamicidade reside justamente no caráter imprevisível dos encontros. Cada um deles pode gerar uma singularidade, um novo campo de forças que afeta tanto os indivíduos quanto o próprio coletivo. É em meio a essas forças em movimento que se dá a experimentação de formas alternativas de viver em conjunto, de compartilhar e de criar modos de ser. No entanto, tais formas não surgem de maneira linear ou previsível, elas emergem de fricções, de diferenças e de rupturas.

Como espaço aberto a receber as mais diferentes propostas artísticas e culturais, o Galpão Cultural configura-se como ponto de referência para diversos coletivos. Festas, confraternizações, festivais, mostras, feiras e outros eventos foram realizados ao longo de sua história, motivando uma infinidade de encontros marcados e/ou inesperados.

Um dos eventos que motiva muitos encontros é a Festa Junina do Galpão Cultural. Por vezes chamada de Arraiá ou Jupira, ela mobiliza vários coletivos em torno de sua organização e possibilita gerar recursos para a manutenção de suas próprias ações. Quase como uma tradição, é aguardada, desejada e cultivada não apenas pelos coletivos, mas por muitas pessoas que já participaram em algum momento de sua realização.

Em 2022, ocorreu a 13ª Festa Junina, de cuja organização tomei parte ativamente.

Nesse ano houve a participação de nove coletivos: Feira de Economia Solidária; Estúdio Popular; Instituto Zimbauê; FLiA; Pirassis; Circus, Clube de Cinema Exílio e Angoleiros do Sertão. Ocorreu um conjunto de reuniões para estabelecer de que maneira seria organizado o evento. Precisávamos tratar de questões práticas como comida típica pela qual cada coletivo ficaria responsável, decoração, limpeza e infraestrutura. Além disso, era necessário definir a forma de distribuição dos recursos gerados. Considerando as novas composições coletivas, a cada ano todos os acordos são revistos.

Outro evento motivador de grandes encontros é a Feira Literária de Assis (FLiA), que reúne diversas pessoas interessadas nas artes literárias, estimulando também a participação de um novo público. Durante o evento não nos encontramos somente com pessoas, podemos ter encontros com as histórias e experiências contadas ou escritas nos livros.

Ao rol dos encontros acrescentamos mais um grande evento, o qual transbordou as estruturas do Galpão Cultural e saiu de itinerante pela cidade: o Encontro de Palhaços. Ele articulou a reunião de muitos palhaços e palhaças de várias regiões do Brasil, e até do exterior, buscando fomentar um circuito ligado às artes circenses. Com oito edições, a última ocorreu em 2022 como parte do projeto “Galpão 15 Anos”. Nesse ano, o encontro deslocou-se de seu lugar habitual, e em um movimento de questionamento das estruturas de gênero tornou-se Encontro de *Palhaces*.

Dos eventos inusitados, em 2022 aconteceu o chamado Cachaça e Cultura, uma noite cultural com apresentações musicais, esquetes de teatro, declamações de poesia, falas e outras manifestações relacionadas à cachaça. A organização, da qual participamos diretamente, propôs que fosse realizado no Galpão Cultural, por ser um espaço desburocratizado e por viabilizar sua proposta integralmente. No espaço da Unesp (*campus* de Assis), pensado inicialmente, o evento não poderia ocorrer pelo impedimento de consumo de bebidas alcoólicas ali, especialmente porque estavam previstos um cenário de bar para as apresentações científico-culturais relacionadas à cachaça e um momento de degustação. Foram realizados debates sobre a história da cachaça entrelaçada à construção da identidade nacional, dos afetos, ritos, vínculos, sua presença nas estruturas de classe, de gênero e etnia. Os diálogos e manifestações artísticas proporcionaram problematizações acerca da produção de estigmas e reprodução de estereótipos, trazendo uma visão crítica acerca do tema, para além de normatizar a relação entre cachaça e cultura.

Cabe ressaltar que nem em uma universidade pública, normalmente aberta a

produções e manifestações culturais disruptivas, o evento poderia ser feito. Isso demonstra a especificidade e importância de espaços culturais que se constituem como coletivos autogestionários e alternativos em relação aos ambientes institucionalizados tradicionais. Ali a cachaça e a cultura puderam coexistir, propor questionamentos, aberturas, encontros e afetações sem o imperativo dos códigos preestabelecidos.

5.3.4 Espaços de articulação e mobilização

A principal forma de articulação dos coletivos do Galpão é a formação de redes, pensadas como modo de conectar e ampliar circuitos de interação com outras redes, e por meio das quais interligam-se pessoas, coletivos e projetos. São formadas por diferentes atores, que agenciam formas de mobilização mediante reuniões, encontros, confraternizações, conferências, fóruns, assembleias e conselhos. Além disso, são capazes de abranger diversos tipos de formações grupais – coletivos, movimentos sociais, sindicatos, trupes, grupos de teatro, associações e outros. Nas redes também não há demarcação de fronteiras. Elas não se encerram numa linha que as contorna. São estruturas abertas que mantêm vários fios de conexão, gerando circuitos vivos. Elas lidam mais com o movimento do que com o estático, operam mais nos espaços fluidos do que nos fixos e estriados. Permitem variações constantes e são maleáveis.

As redes em torno do Galpão Cultural têm como propósito manter um espaço onde as pessoas possam manifestar-se em suas práticas, desejos e necessidades. Dentre os coletivos dessa ocupação, a Circus dedicou-se especialmente às redes, ao visualizar nessa forma de interação uma estratégia para “problematizar as setorizações e totalizações dos saberes e das práticas no contemporâneo” (Galpão Cultural, 2009). Por meio dessa estrutura articulada, buscou intensificar circuitos alternativos aos programados pelas dinâmicas hegemônicas, questionando padrões de existência e lógicas de dominação. Em 2023, em um encontro entre Pontos de Cultura chamado Teia Digital, Maria Rita Barcelos, uma das articuladoras do Galpão Cultural, comentou sobre as redes referindo-se ao Galpão Cultural como espaço coletivo, propositor de metodologias participativas, a partir de relações solidárias e de corresponsabilização.

Por outro lado, as redes também podem servir à reverberação das práticas capitalistas, modulando as espacialidades-temporalidades segundo sua axiomática. Enquanto os movimentos de resistência operam no rompimento de relações de poder e dominação por

meio das redes, as forças (re)produzidas pelo capitalismo trabalham no sentido de minar as potencialidades que podem ser geradas de suas conexões. Nesse sentido, as práticas descentralizadoras não representam risco ao capitalismo em suas vestes neoliberalistas, mas, ao contrário, são até incentivadas. No entanto, será que processos de conexão a partir da descentralização podem representar vias potentes?

Percorrendo as redes, participamos de vários espaços mobilizados pelos coletivos, sendo os fóruns populares um dos principais modos de articulação. Assim, ao longo da pesquisa, tivemos a oportunidade de acompanhar o Fórum de Cultura do Interior Profundo, o Fórum Aberto de Cultura de Assis (FACA), o Fórum do Galpão Cultural e o Fórum Assisense de Economia Solidária (FAES). No centro de suas discussões estão o fortalecimento e a construção de políticas públicas. Além de constituírem-se como espaços de articulação e mobilização, são também espaços formativos, de debate, reflexão e trabalho; afinal, dedicam-se a pensar e repensar conceitos e práticas e a ampliar processos de participação social.

5.3.4.1 Fórum Assisense de Economia Solidária (FAES)

Economia solidária é um tema presente na atuação dos coletivos do Galpão Cultural desde sua criação. Essa relação muito se deve à formação que alguns dos ocupantes tiveram durante um estágio do curso de psicologia da Unesp. A Incubadora de Projetos de Cooperativas Populares, como o estágio foi chamado, teve grande influência na mobilização da economia solidária, não apenas entre os coletivos do Galpão, mas na cidade e na região. Apelidada de EcoSol, propõe ser uma alternativa ao modelo de economia capitalista, valorizando relações de trabalho justas em detrimento do lucro. Seus princípios são trabalho cooperativo, autogestão e valorização da coletividade.

Sistema econômico baseado na existência de empreendimentos (empresas) econômicos solidários nos quais a gestão é realizada coletivamente de forma autogestionária pelos/as trabalhadores/as, com democracia direta nas relações de produção, com justa distribuição dos resultados, sem exploração e dominação entre seus membros¹⁰.

O movimento de economia solidária em Assis tem sido articulado por meio do Fórum Assisense de Economia Solidária (FAES). Ele foi oficialmente instalado em setembro de 2019, com representantes de três segmentos: trabalhadores, entidades de apoio e fomento e

¹⁰ Documento orientador, publicado pelo FAES, em agosto de 2020.

gestores públicos. O coletivo Circus é uma das entidades de apoio e fomento ao FAES desde sua instalação. Outros coletivos do Galpão, como a Feira de EcoSol e a Rede Trem Bão, também participam ativamente como representantes das/os trabalhadoras/es.

A Feira de Economia Solidária teve início também em 2019 com o objetivo de ser um espaço de comercialização, aproximação e articulação entre trabalhadoras e trabalhadores, trazendo como proposta difundir o consumo justo e solidário. Durante o ano, realiza diversas feiras em frente ao Galpão e em outros locais da cidade.

A Rede Trem Bão foi formada em 2014 a partir da mobilização das agricultoras/es da Cooperativa dos Agricultores Agroecológicos de Boa Esperança – COOAABE de João Ramalho. Por meio da comercialização de produtos agroecológicos, movimenta uma rede formada por produtoras/es e consumidoras/es.

O Galpão Cultural, por intermédio dos coletivos ocupantes, fomenta o movimento de economia solidária no município, buscando dessa maneira engendrar outras formas de convivência e produção de sentidos. De acordo com o artigo publicado no *Jornal de Assis* em 2009, assinado como Galpão Cultural (Figura 6), a EcoSol se configura como uma prática que se propõe “alternativa ao modo de produção capitalista, frenético, e de consumo maciçamente induzido”.

Figura 6 – Artigo publicado no *Jornal de Assis* sobre economia solidária



Fonte: Arquivo da Circuito de Interação de Redes Sociais

Como resultado de uma mobilização local do movimento de economia solidária na cidade, em 2010 foi instituída a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária no Município de Assis, por meio da Lei nº 5.454. Apesar dessa importante conquista, até os dias de hoje o movimento reivindica a aplicação desse dispositivo legal.

5.3.4.2 Fórum do Galpão Cultural

O Fórum do Galpão Cultural surgiu com a principal finalidade de discutir a gestão do espaço e debater sobre ampliação e criação de políticas públicas. O primeiro encontro ocorreu em fevereiro de 2017 (Figura 7), reunindo um número expressivo de pessoas. Ali foram tratados temas como organização do espaço, agenda de atividades, manutenção financeira e participação em instâncias de controle social. Anteriormente, eventos com a mesma finalidade também foram realizados, no entanto apenas em 2017 passou a ser estruturado como fórum.

Figura 7 – Agenda do coletivo Circus com indicação do Fórum do Galpão Cultural



Fonte: Arquivo da Circuito de Interação de Redes Sociais

Com exceção do período de pandemia, que exigiu adotar o formato virtual de encontro, os fóruns do Galpão costumam ser realizados no modelo presencial e, preferencialmente, em torno de uma mesa de café, com pães, bolos, chás, sucos e frutas para acompanhar a “prosa”. Em 2009, em uma matéria intitulada “Galpão Cultural define oficinas de artes para este semestre”, o jornal *Diário de Assis* publicou o momento:

O Galpão Cultural promoveu esta semana um café cultural com os participantes das cinco organizações que integram a unidade cultural (Circus – Circuito de Interações de Redes Sociais –, Instituto do Negro de Assis – Zimbauê, Pirassis – Associação dos Usuários, Familiares e Amigos da Saúde Mental de Assis –, Trupe Retalhos – coletivo de artistas circenses amadores – e Casa do Ator – coletivo de atores amadores) e voluntários para discutir questões relacionadas à sustentação financeira da unidade. (Diário de Assis, 2009)

Atualmente, outras pessoas e coletivos compõem esse encontro e contribuem com os debates que continuam sendo acompanhados por um grande café coletivo, também como forma de criar um ambiente acolhedor. Os temas discutidos seguem semelhantes aos que permeavam as discussões no início da formação do Galpão e giram em torno da manutenção, participação e planejamento das atividades.

No fórum realizado em 2022, participaram Circus, FLiA, Clube de Cinema Exílio, Leia Mulheres, Feira de EcoSol, Estúdio Popular, Pirassis, Kawe Zimbaue, Rede Trem Bão e Angoleiros do Sertão.

A partir de nossa participação durante o Fórum do Galpão Cultural (2022), fizemos alguns registros em diário de bordo, ilustrando um pouco da dinamicidade desse espaço.

Diário de Bordo

Fórum do Galpão Cultural de 2022

A ideia é que todos os coletivos que participaram com ações ao longo do ano pudessem estar no Fórum para partilhar sua experiência e aquelas pessoas ou coletivos que tivessem interesse em se aproximar do espaço que se “achegassem” e colocassem na roda suas ideias. O encontro aconteceu em formato híbrido, com a intenção de viabilizar a participação das pessoas que não poderiam estar presencialmente no Galpão. Com dois dias de encontro, no primeiro, dezessete pessoas estiveram presencialmente e quatro de modo remoto e, no segundo, quatorze pessoas estiveram presencialmente e quatro no virtual.

A partir de representantes, participaram os seguintes coletivos: CIRCUS; equipe de gestão do Galpão Cultural (do qual eu fazia parte, com mais dois companheiros), FLiA – Feira Literária de Assis; Clube de Cinema Exílio; Leia Mulheres; Feira de EcoSol; Estúdio Popular; PIRASSIS; Kawe Zimbaue; Rede Trem Bão; Angoleiros do Sertão.

No primeiro dia foi proposto que iniciássemos com a apresentação do documentário do Galpão Cultura. Este documentário foi produzido em 2020 e tem como foco contar a história do espaço, divulgar suas ações e, principalmente, contar a experiência desta ocupação a partir da visão de quem a produz. O documentário é inspirador. As falas transmitem emoção e envolvimento das pessoas. Após ser transmitido o vídeo, com cerca de vinte e cinco minutos, começamos a prosa, nos apresentando. Para iniciar o encontro é de costume fazer uma rodada de apresentação, tendo em vista que sempre (ou quase sempre) há participantes recém-chegados. Este primeiro momento é o de introdução, aquecimento ou “chegança”. Alguns dizem: “vão se achegando aí”. Junto à rodada de apresentação foi proposto que cada uma fizesse uma breve avaliação do ano de 2022, refletindo sobre sua participação e compartilhando suas impressões.

Foi falado sobre o Galpão ser um espaço importante de resistência cultural, de sentir gratidão por fazer parte como espectador, mas também como articulador. Inspirados pelo documentário, algumas pessoas retomaram a história de ocupação, o processo de despejo e a vivência do novo espaço. Falaram, também, sobre a dificuldade de compor com um espaço já formado, de ter que ir se inserindo e tendo que aprender “na marra”. Foi falado de muita potência no ano de 2022, de movimentos de retomada pós-pandemia, do interesse de novas pessoas de se aproximarem, do impulsionamento de ações da Biblioteca Comunitária, Feira Literária e Espaço Ciranda (espaço dentro da biblioteca pensado para o público infanto-juvenil). Foi um ano de novos acessos e de fortalecimento, de estruturação e reestruturação. De muito trabalho. Ano da “fazeção”. [...]

Caminhando para o final do encontro, nesse primeiro dia, algumas pessoas tentam dar andamento às pautas, tendo em vista o tardar da hora e a necessidade de encaminhar demandas. Começa-se então a fazer um levantamento das demandas para serem discutidas no segundo dia do Fórum.

- *Cuidados permanentes*

- *Insumos (papel higiênico, produtos de limpeza, álcool gel, café e filtro de café)*

- *Manutenção da Ocupação*

- *Mutirão na Biblioteca Comunitária*

- *Manutenção do espaço do trilho do trem e Jardim das Guerreiras - Limpeza, manutenção e gestão de resíduos sólidos*
- *Goteiras*
- *Comunicação*
- *Divulgação da Programação e Ações/Agenda*
- *Oferta de companhia de Ourinhos (portfólio) para fazer um site do Galpão*
- *Ocupação coletiva do espaço*
- *Contribuição financeira para manutenção do espaço pelos coletivos*
- *Acordos para receber atividades, fluxo e acolhimento para eventos pontuais – ex Termo de Compromisso (pedagógico)*
 - *Frentes de Trabalho (Produção-Recepção, Comunicação, Infraestrutura, Zeladoria Limpeza), composta pelos coletivos, circulação de pessoas diante das suas aptidões*
 - *Grupos de atuação permanentes (Áreas e coletivos e ações e ...)*
 - *Ampliação da recepção (pontes), chegada pelas redes sociais, e-mail, contatos pessoais*
 - *Mapeamento das funções e variação da responsabilidade (desafio-tarefa)*
 - *Especificar o que faz o coletivo nas frentes de trabalho – ex. Limpeza e Zeladoria: compartilhar entendimentos nos eventos pontuais e uso contínuo, olhar atento, grupo de referência, criar mecanismos, pequenos detalhes de gestão.*
 - *Pensar e agir frente às dificuldades*
 - *Olhar coletivo para as necessidades da ocupação*
 - *Retorno para os coletivos para organização desta agenda de trabalhos/demandas*
 - *Período de pactuação e distribuição nos coletivos*
 - *Levantamento dos responsáveis em suas funções*
 - *Demarcar as frentes de trabalho e primeiro plano*
 - *Listar o que precisa ser feito e indicar no Quadro de Rep. – visualizar a demanda (rotina e eventos)*
 - *Contas mensais*
 - *Mapear os coletivos – quem somos/estamos?*

No dia seguinte, estávamos novamente no Galpão para continuar os trabalhos do Fórum. Fizemos um café comunitário, com muitas comidas. Iniciamos a prosa com a apresentação e avaliação das pessoas que não puderam estar presentes no dia anterior. Não foram muitas pessoas que se apresentaram, mas novos apontamentos foram trazidos com relação aos desafios na resistência. Tiveram falas sobre a adequação aos novos formatos pós-pandemia,

como os protocolos sanitários; da preocupação sobre acessibilidade de pessoas com deficiência, dos cuidados com o espaço, da gestão coletiva com relação à organização e manutenção financeira, da relação com os projetos financiados por editais e como eles fortalecem financeiramente as ações dos coletivos. Questionamentos de várias ordens foram sendo manifestados.

Como compor? Quais cuidados o espaço precisa? Como ampliar o público frequentador do Galpão? Como manter financeiramente o espaço? Como gerir coletivamente? Como ser coletivo no espaço?

[...]

Enquanto uma gestão coletiva que propõe a participação efetiva de todos os coletivos e fazedores de cultura na construção deste espaço, o conceito de autogestão é debatido, não apenas nesta reunião, mas nos vários momentos em que a prática se alia à reflexão. O processo de autogestão está ligado à ideia de autonomia que, por sua vez, entendemos estar direcionada no sentido da emancipação. A gestão coletiva, no contexto em que estamos discutindo, visa romper com as estruturas hierárquicas e de controle. Assim, definimos que quem faz a gestão são todas as pessoas e, portanto, necessita da participação ativa. A participação se constitui com um dos princípios para a continuação deste espaço cultural.

A participação como princípio fundamental para a manutenção desse Ponto de Cultura coloca-se como desafio à gestão coletiva hoje. Essa narrativa tem sido expressa nos espaços de reuniões, que contam com pouca participação e acabam gerando sobrecargas. A “Carta de Princípios do Galpão Cultural”, uma espécie de “cartão de visitas” a novas pessoas e coletivos, indica em seus apontamentos que a participação é essencial ao cuidado com o espaço.

Como cuidar disso tudo? Participando e estando presente, somando na construção das ações e prezando pela integridade do espaço e dos bens culturais que temos. Precisamos pôr o corpo nesse jogo, nos dispondo a realizar as tarefas mais cotidianas e essenciais como varrer, recolher os lixos, lavar os banheiros, fazer a manutenção da parte externa, entre outras tarefas que revelam o cuidado e compromisso com este espaço. (Carta de Princípios do Galpão Cultural, 2023)

As necessidades cotidianas e práticas e as demandas mais profundas e subjetivas, ainda que os coletivos identifiquem-se com essa rede (esse espaço), apontam que é preciso se conceber mais do que uma relação utilitarista, mas a participação comprometida com as relações éticas e políticas.

5.3.4.3 Fórum de Emergência Cultural do Interior Profundo e Fórum Aberto de Cultura de Assis (FACA)

Um dos grandes acontecimentos do período que compreende esta pesquisa foi a pandemia de Covid-19 que no Brasil registrou os primeiros casos no início de 2020. Esse trágico acontecimento atravessou a vida de muitas pessoas e causou milhões de mortes ao redor do mundo. Em muitos países, a crise pandêmica foi agravada pelas condições socioeconômicas, escancarando um cenário de profunda desigualdade social. No Brasil, também fez emergir forças conservadoras que pronunciaram-se em um discurso negacionista voltado à vacinação. Enquanto diversos países do mundo buscavam acelerar o passo em busca de vacinas, por aqui o presidente da República declarava-se publicamente contrário à sua aplicação.

A Covid-19 afetou diversos setores da sociedade, e um dos mais impactados foi o cultural. As consequências geradas pelo estado de emergência prejudicaram o trabalho de artistas, agentes e fazedoras/es culturais que se viram desamparados, sem acesso a renda e nenhum tipo de apoio do poder público. Diante desse contexto, algumas ações começaram a ser articuladas por movimentos sociais ligados à cultura. Em Assis e em cidades da região, mobilizações levaram à formação do Fórum de Cultura do Interior Profundo.

Diário de Bordo

Fórum de Cultura do Interior Profundo

Num contexto de pandemia, no qual o isolamento se tornou uma importante medida para evitar o contágio da doença, as plataformas digitais foram largamente utilizadas. As plataformas de videoconferência ainda eram uma novidade para muitas pessoas. Fomos aprendendo ao mesmo tempo em que íamos fazendo o uso de tais ferramentas. Era um momento em que havia a necessidade de nos articularmos em torno das pautas do auxílio emergencial para trabalhadoras e trabalhadores da cultura. Assim, fazia-se necessário a comunicação constante entre os movimentos sociais, coletivos e artistas envolvidos.

Muitas reuniões foram realizadas nos primeiros meses de pandemia e tudo através dos aparelhos de celular, computadores, tablets e outros equipamentos pelos quais podíamos nos ver, nos comunicar e nos articular. Neste momento estava sendo criado o Fórum do Interior Profundo, movimento que reuniu cidades do interior paulista para discutir a implementação

de políticas públicas para a cultura no contexto da crise sanitária.

O primeiro encontro do fórum ocorreu no dia sete de maio de 2020, por meio de plataforma virtual, com o objetivo de discutir os “impactos do coronavírus na economia da cultura e fortalecer iniciativas e estratégias que preservem todos os direitos dos trabalhadores do setor cultural e espaços culturais”, conforme descrito em ata. Vivíamos o início do isolamento social e o campo cultural foi duramente atingido, sendo um dos primeiros setores a terem que encerrar com suas atividades.

O Fórum de Cultura do Interior Profundo marca a mobilização de cidades que compreendem o interior afastado da capital, concentrados no oeste paulista. No primeiro encontro estiveram presentes quarenta e quatro pessoas, entre artistas e representantes de coletivos, espaços culturais, grupos de teatro e de música, além da presença do secretário de cultura de Ourinhos. No início da reunião todos nos apresentamos, dizendo de qual cidade falávamos e qual coletivo ou grupo representamos. A maior parte das pessoas compunham mais de um coletivo, como era o meu caso, que me apresentei como integrante da Circus, FLiA e equipe de produção do Galpão Cultural. Após as apresentações, iniciou-se um momento de compartilhamento de informações recentes sobre as diversas mobilizações que estavam ocorrendo por todo o Brasil, sobre os avanços das pautas de apoio às/aos trabalhadoras/es da cultura. Neste primeiro momento discutia-se o Projeto de Lei 253 que estava em tramitação na Assembleia Legislativa de São Paulo. Este PL propunha auxílio emergencial para trabalhadores da cultura e espaços culturais do Estado de São Paulo.

Além da mobilização em esfera estadual, estava sendo articulada uma lei de emergência com abrangência nacional. Diversos fóruns e movimentos sociais pressionaram setores do estado, até que em junho de 2020 a Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural (Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020) foi aprovada, destinando subsídio financeiro a todas as cidades do Brasil. Homenageando um artista brasileiro, o músico Aldir Blanc, que morreu em decorrência dos problemas causados pelo vírus, sua aprovação foi considerada uma vitória para as políticas culturais no país, ironicamente sancionada em um cenário político marcado pelo conservadorismo e autoritarismo. Diante disso, os movimentos sociais de cultura não deixam de enfatizar a marca de emersão que teve a Lei Aldir Blanc (LAB) como uma articulação que se fez num processo coletivo e de insurgência das camadas populares da cultura.

Esse dispositivo legal estabeleceu ações emergenciais voltadas ao setor cultural por meio de três incisos: 1) auxílio emergencial a trabalhadoras/es da cultura, destinando o

valor de seiscentos reais; 2) repasse financeiro para manutenção de espaços culturais; e 3) abertura de editais de premiação pelos estados e município.

Resultado da mobilização dos movimentos sociais, a LAB representa uma conquista histórica do campo cultural, pois trata-se de uma política pública que garante recursos para o financiamento de práticas artísticas e culturais em todo o território nacional a partir da descentralização da execução dos recursos. Isso significa que o Estado foi capaz de apoiar ações culturais em todas as cidades do país. No entanto, sua aplicação também revelou grandes desafios. Muitos municípios não contam com nenhum tipo de equipamento cultural ou representação formal, inviabilizando a chegada dos recursos e consequentemente seu repasse a artistas, agentes e coletivos culturais. Essa realidade foi constatada a partir do não cumprimento do cadastro de diversos municípios para recebimento da verba pelo governo federal. Levantamento feito em 4 de outubro de 2020¹¹ revelou que até aquele momento mais de 50% das cidades do estado de São Paulo não havia efetuado o cadastro.

Em Assis, a situação cadastral encontrava-se em análise, segundo o mesmo levantamento. Articulando representações culturais, um comitê foi formado e ficou responsável por acompanhar e fiscalizar os processos de execução da lei no município. Essa foi uma importante experiência de participação direta nos espaços de controle social, ampliando acessos às ferramentas burocráticas do Estado. De acordo com as publicações da Secretaria Municipal de Cultura de Assis, 2020, mais de 60 propostas foram submetidas ao edital, referentes ao inciso III, por artistas, grupos e coletivos. O Galpão Cultural também foi contemplado como espaço de cultura, com base no inciso II.

Todo o processo de articulação em torno da aprovação da lei e posteriormente de sua regulamentação ajudou a evidenciar o cenário institucional do setor cultural. Alguns problemas ficaram visíveis diante da necessidade de sistematizar a gestão do recurso. Muitos municípios, principalmente os de pequeno porte, não possuem secretaria de cultura, ou esta pasta é vinculada à secretaria de esportes e/ou turismo. Nesses casos havia um enorme entrave para lidar com o repasse financeiro, considerando os entendimentos sobre quem deveria ser beneficiário. Outra problemática exposta se referia à deficiência na formação de gestores públicos para a ocupação de seus cargos. De forma a auxiliar nesse sentido, a própria lei propunha a constituição de Grupos de Trabalho compostos pelos artistas, produtores, técnicos, gestores para a organização da distribuição do recurso no município.

¹¹ Fontes de informações: Plataforma +Brasil, SIAFI e controle interno do Ministério do Turismo e da Secretaria Especial da Cultura; Mario Jéfferson Leite Melo – jornalista, gestor do Pontão de Cultura Central de Mídia Produção e Distribuição Cultural – Taubaté (SP).

Todo esse movimento de mobilização contribuiu para dar visibilidade e reconhecimento a muitos artistas e fazedores de cultura, além de ampliar os conhecimentos em políticas públicas.

As mobilizações em torno da LAB e a necessidade de estar ativamente atuando nesse espaço de controle social levaram à criação do Fórum Aberto de Cultura de Assis (FACA). Em portfólio organizado pelo coletivo Circus, foi registrada a instalação do FACA em 16 de dezembro de 2021, com a participação de cem pessoas. Esse encontro ocorreu na frente do prédio da Secretaria de Cultura de Assis com o objetivo de protestar contra a gestão. Em um dos cartazes divulgado pela organização do movimento foram elencados 15 pontos de reivindicação. Em síntese, apontou falta de investimento no setor, má gestão do processo de execução da LAB, desamparo aos servidores públicos durante a pandemia e corte de 50% do salário de terceirizados; ausência de projetos e planos de desenvolvimento local da cultura; e falta de manutenção dos equipamentos culturais.

As figuras 8 e 9 apresentam cartazes de divulgação do Fórum Aberto de Cultura Assisense, destacando o evento de lançamento e também as deficiências da SMC.

Figura 8 – Cartaz de divulgação do lançamento do Fórum Aberto de Cultura Assisense



Fonte: Facebook – Galpão Cultural de Assis/SP

Figura 9 – Cartaz com reivindicações do Fórum Aberto de Cultura Assisense



Fonte: Facebook – Galpão Cultural de Assis/SP

Atualmente, tanto o FACA quanto o Fórum de Cultura do Interior Profundo desempenham ativamente o papel de mobilizadores de redes, fiscalizando e fazendo um trabalho de articulação de artistas e coletivos culturais de diversos municípios da região.

5.3.4.4 O episódio em que Secretaria Municipal de Cultura transferiu o recurso do Carnaval para a Santa Casa de Jaú

Em 2023, fazedoras/es de cultura, coletivos e artistas foram surpreendidos com uma publicação no *site* oficial da Prefeitura de Assis que informava que a verba destinada ao Carnaval seria repassada à Casa de Apoio de Jaú. Junto ao anúncio¹², havia uma foto em que estavam presentes o prefeito, a secretária de Saúde e o secretário de Cultura, que fizeram uma visita àquela instituição e anunciaram que os recursos para realização do Carnaval seriam destinados, pelo terceiro ano consecutivo, para sua manutenção.

Desde 2020, início da pandemia, a medida vem sendo adotada, tendo forte apoio da sociedade. No entanto, em 2023, com a possibilidade do retorno às atividades presenciais e sem a necessidade de medidas sanitárias, havia grande expectativa da realização do Carnaval. Isso gerou maior comoção diante da decisão do poder público e levou representantes de sete coletivos a elaborarem uma carta-protesto que foi lida aos vereadores na Câmara Municipal.

¹² <https://www.assis.sp.gov.br/noticia/4683/prefeitura-repassa-verba-do-carnaval-para-casa-de-apoio-de-jau>

Segue a carta na íntegra.

Assis, 06 de fevereiro de 2023.

Nobres vereadores, na ausência de tempo hábil para uso da tribuna livre, nós, abaixo assinados, compartilhamos os seguintes fatos acerca do carnaval 2023 em nossa cidade.

Após 2 anos sem comemorarmos o Carnaval por conta dos riscos de proliferação da Covid-19 o maior festejo popular se aproxima e faltam apenas 15 dias para a tão esperada data.

No entanto, a cidade de Assis, que traz o slogan de Cidade em Movimento encontra-se parada diante de tal demanda. O almejado título de Estância Turística pelo poder executivo ignora por completo esta grande festa popular e, automaticamente, os impactos econômicos e sociais estabelecidos por ela.

Após diversas tentativas de diálogo de representantes do carnaval de Assis com o secretário de Cultura, estes foram surpreendidos na última sexta-feira, dia 03 de fevereiro, por uma matéria noticiada pela prefeitura municipal em seu portal em que ela estaria repassando o recurso, que até então era dito pelo secretário que não existia, para a Casa de Apoio de Jaú.

Neste sentido, é importante frisar que se entende a necessidade de manutenção da Casa de Apoio de Jaú e da importância que a mesma cumpre na área da saúde. No entanto, mesmo diante da pouca transparência estabelecida pela Secretaria de Cultura na utilização de seus recursos, sabemos que ela detém o menor orçamento municipal. Assim, diante da demanda de uma secretaria com recursos muito mais volumosos, deveria a Cultura ceder seus raros recursos? Seria ela a responsável por tal manutenção? Vale lembrar que o orçamento da cultura no município equivale a 4,22% ao orçamento da saúde!

Tais ações se somam à falta de diálogo com o setor cultural, que não foi ouvido individualmente (através dos representantes das escolas ou blocos) ou pelo Conselho Municipal de Cultura, principal representação da sociedade civil. Contudo, o próprio Conselho Municipal de Cultura acumula perguntas não respondidas pelo gestor da pasta, o que evidencia a falta de diálogo com o setor.

Tal situação é percebida de longa data como um projeto de “ignorância” sustentada na ausência de políticas públicas locais para a cultura e inabilidade de compreensão do papel constitucional da cultura. Tratar a cultura como mero entretenimento é além de desconhecimento por parte da gestão pública, desprezo ao potencial econômico do setor,

setor este responsável por 4% do PIB brasileiro.

Em um final de semana prolongado, com 4 dias de festa, ao menos 2 escolas e 4 blocos se apresentando questionamos: Quantos empregos deixamos de gerar com os festejos carnavalescos? Quantos assisenses deixarão a cidade em busca de atrações culturais? Qual o impacto do não retorno das atividades para os blocos e escolas após 2 anos de pandemia? Quando o Brasil todo celebra a volta da festa popular, minamos as estruturas para as atividades de rua enquanto os clubes particulares retornam com suas festas pagas.

Enfim, tais fatos evidenciam a herança de uma velha política, que decide de maneira autoritária onde destinará os recursos, não apresenta transparência em suas ações e age de maneira demagógica para justificar tais fatos.

As perguntas são muitas e se acumulam ano a ano. Qual o papel da secretaria da cultura para o carnaval de rua? Como deve ser feito esse diálogo entre sociedade civil e secretaria? Como cobrar a secretaria de responder aos questionamentos do Conselho Municipal de Cultura?

Certos de que esse espaço de diálogo será um norteador dos rumos das Políticas Públicas Culturais de Assis e cientes do compromisso dos edis com a cidade e o exercício pleno da cidadania.

Assinam este documento:

Bloco dos Malungos

F.A.C.A.

Ponto de Cultura Galpão Cultural

Escola de Capoeira Angoleiros do Sertão

Leia Mulheres Assis

Feira Literária de Assis

Frente em Defesa pela Soberania Nacional de Assis

5.3.5 Espaços de trabalho

O que é uma relação nova com a cultura, na qual a consideramos como processo de criação? É entendê-la como trabalho. Tratá-la como trabalho da inteligência, da sensibilidade, da imaginação, da reflexão, da experiência e do debate, e como trabalho no interior do tempo, é pensá-la como *instituição social*, portanto, determinada pelas condições materiais e históricas de sua realização (Chauí, 2008, p. 64).

O que diferencia o Galpão Cultural de uma indústria cultural é que ele valoriza o processo, ao passo que a indústria visa ao produto. Para o primeiro, o trabalho é reconhecido em toda a sua extensão e complexidade, tendo o processo como principal objetivo. Já para o segundo, é técnico e pré-programado a fim de dar conta de determinado produto. Um lida com a criação, e o outro, com a reprodução.

Entre 2019 e 2022, acompanhei e participei de diversas ações culturais no Galpão – oficinas, espetáculos, cursos, debates, fóruns, assembleias, encontros, exposições cinematográficas, rodas de conversa, feiras, festivais, festas e outras tantas intervenções. Como integrante do coletivo Circus e da FLiA, fiz parte da produção de vários eventos, compondo projetos, desde sua escrita até a entrega final do relatório de atividades: FLiA Marginal (2019), Abraça Galpão (2020), Festival Pôr do Sol (2021), FLiA Mulheres (2021), Galpão 15 anos (2022), Ponte de Leitura (2022) e FLiA Abayomi (2022). Com exceção da FLiA Marginal e FLiA Mulheres, todos foram financiados pelo Programa de Ação Cultural do Estado de São Paulo (ProAC).

Desde 2006, a partir da Lei nº 12.268, o ProAC é lançado anualmente pela Secretaria do Estado de São Paulo e representa a principal política cultural do estado. Contempla duas categorias: a primeira se dá por meio do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS), que consiste em incentivos fiscais concedidos a empresas que, por sua vez, detêm o poder de escolher determinados projetos culturais para serem financiados (a Lei Rouanet, já comentada acima); e a segunda ocorre por meio dos editais lançados para diferentes categorias artísticas (teatro, dança, circo, literatura, música etc.), manutenção de espaços e produção de eventos. A segunda categoria de financiamento é para a qual os coletivos do Galpão submetem os projetos.

Os editais são lançados anualmente e dispõem de certa estrutura que exige apropriar-se de determinada “linguagem”. Em linhas gerais, deter o domínio da “linguagem dos editais” inclui a apropriação da escrita formal e de certo enquadramento da proposta, delimitando os objetivos, a relevância e a justificativa. Além de comprovar um histórico de atuação de no mínimo dois anos, é necessário que toda a ação seja planejada antecipadamente, apresentando cronograma financeiro, programação das atividades, estimativa de público e currículo dos participantes. Exige-se também o envio de uma série de documentos para serem avaliados por uma comissão técnica. Dessa maneira, acessar essa política cultural requer a capacidade de responder às necessidades burocráticas do Estado e aos seus estriamentos.

Os projetos citados acima tiveram como finalidade apoiar as diversas atividades

que já ocorriam com alguma frequência no Galpão, como capoeira angola, maracatu, teatro, cinema, feira de economia solidária e sala verde. Além disso, buscava-se ampliar, à medida que fosse possível, as ações no espaço a partir de propostas que permaneceram incubadas por falta de recursos (como foi o caso da oficina de tecido aéreo).

O apoio ao presente projeto, é o apoio direto e indireto no fortalecimento de muitas pessoas, artistas e produtoras(es) culturais, que possuem no Galpão Cultural um local de concretização de seus sonhos. Quanto melhor estruturado estiver o Galpão, mais sonhos poderão se tornar realidade. [...] O fato do Galpão Cultural promover uma série de feiras de trocas e de economia solidária, tanto de bens culturais, como de culinária típica, artesanatos e prestação de serviços técnicos e artísticos, permite que o presente projeto fortaleça essa rede de economia solidária e desenvolva esse circuito de comercialização sustentável. (Galpão Cultural, 2020)

No relatório do projeto “Galpão 15 anos” apresentado ao ProAC, foi descrita a realização das seguintes iniciativas: atividades de formação (aulas de capoeira angola, maracatu, tecido aéreo, oficinas de teatro, de artesanato e de culinária); atividades de difusão cultural (espetáculos de circo e de teatro, apresentações musicais, noites culturais, festa junina e Carnaval); atividades de reflexão (fóruns e reuniões, Ciclo de Ágoras e clubes de leitura); atividades para o desenvolvimento sustentável; e atividades de economia solidária (feiras de economia solidária).

Políticas como o ProAC acabam evidenciando contradições no processo da ação cultural, pois submetem os coletivos às condições de competitividade e desigualdade próprias de um sistema de exclusão. É preciso oferecer-se como produto (atraente) e demonstrar ter o melhor produto. Seguindo lógica da meritocracia, a principal política de ação cultural do Estado de São Paulo é centralizadora e elitista, pois está restrita àqueles que dominam os procedimentos de acesso. Dessa maneira, a perspectiva de produção cultural é limitada por quem tem o poder de acesso e destinada a quem também o detém. Para Turino:

A editalização da Cultura e das Artes vai matar a cultura em sentido emancipatório, acaba com qualquer possibilidade de colaboração, tornando todos concorrentes entre si. Edital não é política pública! Simples concurso, é apenas uma ferramenta para seleção de projetos, que deve ser utilizada em casos específicos, como porta de entrada, jamais como caminho único. A editalização como está posta, vira apenas e tão somente um meio para administrar a exclusão, bem ao gosto do capitalismo, que ao final seleciona alguns para criar a aparência de que todos podem conseguir, o que é uma grande mentira. O trágico é que o atual MinC é o maior promotor desse neoliberalismo na Cultura, que se espalha pelo país. (Turino, 2023)

O sistema de editalização, bem como o de incentivo fiscal, partem da ideia mercadológica de cultura e, por linhas flexíveis, integra o Estado composto por linhas duras,

fusão conhecida como neoliberalismo. Não somente no Estado de São Paulo, esse sistema político é reproduzido por outras gestões, incutindo a axiomatização capitalista nos processos que agenciam a ação cultural, desde a perspectiva macro à micropolítica. Além da produtividade, a estratégia dos editais implementa outros princípios do neoliberalismo: a descontinuidade, a provisoriedade, a efemeridade e a desvinculação. Os editais são pontuais e se encerram. Não criam vínculos, tal como ocorre com o capital que circula e que não tem parada e nem compromissos com qualquer local.

Os projetos são pensados para incluir o máximo de ações possíveis, buscando dar sustentabilidade às práticas de diversos artistas e coletivos. Com a realização deles, o Galpão encheu-se de vida e movimento, ganhando uma programação cheia de atividades que possibilitou inúmeros encontros entre artistas, agentes culturais e público. Além de artistas que já compõem a ocupação do espaço, movimentou todo um circuito cultural local e regional. Ter uma agenda variada, com atividades diversificadas, é de grande valor para a população de Assis, que pôde contar com um circuito alternativo à produção da cultura das grandes mídias. No entanto, sofre com a brevidade que essa política cultural oferece, restringindo a ação cultural à promoção de eventos pontuais. Diante disso, os agentes culturais comprometidos com a continuidade dos projetos buscam, por outras vias, a sustentabilidade. O trabalho voluntário, embora seja visto com inúmeras críticas, acaba sendo uma realidade para muitos agentes culturais. Os coletivos passam a operar gerindo as precariedades que o Estado neoliberal produz a partir de tais políticas.

Considerando que estamos tratando de coletivos e artistas “avisados” sobre os sistemas de dominação instalados nas dinâmicas das políticas públicas e comprometidos com processos de emancipação, o fazer cultural acaba tendo uma carga dobrada. Isso porque, para além de dar conta dos processos burocráticos e das “mil e uma” atividades propostas no projeto a fim de torná-lo atraente para ser aprovado, é necessário atuar nos espaços de controle social e articular estratégias de enfrentamento a esse mesmo modelo de política cultural. Ou seja, na melhor das hipóteses, irão inserir-se como produto para desdobrar-se em processo.

Ante esse cenário paradoxal, é necessário estarmos duplamente atentos para não reproduzirmos as subjetividades capitalistas que modulam práticas nos campos molar e molecular. Nesse sentido, Hur (2019, p. 174) nos alerta sobre as atualizações que ocorrem no campo de forças, sobrepondo sistemas de dominação.

No diagrama disciplinar, emprega-se o mecanismo de repressão para bloqueá-lo e

moldá-lo. Muitas vezes, gera-se um sistema de tensão no qual a carga energética necessita ser descarregada. Já no diagrama de rendimento, as forças e investimentos desejantes são acopladas e moduladas pela axiomática do capital. Não são bloqueados ou canalizados, mas incitados a operar ao máximo. Então não há uma lógica da negatividade e cerceamento, senão da positividade de uma amplificação e intensificação. Incita-se perpetuamente o desejo à produção e rendimento incessantes, à busca da mais-valia e lucro em todas as esferas da vida, e não apenas no âmbito do trabalho e da economia. [...] Dissemina-se assim, um modelo subjetivo empreendedor, que tem como imperativo a hiperprodução de forma universalizada.

6 CONCLUSÃO – COLETIVOS DE CULTURA: ESPAÇOS DE ENFRENTAMENTOS

A cultura brasileira está reagindo a uma escalada autoritária sem precedentes neste século 21. Nos últimos dois anos, contabilizamos nada menos que 130 casos de censura às expressões artísticas, autoritarismo contra a cultura e desmonte institucional do setor. (Dora et al., 2021)

Este é um trecho de um artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, em setembro de 2021, intitulado “A cultura como inimiga”. Ali relatam-se casos de denúncias de artistas, coletivos e agentes culturais que tiveram exposições, shows, mostras, performances e festivais censurados. O texto também aponta episódios de “destruição de terreiros religiosos, perseguição político-ideológica [...]”. Ataques a manifestações artísticas, a posicionamentos estéticos e a conteúdos relacionados à orientação sexual, de gênero e de raça. Estrangulamentos financeiros e supressão a políticas públicas de fomento”. Revela ainda que após 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro, a cultura foi eleita “inimiga moral de seu governo” (Dora et al., 2021).

Calabre (2020) também ressalta que o governo bolsonarista impulsionou uma guinada conservadora na qual a cultura tornou-se alvo, assim como artistas e fazedores de cultura foram classificados como oposição esquerdista e que por isso deviam ser combatidos. Em seus discursos, Bolsonaro deixou isso evidente ao falar de que não se trata da esquerda contra a direita, mas do bem contra o mal (Não é esquerda..., 2022). Foi nesse cenário que instalou-se o que alguns autores passaram a chamar de “guerras culturais”.

No interior dessas guerras culturais houve ataques de toda ordem, e um dos casos mais emblemáticos, que ajuda a ilustrar esse cenário, foi a exposição “Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira”. A exposição, que aborda a diversidade de gênero, foi inaugurada no Santander Cultural de Porto Alegre, em 2017, mas acabou sendo cancelada após protestos e críticas de grupos conservadores. Outro exemplo foi o cancelamento de uma peça de teatro em Jundiaí/SP, em 2019, que contava a história de Jesus

Cristo como uma mulher transgênero. Projetos também sofreram cortes de financiamento público por conta de seu conteúdo, como um edital da Agência Nacional do Cinema (Ancine) que previa financiamento para séries de televisão, mas acabou sendo suspenso por trazer a temática LGBTQIA+. Além desses eventos que apontavam para situações de censura e autoritarismo, o descaso e o desprezo custaram a destruição de registros históricos de nossa produção cultural. Em julho de 2021, o galpão da Cinemateca pegou fogo e com ele parte da memória cinematográfica. Anteriormente, em 2018, um incêndio devastador destruiu grande parte do acervo do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, incluindo peças de valor inestimável para a história e a ciência do país.

A guinada conservadora, que ganhou corpo na esfera federal, reverberou para outras instâncias de governo, emergindo nos diferentes níveis da máquina pública. No período das eleições à Presidência da República de 2018, cujos candidatos eram Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PL), foi registrado ataque por bomba que teve como alvo o Galpão Cultural, conforme relata um jornal eletrônico da cidade chamado *Assiscity*, no dia 24 de agosto de 2018. Segundo a matéria, ninguém foi ferido, no entanto, Márcio Teixeira, um dos articuladores do espaço e professor de capoeira angola, manifestou em entrevista sua indignação em relação “ao discurso de ódio que toma conta da sociedade brasileira e ataca o estado democrático”, e acrescentou: “não nos caemos diante das ameaças de dedos e bombas” (*Assiscity*, 2018). A polícia foi acionada, mas o caso acabou arquivado por não ter havido vítimas e nem terem sido identificados os/as responsáveis.

Em Presidente Prudente (SP), cidade próxima de Assis, um festival que seria realizado no dia 7 de setembro de 2021 foi proibido às vésperas. O evento estava previsto para ocorrer em uma praça pública, com apresentações musicais e outras intervenções artísticas; no entanto, sob a justificativa de prevenir o contágio da Covid-19, a prefeitura o vetou. A situação foi relatada pelo proponente do festival que publicou no grupo de *Whatsapp* do Fórum do Interior Profundo um longo texto contando o ocorrido, o qual chamou de censura. Para ele, a proibição se deveu ao caráter político da ação, já que o evento consistia em um ato de protesto contra o governo chamado “Fora Bolsonaro”.

Em 2022, ano de eleição à Presidência da República, o clima de polarização política foi intensificado, e manifestações opressoras passaram a ganhar abrangência. O lançamento do livro *Código Oculto*, da escritora Tamires Sampaio, teve que ser transferido às pressas, após ter sido impedido de ocorrer no espaço da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sede de Assis, por ser considerado inapropriado. Os responsáveis alegaram o evento

se caracterizaria como político-partidário, tendo em vista que a escritora era candidata às eleições daquele ano como deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O Galpão recebeu o lançamento do livro, resultado de uma dissertação de mestrado e que propõe um debate acerca do sistema de justiça criminal brasileiro e o modo como o racismo opera dentro dessa estrutura. O evento contou com a apresentação da obra e seguida de debate sobre o racismo estrutural no país.

A extrema direita comandada pelo bolsonarismo tinha muito claro que não bastava dominar a economia, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ou seja, dominar a república. Era necessário, sobretudo, dominar as produções simbólicas, as narrativas, a subjetividade das massas, as crenças, os costumes, as concepções de ser humano e de mundo, dominar ideologicamente, cravando formas de pensar, de perceber e de sentir padronizadas, imperativas e únicas. Isso impunha não apenas proibir e censurar as expressões ou a cultura dos adversários, mas destruí-las, extirpá-las da sociedade, juntamente com seus atores.

Após a eleição de Jair Bolsonaro, movimentos conservadores ganharam força, abrindo espaço para discursos autoritários e fascistas. Durante seu governo, a Secretaria Especial de Cultura teve o comando de Roberto Alvim (2020). Em um pronunciamento para divulgar o Prêmio Nacional das Artes, transmitido pelo *YouTube*, ele fez um discurso, referindo-se à arte como “heroica” e “nacional”, passagem muito semelhante a de um discurso do ministro de propaganda do nazismo. Havia uma preocupação em defender um projeto de cultura para o país embasado em “princípios fundantes” – “pátria, família e Deus” –, pelos quais seria possível “salvar” a nossa juventude. Esse discurso foi acompanhado por uma música de fundo de Richard Wagner, compositor acusado de ser adepto ao nazismo. O secretário performou uma postura rígida que carregava a missão de criar uma atmosfera de guerra contra um inimigo comum que estaria contra a nação e, conseqüentemente, contra o povo. Eleger um inimigo comum é uma estratégia já conhecida, usada por governos fascistas para gerar um sentimento de pertencimento a determinado grupo.

No dia seguinte à divulgação do discurso, o secretário foi destituído do cargo. Dias (2021) observa que os propósitos fraudulentos desse acontecimento fizeram parte da estratégia publicitária adotada por Jair Bolsonaro. Para o autor, o discurso tentava desqualificar o que vinha sendo produzido no campo cultural até então, e, a partir de uma visão missionária, defendeu um “Estado intervencionista nas criações culturais” (Dias, 2021, p. 15). Unindo vozes ao pensamento desse estudioso, nos perguntamos: como foi possível uma perspectiva tão autoritária chegar ao cargo máximo da cultura?

Constata-se que o fascismo não se restringe aos processos de sugestão e contágio ou de identificação com um líder, descritos respectivamente por Le Bon (2005) e Freud (1976b). Os focos moleculares agenciam-se a partir de pontos locais e independentes, que podem ressoar em uma estrutura macropolítica, constituindo um grande buraco negro, uma máquina fascista que atua mais por destruição do que por totalização. Sua macroestrutura não se constitui como Estado totalizado, de cima para baixo, tal como a formação imperial-despótica. [...] Portanto, o fascismo é uma estratégia governamental que possui tecnologia sofisticada e eficaz, pois opera como programa de modulação das condutas que age por ressonância e propagação. Atravessa os muros institucionais e mobiliza e gere a energia molecular das populações dispersas e heterogêneas no campo aberto do território nação (Hur, 2019, p. 232).

A proliferação do pensamento autoritário e expressão do fascismo e conservadorismo não se reduz à eleição de um governo. Conforme analisa Hur (2019, p. 229), “na esquizoanálise, o ângulo de apreensão do fascismo é ampliado”, ocupa as dimensões molar e molecular. Não é apenas em nível institucional ou na macropolítica que se instala o fascismo, mas este se expande de forma molecular na esfera social, atravessando as relações cotidianas e mobilizando desejos e afetos, inclusive os nossos.

“Livrai-nos desse tempo escuro” é o título de matéria publicada no jornal *O Povo* em agosto de 2021. Este também é um trecho da música de Gilberto Gil no qual o professor, escritor e então secretário de Cultura do Ceará (2016-2022), Fabiano dos Santos Piúba, se inspirou para escrever sobre sua indignação em relação ao desfile de tanques pela Esplanada Central no dia 10 de agosto daquele ano. Apesar de exprimir um sentimento de lamento e indignação acerca deste e de outros episódios ocorridos durante o governo bolsonarista, o professor diz ter sido tomado por uma força mobilizadora. E, então, declarou:

O tempo corre e precisamos abrir a brecha para que entre luz nessa escuridão. Baixamos nossos santos e orixás, puxamos pelo amor, fechemos corações, achemos a direção. Se eles têm armas, nós temos livros, canções, artes e ciências. Se eles têm uma micareta militar fora de época, nós temos o próprio carnaval com toda a diversidade em nossas carnes, espíritos livres e nossos corações democratas (Piúba, 2021).

Em governos autoritários, as instituições se enrijecem, e as linhas duras passam a dominar sobre as linhas flexíveis, havendo pouco espaço para abertura e passagem de outros fluxos. Conforme pontua Piúba (2021), “o tempo corre e precisamos abrir a brecha” para que haja outras saídas e sejam possíveis linhas de fuga e processos de singularização. É dessa maneira que estamos pautando os coletivos de cultura, especificamente aqueles que ocupam o Galpão Cultural, como agenciadores de linhas de luta e forças instituintes.

Os distintos atores que ousam desejar, lutar e produzir outro mundo possível costumam agenciar com outros pares, em coletivos, quaisquer que sejam, abandonam a clausura das linhas individuais para a formação de nós. Compõem um agenciamento mais potente denominado movimentos sociais (Hur, 2019, p. 268).

Compreendemos os coletivos como grupidades contemporâneas formadas a partir da influência e acúmulo de experiências de outros modos de associativismo civis, como os movimentos sociais clássicos, sindicatos e partidos. Entretanto, também diferenciam-se em suas práticas e funcionamentos, priorizando uma organização autogestionária; atuam de modo diversificado, com potencial de promover ações em áreas como cultura, arte, ativismo social, política, saúde, educação, meio ambiente e outras; geralmente adotam relações horizontais, estimulando a participação dos integrantes em todo o processo da ação; ao proporem intervenções em variados espaços, buscam provocar questionamentos sobre problemáticas que atravessam a sociedade; também valorizam processos de autonomia e, frequentemente, atuam fora dos paradigmas institucionais, embora possam dialogar com eles.

Seja por se darem conta da importância de suas propostas, seja pelas características destas, seja por ambas as situações, os coletivos enfatizam enfrentamentos no campo da micropolítica. Atuam molecularmente, acessando as camadas nas quais operam as máquinas cooptadoras de linhas de fuga e de luta (Hur, 2019) e que não estavam sendo possíveis de se atingir pela atuação macropolítica. Contudo, não abandonam o campo da macropolítica e suas linhas molares, mantendo-se atentos e atuantes aos estiramentos que integram os espaços.

Esta pesquisa é fruto dos encontros entre a pesquisadora e os processos em curso das coletividades que articulam o espaço do Galpão Cultural. As reflexões e diálogos travados aqui partem das vivências e especificidades de determinado espaço-tempo que compõe-se como uma construção histórica, portanto marcada pelas forças políticas, sociais e subjetivas.

O cenário de retrocesso político instalado no Brasil com o golpe sofrido pela presidente Dilma Rousseff, em 2016 – quando evidenciou-se o ressurgimento de uma nova/velha dinâmica, performada por parlamentares representantes políticos que urgiram pela deposição da primeira mulher eleita presidente do país – revelou o reaparecimento do neoconservadorismo e autoritarismo a partir de discursos cobertos por uma moralidade cristã e patriarcal. Atuando intensamente no campo molecular, as forças neoconservadoras mobilizam afetos, medos, desejos, ressaltando o sentimento de nacionalismo e ódio ao outro para lidar com as instabilidades que o próprio neoliberalismo produz.

[...] consideramos que as manifestações a favor do impeachment não buscaram a mudança e a transformação social, senão a manutenção da configuração das forças instituídas da axiomática do capital. Foram movimentos que almejam a conservação e a reprodução, seja da lógica estatal, da subjetividade capitalista, ou a tentativa de continência do mal-estar experienciado, mesmo que para isso fosse necessário a destruição do outro (Hur, 2019, p. 241).

Em meio à desertificação empregada pelos fluxos repetitivos e imobilizadores da axiomática do capital, o Galpão Cultural parece se tornar algo como oásis. Inspirando-se em Hannah Arendt sobre a metáfora do deserto, os oásis não são lugares de fuga do deserto nem também para relaxar ou distrair-se perante sua inospitalidade, mas “fontes vitais que nos permitem viver no deserto sem nos reconciliarmos com ele” (Arendt, 2022 p. 268). De maneira objetiva, o oásis é a terra cultivada em contraposição ao deserto, que é tudo o que não é possível cultivar.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Alana Soares; HENNIGEN, Inês; FONSECA, Tania Mara Galli. Cartografias no ciberespaço: experimentações metodológicas em espaços híbridos. **Psicologia & Sociedade**, Recife, n. 30, e174086, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30174086>
- ALVAREZ, José; BARROS, Regina Benevides de. Pistas do método cartográfico: cartografia é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). **Pistas do método cartográfico: a experiência da pesquisa e o plano comum**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 131-149.
- ARENDT, Hannah. **O que é política?** 3. ed. Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2014, p. 52-75.
- BARRERO, Marcos. **Assis de A a Z, a enciclopédia do século**. São Paulo: L2M Comunicação, 2008.
- BARROS, Letícia Maria Renault de; BARROS, Maria Elizabeth Barros de. O problema da análise em pesquisa cartográfica. **Fractal**, Niterói, v. 25, n. 2, p. 373-390, maio/ago. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1984-02922013000200010>
- BOLÁN, Eduardo Nivón. **La política cultural**. Temas, problemas y oportunidades. México: Conaculta/Fonca, 2006.
- BOLOGNESE, Mario Fernando. A mercadoria cultural. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, n. 19, p. 75-86, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31731996000100005>
- BORELLI, Helena S.; ABOBOREIRA, Ariane. Teorias/metodologias: trajetos de investigação com coletivos juvenis em São Paulo/Brasil”. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, Manizales, v. 1, n. 9, pp. 161-72. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v9n1/v9n1a09.pdf>. Acesso em: 14 out. 2022.
- BURATTO, Alice Maria Gianini. Considerações acerca dos interstícios entre arte e ativismo. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 18, 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/63ja7t40>
- CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.
- CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: ENECULT – ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., Salvador, 2007. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2007. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/fcrb/451/2/Calabre%2c%20L.%20%20Políticas%20Culturais%20no%20Brasil>. Acesso em: 2 fev. 2021.

CALABRE, Lia. A arte e a cultura em tempos de pandemia: os vários vírus que nos assolam. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 7-21, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2020.170903>

CALÇA, Elaine; CARMO, Gabriela Emery Sachse do; BARCELOS, Maria Rita Melo. FLiA - Feira Literária de Assis: território e práticas comunitárias. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 155–170, 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/69592>. Acesso em: 23 mar. 2024.

CARMO, Gabriela Emery Sachse do. Coletivos Urbanos e Subjetivações na Cidade. 2019. 84 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Assis, 2019.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 530-557, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2019.165232>

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. São Paulo. **Crítica y Emancipación**, ano I, n. 1, p. 53-86, jun. 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4657030/mod_resource/content/1/Chaui%20Cultura%20e%20Democracia.pdf. Acesso em: 2 fev. 2021.

COELHO, Teixeira. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

COLETIVO ESPONTANEÍSTA. Encontro e Debate: as restrições do espaço público. Assis/SP, 02 dez. 2016. Facebook: Coletivo Espontaneísta. Disponível em: https://www.facebook.com/events/553856451491605?locale=pt_BR. Acesso em: 02 nov. 2022.

COLETIVO ESPONTANEÍSTA. Plenária: Fim da Semana de Liberdade Criativa?. Assis/SP, 09 nov. 2016. Facebook: Coletivo Espontaneísta. Disponível em: https://www.facebook.com/events/1237581319596710?locale=pt_BR. Acesso em: 02 nov. 2022.

COLETIVO ESPONTANEÍSTA. X Semana de Liberdade Criativa. Assis/SP, 06 nov. 2017. Facebook: Coletivo Espontaneísta. Disponível em: https://www.facebook.com/events/134307843968432?locale=pt_BR. Acesso em: 02 nov. 2022.

CORRÊA, Felipe; MARCO, Antônio Bettine de Almeida. Teorias dos movimentos sociais e psicologia política. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 12, n. 25, p. 549-569, set./dez. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v12n25/v12n25a11.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2021.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. v. 1.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 1997. v. 5.

DIAS, Caio Gonçalves. *A cultura que se planeja: políticas culturais, do Ministério da Cultura ao governo Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2021.

Documentário Ponto de Cultura Galpão Cultural. Assis: CIRCUS, 2020. 25 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F4FPCUuY2Vg>. Acesso em: 03 mar. 2021.

DUTRA, Sandro de Cássio. **Teatro amador em Assis: da faculdade para a cidade (1971-1980)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual de São Paulo Julio de Mesquita Filho, Assis, 2004.

ESCÓSSIA, Liliana da; KASTRUP, Virgínia. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 295-304, maio/ago. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722005000200017>
GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais**. São Paulo, Cortez, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo: Cortez, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. Petrópolis: Vozes, 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Ativismos no Brasil: Movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis – como impactam e por que importam?** Petrópolis: Vozes, 2022.

GOHN, Maria da Glória; PENTEADO, Claudio Luis de Camargo; MARQUES, Marcelo de Souza. Os coletivos em cena: experiências práticas e campo de análise. **Simbiótica**, Vitória, v. 7, n. 3, jul./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.47456/simbitica.v7i3.33690>

GUATTARI, Félix. **Revolução molecular: pulsões políticas do desejo**. Tradução de Suely Rolnik. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HUR, Domenico Uhng. **Psicologia política e esquizoanálise**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2019.

HUR, Domenico Uhng; LACERDA JUNIOR, Fernando. **Psicologia política crítica: insurgências na América Latina**. Campinas: Alínea, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. População estimada por estado. In: Indicadores IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). *Pistas do método cartográfico*:

a experiência da pesquisa e o plano comum. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 32-51.

LIMA, Carlos Henrique Magalhães de. A cidade em movimento: práticas insurgentes no ambiente urbano. **Oculum Ensaios**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 39-48, jan./jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.24220/2318-0919v12n1a2711>

LIMA, Stephanie. “Coletivo”, “Ativista” e “Horizontal”: Uma análise de categorias em uso no movimento social contemporâneo. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 13 n. 1, p. 18-35, jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2018.v13.12382>

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Tradução de Maria de Lourdes Meneses. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MAIA, Gretha L. A juventude e os coletivos: como se articulam novas formas de expressão política. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, v. 8, n. 1, p. 58-73, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5902/198136948630>

MARQUES, Marcelo de Souza; MARXS, Vanessa. Os coletivos em cena: algumas contribuições para o debate. **Simbiótica**, Vitória, v. 7, n. 3, p. 8-32, jul./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.47456/simbitica.v7i3.33691>

MAZETTI, Henrique. Resistências criativas: os coletivos artísticos e ativistas no Brasil. **Lugar Comum** – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 25-26, p. 105-120, 2008.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Cultura e política: A experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 81, p. 179-207, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/660>. Acesso em: 08 jul. 2022.

MICHETTI, Miqueli. Coletivos e redes culturais no Brasil contemporâneo: notas sobre as relações entre cultura, economia e política na conjuntura neoliberal. **Arquivos do CMD**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 63-79, jan./jun. 2017. DOI: <https://doi.org/10.26512/cmd.v5i1.8967>

MUSSI, Joana Zatz. **O espaço como obra** – ações, coletivos artísticos e cidade. 2012. 326 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

‘NÃO É esquerda contra direita, é o bem contra o mal’, diz Bolsonaro em ato de pré-campanha. **CartaCapital**, 27 mar. 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/nao-e-esquerda-contra-direita-e-o-bem-contra-o-mal-diz-bolsonaro-em-ato-de-pre-campanha/>. Acesso em: 14 mar. 2023.

OLIVEIRA, Dayse de Marie; CRUZ, Maria Helena Simão. Sobre a psicologia de massas do fascismo de W. Reich. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 70-76, 2009. DOI: <https://doi.org/10.20435/pssa.v1i1.15>

PAIM, Claudia. **Espaços de arte, espaços da arte**: perguntas e respostas de iniciativas coletivas de artistas em Porto Alegre, anos 90. 2004. 342 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

PAIM, Claudia. **Práticas coletivas de artistas na América Latina Contemporânea**. 2006. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/ilassa/2007/paim.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

PAIM, Claudia. **Coletivos e iniciativas coletivas: modos de fazer na América Latina Contemporânea**. 2009. 294 f. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PAIM, Claudia. **Táticas de artistas na América Latina: coletivos, iniciativas coletivas e espaços autogestionados**. Porto Alegre: Panorama Crítico, 2012.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 17-31.

PREFEITURA repassa verba do Carnaval para Casa de Apoio de Jaú. **Prefeitura de Assis**, 3 fev. 2023. Disponível em: <https://www.assis.sp.gov.br/noticia/4683/prefeitura-repassa-verba-do-carnaval-para-casa-de-apoio-de-jau>. Acesso em: 14 mar. 2023.

ROLNIK, Suely; GUATTARI, Félix. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

ROSAS, Ricardo. Nome: Coletivo, Senha: Colaboração. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://desarquivo.org/sites/default/files/rosas_ricardo_nome_coletivos.pdf. Acesso em: 14 mar. 2023.

ROSAS, Ricardo. Hibridismo coletivo no Brasil: transversalidade ou cooptação? **Canal Contemporâneo**, 22 set. 2005. Disponível em: <https://www.canalcontemporaneo.art.br/forum/viewtopic.php?t=57>. Acesso em: 14 mar. 2023.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais e novos desafios culturais. **MATRIZES**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 93-115, 2009. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v2i2p93-115>

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições**. Galáxia, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia. **Políticas culturais no governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015.

SALES, Priscila Constantino. **Cinema, política e arte: a trajetória do Clube de Cinema de Assis (1959-1983)**. 2017. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Assis, 2017.

SANDOVAL, Salvador. A crise sociológica e a contribuição da psicologia social ao estudo dos movimentos sociais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 2, n. 34, p. 429-435, dez. 1989.

SANTAELLA, Lucia. **A ecologia pluralista da comunicação**: conectividade, mobilidade, ubiquidade. São Paulo: Paulus, 2010.

SANTOS, Breno Augusto de Oliveira. O “Novo” em velhas práticas: uma análise sobre a noção de “Novíssimos” Movimentos Sociais e Coletivos. **Simbiótica**, Vitória, v. 9, n. 1, jan./abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.47456/simbitica.v9i1.38299>

SANTOS, Fernando Burgos Pimentel dos. **Política Cultural no Brasil**: Histórico de retrocessos e avanços institucionais. In: ENCONTRO DA ANPAD, 33., São Paulo, 19-23 set. 2009. **Anais [...]**. Maringá: ANPAD, 2009.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009a.

SILVA, Ricardo Siloto. **Urdiduras e tessituras urbanas. Na história das cidades, a estruturação territorial de Assis**. 1996. 351 f. Tese (doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. As políticas culturais brasileiras na contemporaneidade: mudanças institucionais e modelos de agenciamento. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 1, p. 199-224, jan./abr. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000100011>

TURINO, Célio. **Pontos de Cultura**: o Brasil de cima para baixo. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

UNESP. Portaria FCL no 140-D, de 1º de novembro de 2016. Dispõe sobre normas para o acesso, cessão e utilização das dependências da FCL – Assis. Disponível em: <https://www.assis.unesp.br/#!/administracao/diretoria-tecnica-administrativa/comunicacoes/portarias/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

ZANETTI, Fernando Luiz. **A condição da arte e os novos paraísos artificiais**. 2007. 116 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2007.

ANEXO 1 – REDES SOCIAIS

DATA 09 DE NOVEMBRO DE 2016

Alerta Espontaneísta: Semana de Liberdade Criativa corre o risco de acabar! O que temos a ver com isso?

Vivemos tempos sombrios. Isso não é novidade - ao menos não deveria ser. É de conhecimento de toda a população que nosso país sofreu um Golpe Parlamentar neste ano- ao menos deveria ser. É sabido também que o Golpe não se encerrou no dia do desfecho final, em que os algozes da Presidenta Dilma, travestidos de senadores, deliberaram pela morte da democracia, dando as mãos à própria morte, conhecida como “Temer”, e encenando unidos a construção de uma tal de Ponte para o Futuro- que tá mais para um precipício ao passado, também sombrio, iniciado em 1964. É sabido que o Golpe não se encerra nesta encenação tragicômica porque sofremos as consequências do Golpe todos os dias, e de diversas maneiras. Seja pela PEC 241 e sua aprovação, seja nas investidas contra a CLT, seja na extinção do direito à greve aprovada recentemente pelo STF. Estas são algumas das consequências diárias e constantes do Golpe que todos podem constatar, mas há também os efeitos destes golpes diários, que não afetam a todos de maneira igual: se intensificam à medida em que se é mais pobre, pois aqui vale e sempre valeu a lei em que “o pobre deve pagar a conta” .

Nessa terra também vale a regra do “quem não tem dinheiro não faz universidade” cunhada recentemente pelo deputado Marquezelli do PTB, mas que só ilustra uma norma vigente há séculos no Brasil, que diz que o acesso à Universidade deve ser restringido a quem pode pagar por ela. Na nossa realidade próxima, como estudantes da Unesp/Assis, vivemos essa restrição social do acesso à Universidade de perto. Quantos estudantes negros estudam nesta instituição? Quantos estudantes de escola pública? E com as cotas, que objetiva diminuir essa diferença social, a Universidade irá possibilitar a permanência desses estudantes?

E por que o coletivo que organiza a Semana de Liberdade Criativa está falando sobre o Golpe e sobre a restrição social (de classe) à Universidade?

Além da restrição do acesso à Universidade, como espaço para a produção de conhecimento; estamos vivendo de forma intensificada, este ano, a restrição do acesso à Universidade, como Espaço Público. Sabe aquele pic nic que podíamos fazer no final de semana na Faculdade? Agora, só mediante R.A. e sob aprovação de ofício. Sabe aquele futebol que unia a galera da cidade com a galera da facul no final de semana? Só mediante R.A. e sob aprovação de ofício. Ou seja, a FCL-Assis vem se tornando uma instituição cada vez mais elitizada e privada- caminhando para deixar de ser Pública-, uma vez que restringe, por meio de medidas, normas e regras, o acesso ao espaço que por direito é da população, do povo.

E o Golpe, o que tem a ver com isso? As medidas impopulares e não-democráticas do desgoverno Temer vêm ratificando a lógica do: quem deve pagar a conta é o pobre. As medidas de restrição ao Espaço Público da FCL-Assis, corroboram com esta lógica, pois é o pobre -aquele que não conseguiu passar no vestibular- que agora também não poderá mais frequentar o Espaço Público. Além disso, essas medidas restritivas também são impopulares e não-democráticas, visto que foram aplicadas de maneira impositiva sem antes ter havido discussões com toda a comunidade.

Essas medidas restritivas à população afeta a Semana de Liberdade Criativa diretamente pois a principal finalidade da Semana é a ocupação do Espaço Público da Universidade por meio da arte. Como ocupar o Espaço Público em vias de se tornar privado? Como falar em Semana de Liberdade sem liberdade?

A Semana de Liberdade Criativa tem uma história de 10 anos, ao longo dos quais precisou-se de muita resistência e mobilização por parte da comunidade acadêmica e da população em geral.

Neste ano, recebemos inscrições do estado de SP e de todo Brasil, das quais 25 são para oficinas, 19 para intervenções e performances e 55 para apresentações musicais. Essa procura por este espaço demonstra a rede que a Semana criou, ao longo de uma década, possibilitando a expansão da cultura.

Por isso, fazemos uma convocatória para mobilização de toda a comunidade em prol da Re-existência da Semana de Liberdade Criativa. Para isso, propomos uma Plenária, nesta quarta-feira, 09/11, no palquinho do R.U., às 17h, com o TEMA: “Restrições do Espaço Público e o Fim da Semana de Liberdade Criativa?”, na qual discutiremos de forma abrangente sobre os efeitos dessas medidas restritivas e também sobre caminhos possíveis para fazer a Semana resistir.

Todos os coletivos que de alguma forma se sentem afetados com essas medidas são especialmente convocados!

São tempos sombrios. Mas antes de tudo, são tempos de mobilização!

02 DE DEZEMBRO DE 2016

Nós do coletivo espontaneísta convidamos a todas e todos que tenham interesse em discutir sobre as restrições do espaço público para somar com a gente e partilhar ideias, angústias, ações e enfrentamentos! Queremos situar todas e todos do que está acontecendo e o que vai acontecer com a Semana de Liberdade Criativa, que durante 9 anos fez história nesta universidade. Esse espaço é um lugar de encontro, discussão de ideias, sugestões e soma de forças. 2016 pode ser o ano do fim da Semana de liberdade criativa que conhecemos mas também pode ser surgimento de uma nova proposta de arte e resistência.

Iremos nos reunir fora da UNESP, na rotatória que fica em frente ao extensão e a UNESP, como forma de protesto e questionamento do que é e quem pode circular no "espaço público (restritivo) da UNESP"

CRIATIVA SEMANA DE RESISTÊNCIA: ANTES ARTE DO QUE TARDE

Em seu último grito de liberdade, nossa semana criativa vai re-existir!

Sabemos que são tempos difíceis para a política e que a universidade pública está em processo poroso à privatização, à restrição do acesso da população e ao engessamento das práticas acadêmicas. Enfrentamos em nosso campus uma gestão passiva, que tenta nos contornar com migalhas, enquanto direitos são minados e a expressão artística é emoldurada como deleite para a elite ou, ainda, como um enfeite institucional.

Final, Arte é resignação? É apaziguamento das relações? Diversão? O que se pode dizer de uma arte com problemas de memória, que se esquia constantemente do contexto em que se insere? Não seria esta uma arte cega, a qual não tem olhos para o que há à margem da arte puritana cheia de sacramentos que aceitam tão somente aquilo que lhes é conveniente?

As normas que atualmente restringem o acesso ao espaço público em nossa universidade têm acarretado em consequências negativas que atingem funcionários, estudantes e, também, a comunidade externa. Tais medidas afetam diretamente o público externo, pois este acaba por ser privado do uso de um espaço que deveria lhe ser devido, de maneira a contemplar a ideia de uma universidade pública cada vez mais elitista e segregacionista.

Além disso, também a realização de eventos dentro do campus têm sido minimizada e submetida a diversas restrições, independentemente de suas motivações - sejam elas em prol da arte, do lazer e da cultura, de cunho esportivo, com finalidade política ou mesmo por necessidades públicas.

Com as normas restritivas sendo seguidas rigorosamente por parte da atual gestão, diversos encontros promovidos na universidade estão sendo reduzidos e descaracterizados, como é o caso da Semana de Liberdade Criativa.

Há quase uma década, o Coletivo Espontaneísta organiza uma semana que tem em primeiro lugar a característica de resistência, fazendo da arte sua ferramenta de luta para proporcionar encontros e experiências que englobem justamente o protesto, a sonoridade, a visibilidade e a ocupação dos espaços públicos de forma menos academicista e impositiva.

A burocracia e a falta de abertura para o diálogo, em conjunto com a completa desvalorização das ações do coletivo ao longo dos anos, ocasionaram na restrição de diversas atividades em nossa programação, dentre as quais se destacam o "Sarau da Transgressão", o noitão do Cineclube e o tradicional "Festival da Transcendência" que costumava ocorrer no sábado como encerramento do evento. Como justificativa à tais medidas, a direção argumenta que a cessão do nosso espaço é restritiva, com horários limitados e acesso apenas mediante a apresentação de R.A., inviabilizando a realização dos eventos propostos pelo Coletivo Espontaneísta.

Foi dentro deste contexto que surgiu a ideia e a necessidade da realização e elaboração da "Criativa Semana de Resistência: Antes arte do que tarde!", que será uma semana de resistência criativa para protestar contra este momento que vivemos e expurgar toda a pureza institucional que esta gestão nos impõe, além de colocar em evidência e problematizar o espaço hipócrita que estamos permitindo que se faça à nossa volta.

Não é com pesar, portanto, que viemos apresentar uma semana diferente, pois esta será uma demonstração de que não compactuaremos com a troca da nossa "liberdade" por barganhas! É a liberdade que nos transmuta em resistência!

ANEXO 2 – DIÁRIO DE BORDO

Assis/SP, outono, 2020

Fórum de Cultura do Interior Profundo

As plataformas de videoconferência ainda eram uma novidade para muitas pessoas. Num contexto de pandemia em que o isolamento era uma realidade e sem haver a possibilidade de manifestações nas ruas ou em praças públicas, as plataformas digitais foram largamente utilizadas. Fomos aprendendo ao mesmo tempo em que íamos fazendo o uso de tais ferramentas. Era um momento em que havia a necessidade de nos articularmos em torno das pautas do auxílio emergencial para trabalhadores e trabalhadoras da cultura. Assim, fazia-se necessário a comunicação constante entre os movimentos sociais, coletivos e artistas envolvidos.

Muito trabalho foi realizado nos primeiros meses de pandemia e tudo através dos aparelhos de celular, computadores, tablets e outros equipamentos pelos quais podíamos nos ver, nos comunicar e nos articular. Neste momento estava sendo criado o Fórum do Interior Profundo, movimento que reuniu cidades do interior paulista para discutir formas políticas públicas para a cultura em contexto crise sanitária.

O Fórum de Cultura do Interior Profundo marca a mobilização de cidades que compreendem o interior afastado da capital, concentrados no oeste paulista. No primeiro encontro estiveram presentes quarenta e quatro pessoas, entre artistas e representantes de coletivos, espaços culturais, grupos de teatro e de música, além da presença do secretário de cultura de Ourinhos. No início do encontro todos nos apresentamos, dizendo de onde estávamos falando e qual coletivo ou grupo representamos. A maior parte das pessoas compunha mais de um coletivo, como era o meu caso, que me apresentei como integrante da CIRCUS, FLiA e equipe de produção do Galpão Cultural. Após a apresentação, o diálogo inicia com a fala de pessoas trazendo informações recentes sobre as diversas mobilizações que estavam ocorrendo por todo o Brasil, sobre os avanços das pautas de apoio aos trabalhadores da cultura em tempos de pandemia. Muitas *lives* e movimentos organizados nos espaços virtuais ocorriam. Neste primeiro momento havia um movimento de mobilização em torno do Projeto de Lei 253 que estava em tramitação na Assembleia Legislativa de São Paulo. Este PL propunha auxílio emergencial para trabalhadores da cultura e espaços culturais. Como uma das propostas de mobilização do Fórum pensou-se na produção de um vídeo para falar sobre a necessidade da votação favorável ao PL na ALESP. A nível municipal, foi trazida a informação de que seria publicado em Assis, um edital para acesso de artistas locais, resultado de uma mobilização popular e apoiado pelo Conselho Municipal de Cultura. Foi falado sobre a preocupação de se ter um edital desburocratizado, possibilitando o acesso do maior número de artistas e produtores possível.

O encontro é fomentado por informações sobre a situação das cidades da região. Representantes de Assis, Ourinhos, Marília, Presidente Prudente, Martinópolis e Cândido Mota compartilham a respeito do cenário local. É falado sobre a importância de mobilizar os artistas e produtores de cada cidade e da participação em espaços de debates como em fóruns e conselhos municipais. Alguém pontua sobre participação popular e o fato de o Sistema Único de Saúde (SUS) ser o maior exemplo de participação popular nacional. Estávamos

falando de movimentos instituintes em tempos de crise sanitária, econômica e de ressurgimento de microfascismos. Houve uma fala que dizia sobre a importância de discutir cultura nos tempos sombrios em que estávamos vivenciando, não só pela pandemia, mas pelos desmontes, pela perda de espaço institucional e extinção do Ministério da Cultura.

Ao final do encontro, foram compartilhados alguns debates que ocorreriam virtualmente - Bate Papo "Espaço público e movimentos culturais em Presidente Prudente" - sábado, dia 09, às 16h, Bate Papo "Ocupações culturais em prédios da antiga rede ferroviária no Estado de SP: Presidente Prudente, Assis e São José dos Campos". - domingo, dia 10, às 16h, Bate Papo "Cultura em quarentena: as políticas emergenciais e a saída da crise". Compartilhamos também nossos contatos de celular para que pudéssemos criar um grupo no whatsapp. Por fim, encaminhamos a data do próximo encontro, 16 de maio de 2020, às 16h.

Neste espaço de mobilização havia uma preocupação em dialogar sobre a importância do reconhecimento de artistas e fazedores de cultura enquanto trabalhadores. É uma realidade que atravessa o trabalho do artista, a desvalorização de seu fazer. Quem nunca ouviu um músico ser questionado se ele apenas trabalha com música? Ou um ator, se tem um emprego de verdade?

Assis, verão de 2022

Grupo de whatsapp do Fórum de Cultura do I.P.

O grupo de whatsapp do Fórum de Cultura do Interior Profundo foi criado em abril de 2020, logo após o primeiro encontro do Fórum. Neste início não havia muitas pessoas participando deste grupo e, por isso, parte das discussões girava em torno do acesso de mais pessoas nesta rede de contato. Assim, aquelas que já o integravam poderiam adicionar outras, ampliando a participação junto à mobilização que estava sendo realizada. Com o propósito de fortalecer a mobilização em torno das pautas que estavam sendo discutidas, era importante que as cidades do chamado interior profundo tivessem representantes no Fórum. Assim, foi gerado um link, no qual qualquer pessoa poderia acessar o grupo apenas com um clique. Dessa maneira, o grupo cresceu rapidamente.

Um dos assuntos que ganhou importância naquele momento era o de realizar um mapeamento de artistas e fazedores de cultura, a nível local, regional e nacional. Acreditava-se que esta seria uma forma de dimensionar o fazer cultural no Brasil e de visualizar melhor o cenário. Em Assis, este movimento levou à criação do Cadastro Cultural Municipal, que tem como objetivo mapear e identificar integrantes e segmentos culturais. A partir do cadastro artistas e coletivos poderiam acessar informações sobre editais públicos realizados pela Secretaria de Cultura. Percebemos um consenso no grupo de que o mapeamento contribuiria com a construção e fortalecimento de políticas públicas para o setor.

Em nossas observações, nos chama atenção como os coletivos contemporâneos enfatizam a importância de se ter uma imagem que identifique sua existência. Muitos tinham seus próprios logos e estas iriam fazer parte da arte para a divulgação do Fórum do Interior Profundo. Estes coletivos queriam ser vistos enquanto participantes do Fórum. Foram longos diálogos a respeito da identidade visual do Fórum. Inclusive, houve um debate sobre quais cores poderiam ser utilizadas na feitura da arte. Sobre isso, foi pontuado que não poderia ser

usadas as cores verde e amarela, pois remete à bandeira do Brasil e no contexto atual ela está ligada aos eleitores bolsonaristas que defendem posições reacionárias e anti democráticas.

Ao percorremos por entre as mensagens do grupo, nos deparamos com quebras de diálogos. Típico de conversas travadas pelas redes sociais, um assunto estava ocorrendo quando de repente um outro tema é disparado e o rumo da prosa é deslocado. Novas conexões são realizadas. Anúncios são repassados para o grupo:

“Participe da Web Conferência: Lei de Emergência Cultural

Mobilização nacional!

Domingo dia 03/05 às 20h

Diante da real possibilidade de criação de uma Lei de Emergência Cultural no Brasil, a partir dos conteúdos do PL 1089/2020 e outras iniciativas, destinando recursos do Fundo Nacional de Cultura para espaços culturais, teatros independentes circos itinerantes, Pontos de Cultura, etc, que pode ir à votação em regime de urgência na câmara dos deputados já na próxima semana:

Vários segmentos e redes culturais estão se mobilizando e convocando uma Web Conferência sobre esta Lei de Emergência Cultural para domingo dia 03/05 às 20h.

Com presenças confirmadas do historiador Célio Turino e a deputada Jandira Feghali., e aberta a participação de lideranças”

“LEI DE EMERGÊNCIA CULTURAL ENTRA EM SUA SEMANA DECISIVA”

HOJE: WEBCONFERÊNCIA NACIONAL com Secretários(as) e Dirigentes Culturais Estaduais e Municipais de Cultura pela aprovação da Lei de Emergência Cultural

50

A Webconferência acontecerá nesta segunda -feira, dia 18/05 às 20h. Tivemos cerca de 250 pessoas inscritas(os) de todo o país.

Para assistir à Webconferência acesse o canal Emergência Cultural no YouTube: <https://cutt.ly/syQEZp9>

A mobilização nacional pela Lei de Emergência Cultural está mobilizando o Brasil. Artistas, técnicos, produtoras, gestores culturais, redes e movimentos estão se mobilizando para pressionar os parlamentares de seus estados pela aprovação da Lei.

Acontece hoje a WEBCONFERÊNCIA NACIONAL com Secretários (as) e Dirigentes Culturais Estaduais e Municipais de cultura pela aprovação da Lei de Emergência Cultural.

O Secretário de Cultura, Gustavo Tanus Martins, estará participando. A Webconferência acontece nessa segunda-feira, 18/05, às 20hrs com mais de 250 pessoas inscritas de todo país.

Para assistir a Webconferência acesse o canal Emergência Cultural no YouTube. Artistas, técnicos, produtores, gestores culturais, redes e movimentos estão se mobilizando para pressionar os parlamentares de seus estados para aprovação da Lei.

Cultura é Coletivo!

Secretaria Municipal de Cultura

Prefeitura de Ourinhos

Tanto a partir dos diálogos travados nos espaços do fórum como no próprio grupo de Whatsapp, notamos uma ênfase na importância da participação nos diferentes encontros que ocorriam nas plataformas digitais. Enquanto integrantes do fórum, tentávamos nos distribuir para participar dos debates e depois repassar as informações adquiridas e encaminhamentos

tirados de outros encontros. Muitas lives estavam ocorrendo e havia níveis diferentes de envolvimento e participação. Representantes de coletivos compunham os espaços conforme suas disponibilidades. O grupo trazia sobrecarga de trabalho naquele período.

Após intensa mobilização dos movimentos culturais, em junho de 2020 a Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural foi aprovada, destinando subsídio financeiro para todas as cidades do Brasil. Sua aprovação foi considerada uma vitória para as políticas culturais no país. Foi um período de muito trabalho e luta dos movimentos sociais de cultura. Esta conquista foi considerada uma retomada dos movimentos sociais de cultura, que, diante da emergência que se instalou, emergiram das camadas populares. A Lei Aldir Blanc foi fruto de uma articulação que se fez num processo coletivo, pelo qual insurgiram frentes de lutas. Após sua aprovação, outros trabalhos foram iniciados. E, tanto os participantes do fórum quanto de outros movimentos, apontavam sobre a necessidade de realizar encontros formativos para artistas, produtores e gestores. A preocupação, neste momento, girava em torno de fazer o recurso chegar à base, permitindo o acesso de todos e todas que produzem cultura. Assim, novas lives, encontros virtuais e mobilizações nas redes sociais iam sendo divulgados.

CURSO INTRODUTÓRIO SOBRE A LEI DE EMERGÊNCIA CULTURAL ALDIR BLANC 08/06 - Primeira aula: Lei de Emergência Cultural Ponto a Ponto

Ementa: Histórico, elaboração e tramitação da lei; ponto a ponto do texto aprovado; desafios para gestores(as) de estados e municípios; participação e controle social.

Considerando ainda a urgência e a importância do tema e a necessidade do amplo acesso às informações que serão disponibilizadas no curso, optamos por não realizar seleção de vagas, e iremos transmitir o curso, online e de forma gratuita, para todos e todas através do Canal Emergência Cultural no YouTube.

LEI DE EMERGÊNCIA CULTURAL ALDIR BLANC SANCIONADA!!!

Mas como o auxílio da Lei Aldir Blanc chegará aos trabalhadores da cultura em todo Brasil??

Nessa terça-feira, dia 30, às 18h, vamos fazer uma live sobre a lei Aldir Blanc, sancionada hoje, e como isso está reativando a implantação do Sistema Nacional de Cultura nos municípios e estados.

Pela primeira vez na história, teremos a distribuição de recursos para os municípios brasileiros pela ferramenta do SNC, de fundo a fundo. Mas, existem regras e questões a serem tratadas localmente para que esse dinheiro, de fato, chegue aos trabalhadores da cultura de todo Brasil.

1. Quem pode ser beneficiado com os recursos da Lei Aldir Blanc?

A Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc prevê 3 mecanismos de apoio emergencial ao setor cultural. São eles:

- Renda emergencial mensal de R\$ 600 por 3 meses aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura (artistas, técnicos, produtores, gestores, prestadores de serviços na área cultural) com atividades interrompidas, desde que não recebam outros benefícios do governo federal, incluindo aposentadoria, e tenham renda mensal de até meio salário mínimo.*
- Subsídio mensal, entre 3 e 10 mil reais, para manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram suas atividades interrompidas ...*

Todo o processo de articulação em torno da aprovação da lei e posteriormente de sua regulamentação, ajudou a evidenciar o cenário institucional do setor cultural. Alguns problemas ficaram visíveis diante da necessidade de sistematizar a gestão do recurso. Muitos municípios, principalmente os de pequeno porte, não possuem secretaria de cultura, ou esta pasta é vinculada à secretaria de esportes e/ou turismo. Nesses casos havia um enorme entrave para lidar com o repasse financeiro, considerando os entendimentos sobre quem deveria ser beneficiário. Outra problemática exposta se referia a deficiência na formação de gestores públicos. De forma a auxiliar nesse sentido, a própria lei propunha a constituição de Grupos de Trabalho compostos pelos artistas, produtores, técnicos, gestores para a organização da distribuição do recurso no município. Todo esse movimento de mobilização contribuiu para dar visibilidade e reconhecimento a muitos artistas e fazedores de cultura, além de ampliar os conhecimentos em políticas públicas.

Assis/SP, inverno de 2022.

Ciclo de Ágoras - Galpão Cultural e Subjetividade

Era noite de terça-feira e estava frio. Talvez fosse por conta do frio que não tenham ido muitas pessoas, mas como o encontro estava sendo gravado e depois seria veiculado nas redes sociais, mais pessoas poderiam acessar posteriormente. Dentre os que estavam presentes, a maioria tinha, ou em algum momento teve, grande envolvimento com ações no Galpão. Havia duas arquibancadas em que nos espalhamos para nos sentar. Os debatedores e o mediador estavam em cadeiras separadas, à frente das arquibancadas, formamos mais ou menos uma roda. O mediador propôs que fosse feita uma prosa, algo sem formalidades. No começo o público ainda estava um pouco acanhado até que alguém dispara um primeiro comentário e a coisa começa a rolar.

No primeiro dia, o tema se aproximava, de maneira particular, com a minha atuação, tanto por estar envolvida com ações no Galpão Cultural, quanto por pensar no meu campo de pesquisa. A discussão sobre o tema “Galpão Cultural e Subjetividades” trouxe reflexões acerca deste espaço enquanto ser um dos equipamentos de cultura da cidade e o que este representa para a população de Assis e para artistas e coletivos. Apareceram questões sobre como suas ações acessam a cidade e como a população da cidade acessa suas ações; Quais processos de subjetivação são produzidos neste espaço ou a partir dele.

Algumas das falas ficaram me ressoando após o encontro. Disseram sobre o Galpão ocupar um lugar geograficamente importante na cidade, por estar localizado na região central. De sua importância enquanto espaço em que se produz cultura e de seus coletivos estarem pensando sobre políticas públicas de cultura. Sobre ser um espaço alternativo à cultura ligada ao agro e propor algo diferente dos eventos de rodeio, muito comuns em cidades do interior paulista. Falaram também sobre possibilitar experimentar arte e cultura de um modo que talvez não acontecesse se não existisse aquele espaço na cidade, de o Galpão ser um território em que se questiona o padrão da heteronormatividade. Além dessas falas, surgiu na discussão a relação do Galpão com a universidade e a academia. Este tema já havia aparecido em outros debates. De qualquer forma, achei importante tal apontamento, considerando que muitos dos coletivos que fomentam o Galpão estão diretamente ligados à academia. Eu, por exemplo, componho

coletivos e estou vinculada à UNESP. Além de mim, há muitos outros companheiros e companheiras que são ou estudantes ou ex-estudantes ou, ainda, professores universitários. Os debatedores do ciclo de ágoras, daquele dia, todos tinham ou tiveram alguma relação com a universidade (no caso, a UNESP de Assis). Compreendo tal relação como uma Os coletivos trazem consigo um potencial crítico que a universidade proporciona. No entanto, faz-se necessário estar atento às problemáticas que emergem deste encontro da cultura popular, de base comunitária, com a academia. Ao participar do Ciclo de Ágoras, alguns questionamentos me atravessaram.

Como possibilitar processos de composição entre os corpos? De que maneira ocupar e produzir cultura afirmando as existências? De que forma podemos ampliar nossa rede e acessar novos circuitos? Como pensar o fazer cultural naquele espaço? Quais culturas estão sendo (re)produzidas ali?

Saio das conversas com a sensação de que estes são espaços de fato muito potentes, de trocas de experiências, de movimentação de ideias, de construção de conhecimentos. Comento com meus companheiros de produção o quão enriquecedores foram para mim. A atuação nos projetos que estavam em execução naquele momento, a relação com as políticas culturais e as burocracias que exigiam os editais, a própria produção cultural que estava em curso, pensar a prática pareceu fundamental.

E..

Por que chamamos de Ciclo de Ágoras?

As ágoras eram espaços, nos quais os cidadãos gregos se reuniam para discutir assuntos da vida pública. Podiam participar somente homens livres com maior idade e que tivessem propriedades.

Assis, verão de 2022
Biblioteca Comunitária

Durante o ano de 2022 estives como responsável pela abertura da Biblioteca Comunitária do Galpão. Todas as quartas-feiras eu passava a tarde na biblioteca. Chegava às duas horas da tarde, organizava uma coisa aqui, outra ali, punha alguns livros de volta na prateleira e sentava numa mesa onde conferia na agenda qual seriam as demandas daquela tarde. Normalmente, realizava alguma tarefa relacionada aos projetos que estava sendo executado no Galpão. Enquanto isso, todo um movimento se fazia presente de pessoas que circulavam por aquele espaço. Nas quartas, também, ocorriam as reuniões da PIRASSIS; as oficinas do CAPES II, que foram transferidas para o Galpão, porque o CAPES estava em reforma. Também, nas tardes de quarta acontecem as entregas das cestas de produtos agroecológicos da Rede Trem Bão. Junto com a entrega da Rede tem a Feira de EcoSol. Enquanto passava o tempo na biblioteca, algumas pessoas entravam curiosas para saber o que era ali. Muitas perguntavam se era um espaço vinculado à prefeitura ou à secretaria de cultura e respondia que não, mas que a SMC ficava logo ao lado. Outras perguntavam se podiam usar o banheiro e se era de graça. Um dia uma moça perguntou se comunitário queria dizer de graça, se não precisava ser pago.

Num outro dia, um grupo de três adolescentes que passavam na frente entraram curiosos para olhar os livros. Disse a eles que era uma biblioteca comunitária e que podiam escolher livros

para levar emprestados. Passaram um bom tempo olhando e folheando vários livros. Não me recordo se chegaram a levar algum.

O sistema de retirada de livros da Biblioteca não é nada burocrático, basta preencher uma folha com nome, telefone, título do livro, autoria e data de retirada ou é possível acessar um *QRcode* que leva a um formulário para preencher com as mesmas informações. Não há um prazo definido para a devolução dos livros, cada pessoa tem autonomia para decidir quando devolver. A ideia é que a biblioteca seja um espaço, no qual haja co-responsabilização e tenha como princípio a gestão coletiva do espaço. Propõe-se que haja uma implicação com a organização e manutenção da biblioteca. Muitos livros foram retirados, durante as minhas tarde na biblioteca.

Sábado, às 14h, oficina de confecção de Jaraguá

Eu não conhecia o Jaraguá. O Jaraguá é um mamulengo que se parece a um jacaré. Tem uma boca grande, com muitos dentes, que ao fazer movimentos de abrir e fechar emite um som que se parece com a batida do agogô. É um brinquedo bem colorido que pode ser grande ou pequeno. Quando grande é segurado por um cabo de vassoura e coberto por um pano colorido. Dessa maneira, uma pessoa adulta consegue entrar debaixo do pano, segurar o cabo e fazer a brincadeira acontecer. A oficina veio de Fortaleza para nos apresentar o Jaraguá e nos contou um pouco da história desse brinquedo e de suas experiências com ele. No modelo original, a cabeça desse mamulengo é feita do esqueleto da cabeça de um cavalo. Segundo ela, de tão pesada, a cabeça é sustentada por uma vara de ferro para conseguir ficar firme. Apesar do peso, “os brincantes passam horas dançando como Jaraguá”, relata a oficina. Na biblioteca do Galpão, reproduzimos um pouco da dança e das brincadeiras. “Chegou chegou chegou meu Jaraguá, o bichinho é bonitinho ele sabe vadiar”, cantávamos em coro. Foi um grande prazer conhecer o Jaraguá e sua história, que passou a fazer parte do imaginário das crianças e adultos que participaram da oficina e puderam confeccionar seus próprios Jaraguazinhos.

Assis/SP, verão de 2023
Fórum do Galpão Cultural

Após um ano intenso de atividades e de bastante trabalho, estava animada por participar do Fórum do Galpão Cultural. Ansiava ouvir as impressões de minhas companheiras e meus companheiros sobre aquele ano atribulado, mas, também, potente e de muitas colheitas. Quais vivências trariam para a roda? Disparamos nos grupos de *whatsapp*, *facebook* e *instagram* do Galpão sobre o Fórum, divulgando que este ocorreria nos dias 24 e 25 de fevereiro, sexta, a partir das 19h, e sábado a partir das 10h, no Galpão Cultural.

A realização do Fórum do Galpão Cultural tem como objetivo fazer o planejamento anual. Assim, busca-se partilhar das experiências vividas com o propósito de identificar as necessidades e propor melhorias ao andamento dos trabalhos ali realizados.

A ideia é que todos os coletivos que participaram com ações ao longo do ano pudessem estar no Fórum para partilhar de sua experiência e aquelas pessoas ou coletivos que tivessem interesse em se aproximar do espaço que se “achegassem” e colocasse na roda suas ideias. O

encontro aconteceu em formato híbrido, com a intenção de viabilizar a participação das pessoas que não poderiam estar presencialmente no Galpão. No primeiro dia, dezessete pessoas estiveram presencialmente e quatro de modo remoto e, no segundo dia, quatorze pessoas estiveram presencialmente e quatro no virtual.

A partir de representantes, participaram os seguintes coletivos: CIRCUS; equipe de gestão do Galpão Cultural (do qual eu fazia parte, com mais dois companheiros), FLiA - Feira Literária de Assis; Clube de Cinema Exílio; Leia Mulheres; Feira de EcoSol; Estúdio Popular; PIRASSIS; Kawe Zimbaue; Rede Trem Bão; Angoleiros do Sertão.

No primeiro dia foi proposto que iniciássemos com a apresentação do documentário do Galpão Cultura. Este documentário foi produzido em 2020 e tem como foco contar a história do espaço, divulgar suas ações e, principalmente, contar a experiência desta ocupação a partir da visão de quem a produz. O documentário é inspirador. As falas transmitem emoção e envolvimento das pessoas. Após ser transmitido o vídeo, com cerca de vinte e cinco minutos, começamos a prosa, nos apresentando. Para iniciar o encontro é de costume fazer uma rodada de apresentação, tendo em vista que sempre (ou quase sempre) há participantes recém-chegados. Este primeiro momento é o de introdução, aquecimento ou “chegança”. Alguns dizem, “vão se achegando aí”. Junto à rodada de apresentação foi proposto que cada uma fizesse uma breve avaliação do ano de 2022, refletindo sobre sua participação e compartilhando suas impressões.

Foi falado sobre o Galpão ser um espaço importante de resistência cultural, de sentir gratidão por fazer parte como espectador, mas também como articulador. Inspirados pelo documentário, algumas pessoas retomaram a história de ocupação, o processo de despejo e a vivência do novo espaço. Falaram, também, sobre a dificuldade de compor com um espaço já formado, de ter que ir se inserindo e tendo que aprender “na marra”. Foi falado de muita potência no ano de 2022, de movimentos de retomada pós-pandemia, do interesse de novas pessoas de se aproximarem, do impulsionamento de ações da Biblioteca Comunitária, Feira Literária e Espaço Ciranda (espaço dentro da biblioteca pensado para o público infanto-juvenil). Foi um ano de novos acessos e de fortalecimento, de estruturação e reestruturação. De muito trabalho. Ano da “fazeção”.

Algumas pessoas disseram sobre a satisfação de ter conhecido o Galpão e o desejo de contribuir. Pontuaram sobre o acolhimento, a receptividade aos novos interessados e a inspiração em levar esta experiência a outros lugares. Em uma das falas, uma participante apresentou seu interesse em “reproduzir” a experiência de ocupação do Galpão em sua cidade. Em 2022, ela circulou por algumas cidades, entre elas Assis, com o projeto chamado “Escurecendo a questão”. A ação consistia em uma roda literária para debater o livro “Sobrevivendo no Inferno” dos Racionais Mc’s. A princípio havia buscado a Secretária Municipal de Cultura para apresentar a proposta, mas não teve retorno, então, procurou o Galpão Cultural. Desde lá, vem se aproximando cada vez mais, trazendo outras ações relacionadas à literatura e racismo.

Caminhando para o final do encontro, nesse primeiro dia, algumas pessoas tentam dar andamento às pautas, tendo em vista o tardar da hora e a necessidade de encaminhar demandas. Começa-se então a fazer um levantamento das demandas para serem discutidas no segundo dia do Fórum. (itens a seguir tirados da ata- colocar essa informação como nota de rodapé)

- Cuidados permanentes
 - Insumos (papel higiênico, produtos de limpeza, álcool gel café e filtro de café)
- Manutenção da Ocupação.
 - Mutirão na Biblioteca Comunitária
 - Manutenção do espaço do trilho do trem e Jardim das Guerreiras
 - Limpeza, manutenção e gestão de resíduos sólidos
 - Goteiras
- Comunicação
 - Divulgação da Programação e Ações/Agenda
 - Oferta de companhia de Ourinhos (portfólio) para fazer um site do Galpão
- Ocupação coletiva do espaço
 - Contribuição financeira para manutenção do espaço pelos coletivos
 - Acordos para receber atividades, fluxo e acolhimento para eventos pontuais - Termo de Compromisso (pedagógico)
 - Frentes de Trabalho (Produção-Recepção, Comunicação, Infraestrutura, Zeladoria Limpeza), composta pelos coletivos, circulação de pessoas diante das suas aptidões
 - Grupos de atuação permanentes (Áreas e coletivos e ações e ...)
 - Ampliação da recepção (pontes), chegada pelas redes sociais, e-mail, contatos pessoais
 - Mapeamento das funções e variação da responsabilidade (desafio-tarefa)
 - Especificar o que faz o coletivo nas frentes de trabalho - ex. Limpeza e Zeladoria: compartilhar entendimentos nos eventos pontuais e uso contínuo, olhar atento, grupo de referência, criar mecanismos, pequenos detalhes de gestão.
 - Pensar e agir frente às dificuldades
 - Olhar coletivo para as necessidades da ocupação
 - Retorno para os coletivos para organização desta agenda de trabalhos/demandas
 - Período de pactuação e distribuição nos coletivos
 - Levantamento dos responsáveis em suas funções
 - Demarcar as frentes de trabalho e primeiro plano
 - Listar o que precisa ser feito e indicar no Quadro de Rep. - visualizar a demanda (rotina e eventos)
 - Contas mensais
 - Mapear os coletivos - quem somos/estamos?

No dia seguinte, estávamos novamente no Galpão para continuar os trabalhos do Fórum. Fizemos um café comunitário, com muitas comidas, algo que sempre ajuda a iniciar uma reunião em pleno sábado de manhã. Ainda me lembro do bolo de maçã que a companhia nos presenteou. Iniciamos a prosa com a apresentação e avaliação das pessoas que não puderam estar presentes no dia anterior. Não foram muitas pessoas que se apresentaram, mas novos apontamentos foram trazidos com relação aos desafios na resistência. Tiveram falas sobre a adequação aos novos formatos pós-pandemia, como os protocolos sanitários; da preocupação sobre acessibilidade de pessoas com deficiência, dos cuidados com o espaço, da gestão coletiva com relação à organização e manutenção financeira, da relação com os projetos financiados por editais e como eles fortalecem financeiramente as ações dos coletivos. Questionamentos de várias ordens foram sendo manifestados.

Como compor? Quais cuidados o espaço precisa? Como ampliar o público frequentador do Galpão? Como manter financeiramente o espaço? Como gerir coletivamente? Como ser coletivo no espaço?

Sem encaminhamentos objetivos, seguimos tentando dar conta das demandas listadas no dia anterior. Resolveu-se pensar a partir da definição das frentes de trabalho, que são: Zeladoria-limpeza; Produção-recepção; Comunicação; Infraestrutura; Financeiro.

As frentes de trabalho surgem a partir das necessidades práticas dos coletivos para a gestão Galpão...

Qual a função de cada frente? Quantas pessoas são necessárias para compor as frentes? Haverá uma rotatividade das funções? Vamos pensar num período de experimentação?

Após um tempo de debate sobre as frentes de trabalho, foi sugerido que seriam compostas pelos coletivos, podendo haver circulação de pessoas diante de suas aptidões.

Sobre a organização financeira, de como seria realizada a contribuição pelos coletivos para fazer a manutenção do espaço, foi apresentada uma tabela descrevendo os gastos mensais do Galpão, como contas de água, luz, internet, seguro, faxina, contabilidade e seguro, além de um recurso para compor o fundo, que poderia ser usado para melhorias e pequenos reparos.

De que forma cada coletivo irá colaborar? Qual parâmetro adotar, porcentagem mínima ou contribuição voluntária? Será uma obrigatoriedade para todos os coletivos a colaboração financeira?

Até então, a CIRCUS estava como a única mantenedora do Galpão, arcando com suas despesas. Neste momento, havia um interesse coletivo de que essa demanda fosse distribuída por todos que ocupam o espaço. Assim, foi encaminhado que uma pessoa ficaria responsável por consultar cada coletivo pedindo para que enviassem uma proposta de repasse financeiro ou alguma outra forma de contrapartida, sendo observado que se basearia no princípio da equidade.

Fizemos os encaminhamentos necessários e encerramos por volta de uma hora da tarde. Saí com a sensação, e imagino que não apenas eu, de que ali nada estava finalizado. Nem todas as questões e pautas do Fórum do Galpão foram absolutamente resolvidas e respondidas. O Fórum gerou muito mais questionamentos do que soluções. Mas percebemos que a possibilidade do encontro nos oportuniza a ampliação e a movimentação de ideias. Evidentemente, existe a necessidade de viabilizar ações concretas, pois só assim é possível continuar ocupando e gerenciando um espaço como o Galpão. Na busca de manter este espaço de cultura, seguimos traçando caminhos e tecendo possibilidades.

Final da primavera de 2024
Carta de Princípios do Galpão Cultural

Numa manhã de sábado, eu e mais três companheiros nos dispusemos a nos reunir para tratar da escrita de uma carta de princípios do Galpão. Esta demanda surgiu a partir do último Fórum do Galpão Cultural, realizado no início de 2024. O Fórum apontou a necessidade de criar um documento para ser socializado entre os coletivos que já ocupam o espaço e os que tenham interesse em propor ações. Para a elaboração deste documento foi organizada uma frente de trabalho responsável pela sua escrita.

Nosso encontro se deu por meio de plataforma virtual (*googlemeet*). Enfrentamos algumas dificuldades com o áudio, incidente cotidiano para internautas navegantes dessa rede-mar. Assim que, através da tela, pudemos nos ver e ouvir sem interferências, iniciou-se a prosa. Pensávamos em realizar uma reunião breve que durasse uma hora, mais ou menos, mas encerramos após duas horas de conversa. O tema da reunião exigia tempo para discussão. Começamos a debater primeiro sobre as intenções da carta, o seu propósito de ser. A carta de princípios, também chamada de carta de compromisso ou cuidado, tem como finalidade estabelecer parâmetros para atuação de pessoas e coletivos no Galpão. Questionamo-nos sobre como elaborar uma carta que fosse capaz de expressar orientações para a atuação neste espaço...

Debatemos sobre trazer um sentido pedagógico à carta, assim, ao mesmo tempo em que buscamos atender à intenção de socializar os acordos estabelecidos, também gostaríamos de afirmar posicionamentos éticos e estéticos. Além disso, propusemos um fio poético, linhas que talvez inspirem práticas e ideias, provoquem afetações e deslocamentos, quem sabe?!

Entre trocas e debates, manifestamos que a carta não precisa ser um documento soberano, estático e inalterável, afinal, o processo de compreensão do mundo e da realidade é dinâmico, emerge do encontro com o diferente e é gerado pela experimentação. Assim, compreendemos que ela poderia ser retomada, repensada e questionada, sempre que alguém apontar para esta necessidade.

Um dos companheiros apresentou uma proposta para seguir com a escrita. Sua sugestão consistia em responder às seguintes perguntas: O que é o Galpão? Para quem é? Quais são os coletivos ocupantes? Como é o espaço físico? Quem faz a gestão? Quanto custa estar aqui? Como cuidar disso tudo?

Tais perguntas buscam traçar uma linha objetiva, ao mesmo tempo em que afetam a dimensão simbólica.

Ao buscarmos responder a primeira pergunta - “o que é o Galpão?” - surge como questionamento o conceito de espaço público - o Galpão é um espaço público?” - Fomos buscar refletir acerca desta questão fazendo um paralelo com outros espaços públicos. Trouxemos como exemplo a Unesp de Assis-SP, sendo este um espaço legitimamente público. Compreendemos o espaço público como aquele aberto, acessível, igualitário e sempre inacabado. Identificamos que apesar da universidade ser financiada por recursos públicos, não se caracteriza como um ambiente aberto e completamente acessível à comunidade. Existem barreiras que restringem o público no acesso a este espaço; barreiras físicas, políticas, burocráticas e subjetivas que devem ser problematizadas. Assim, seguimos refletindo sobre a condição de se definir enquanto público o espaço do Galpão Cultural. Chegamos ao entendimento da importância de afirmar o Galpão como sendo um Ponto de Cultura a partir do acesso à política pública de cultura, Lei Federal Cultura Viva (2014). Também julgamos importante definir este espaço enquanto uma ocupação, realizada por coletivos culturais. Em suma, acordamos que a carta deveria trazer como elementos centrais a questão da ocupação, autônoma e autogestionária, e a sustentação deste espaço como Ponto de Cultura.

A carta servirá, também, como um cartão de visita do Galpão Cultural a pessoas e coletivos que tenham interesse em propor ações e/ou eventos. Diante disso, a resposta para a segunda pergunta vai na direção de afirmar o Galpão como um espaço aberto a todas as pessoas. No

entanto, levando em consideração as problemáticas que levaram à necessidade de elaboração do presente documento, consideramos indispensável pontuar que este espaço está aberto a quem tenha interesse de propor ações e que esteja disposto a se responsabilizar por seu cuidado, respeitando o uso coletivo e dedicando-se à sua manutenção e integridade física. A ideia de responsabilização vem ao encontro dos processos de construção coletiva que se busca estabelecer nas relações internas dentro e entre os coletivos do Galpão; pode ser entendida como uma forma de engajamento coletivo em que as fronteiras entre o individual e o coletivo se tornam fluidas, imbricando as ações individuais com os processos sociais e políticos.

Ao resolvermos seguir para a próxima questão - “quais são os coletivos?” - percebemos o caráter fluido desta ocupação e de suas conexões. O Galpão segue sempre em movimento, com a entrada e saída de coletivos e fazedores de cultura. Além disso, se constitui como área de experimentação, favorecendo insurgências e a formação de novas redes. Tal questão foi respondida pontuando a multiplicidade de coletivos atuantes neste território e, por sua vez, de propostas diversificadas nas áreas do “teatro, circo, música, hip hop, literatura, economia solidária, saúde mental e muito mais”. Será esse um espaço das multiespecialidades??

E, o espaço físico do Galpão? Como é? A discussão aqui considerou também a perspectiva de ocupação de um espaço que estava abandonado. Dessa maneira, trouxemos que o Galpão é uma ocupação de um antigo prédio da Estrada de Ferro Sorocabana, que ficou abandonado após a desativação da linha férrea e que volta a ter uma função social no corpo da cidade, tornando-se um território de produção e fomento às práticas artísticas e culturais. Constitui-se como uma resistência na produção artística e cultural na região. Apesar de não haver apoio da gestão local, os coletivos dão sustentabilidade a sua existência e aos seus 436m² de área construída.

Consideramos em nossas discussões que o Galpão é um espaço independente, no sentido de não ter apoio do poder público local e nem das esferas estaduais e federais, permanentemente. Assim, para responder a pergunta “quanto custa estar aqui?”, fomos direto ao ponto, custa tempo e dedicação. Além disso, têm as contas de água, luz, energia, internet, a própria manutenção do espaço e dos equipamentos. Enfatizamos a atuação da Circus como a principal mantenedora do Galpão. Além de ser co-fundadora, é este coletivo que, ao longo dos anos, se manteve como alicerce custeando suas despesas.

Enquanto uma gestão coletiva que propõe a participação efetiva de todos os coletivos e fazedores de cultura na construção deste espaço, o conceito de autogestão é debatido, não apenas nesta reunião, mas nos vários momentos em que a prática se alia à reflexão. O processo de autogestão está ligado à ideia de autonomia que, por sua vez, entendemos estar direcionada no sentido da emancipação. A gestão coletiva, no contexto em que estamos discutindo, visa romper com as estruturas hierárquicas e de controle. Assim, definimos que quem faz a gestão são todas as pessoas e, portanto, necessita da participação ativa. A participação se constitui com um dos princípios para a continuação deste espaço cultural. Quando questionado sobre como cuidar disso tudo, considerou-se a importância do estar presente, dispondo-se a realizar as tarefas mais cotidianas e essenciais. “Varrer, recolher lixos, lavar os banheiros, limpar a calçada...”.

ANEXO 3- CARTAS

CARTA PÚBLICA DA CIRCUITO DE INTERAÇÃO DE REDES SOCIAIS (CIRCUS) SOBRE A JUNÇÃO FAC-AUTARQUIA

As associadas e associados da Circuito de Interação de Redes Sociais (CIRCUS), Organização Não-Governamental, apartidária, sem fins lucrativos, radicada em Assis desde sua fundação (no ano de 2001), vem através desta carta pública manifestar sua profunda preocupação com a divulgação pela mídia local – e confirmada pela atual gestão municipal (aqui representadas pelas figuras do excelentíssimo Sr. Prefeito de Assis, José Fernandes, e seu vice, Márcio Veterinário) – da extinção da “Fundação Assisense de Cultura” (FAC) e “Autarquia Municipal de Esportes” para que, juntas, formem uma única Secretaria, outrora nomeada de “Secretaria de Esportes e Cultura”.

Destacamos abaixo alguns pontos que acreditamos trazer contribuições para o diálogo que ora travamos nesta casa de leis. Ressaltamos que como os eixos de atuação de nossa ONG são prioritariamente a) cultura e b) ações socioambientais, devido à proposta desta audiência pública iremos nos ater na primeira: a área da cultura. Os pontos que destacamos são:

1. Destacamos a urgência na criação de um Conselho Municipal de Cultura em Assis, cujo espaço deverá ser plenamente democrático, abarcando grande número de coletivos e grupos culturais implicados no fomento, produção, difusão e circulação de atividades culturais no município. Tal Conselho deverá primar por um espaço participativo e plural de fato, pois só assim, com amplo diálogo, a CIRCUS acredita no crescimento e consolidação de práticas artístico-culturais. O fechamento de instituições públicas da área de cultura e esporte, sem ao menos a consulta aos agentes e atores culturais em Assis é um grave erro, e pode se transformar num equívoco irreparável num futuro não tão distante. A CIRCUS acredita que com a participação popular e a criação e consolidação de políticas públicas culturais no município – e não, como está hoje, apenas direcionadas para ações e fomento da FAC - é que poderemos fortalecer o município nos aspectos artístico-culturais. Essa é nossa contrapartida ao projeto que pensa o fechamento da FAC e a junção de Secretarias: acreditamos que o problema seja de gestão e não de modelo.
2. Nesse mais de 15 anos de existência, a CIRCUS já trabalhou com vários diretores da Fundação Assisense de Cultura e presidentes do Conselho Curador da FAC, estes apresentaram várias visões e atuações do fazer e pensar a cultura no município. Com isso, consolidou uma maneira da FAC trabalhar no município, que em nossa compreensão não cumpre com excelência seu papel frente às necessidades culturais em Assis. Contudo criar uma Secretaria que promove a junção da FAC, com qualquer outro setor é precarizar ainda mais o setor. Zelamos pela exclusividade da Cultura, seja numa fundação pública, seja numa Secretaria ou na existência dos dois: uma Fundação e uma Secretaria exclusivamente de Cultura.
3. A entrada do município de Assis no SNC - Sistema Nacional de Cultura é o passo mais seguro para a profissionalização, eficiência e desenvolvimento da cultura na cidade de Assis. Para isso compreendemos que deve ser respeitado os princípios centrais do SNC:

criação de um Conselho Municipal de Cultura com a presença majoritária de representantes da população assisense e dos artistas locais, a regulamentação por lei de no mínimo 1% do orçamento público ser destinado para a cultura, criação de Planos Anuais de Ações Culturais, Agenda Cultural anual da cidade e outros princípios que regem o SNC.

4. Assis possui uma cena cultural intensa e independente que precisa ser reconhecida e fomentada para a sua ampliação e desenvolvimento. Citamos algumas ações feitas pela CIRCUS, com parceria com outras entidades: Ponto de Cultura Galpão Cultural, Encontro de Palhaços, Mostra o Lixo, Revista Circuito, FLIA - Feira Literária de Assis, entre tantos outros. Muitos outros agentes culturais, coletivos e entidades realizam ações culturais que precisam ser ouvidos, respeitados e apoiados pelo Poder Público Municipal.

5. Sugerimos a criação de edital municipal de fomento às práticas artísticas e culturais (em cifras e normativas à se definir coletivamente) para abarcar a pluralidade de coletivos culturais que Assis possui. Coletivos estes que realizam ações artísticas de intenso impacto cultural em Assis e que raramente obtiveram apoio ou fomento municipal. Editais de fomentos culturais permitiram que esses grupos artísticos continuem e estendam a produção de cultura em Assis. Esses editais ampliam o leque de ações com o apoio da Prefeitura de Assis, e ao mesmo tempo reconhece a pluralidade de produtores e agentes culturais em Assis.

6. Existe uma certa confusão na sociedade em relação ao trabalho de gestão cultural. Confunde-se a promoção de políticas culturais com assistencialismo. O trabalho com cultura envolve muito mais que a promoção de cursos e oficinas, ele deve fomentar as produções e produtores da região tanto quando eventos e oficinas. Nesse sentido, gostaríamos de terminar como uma questão para os responsáveis do projeto aqui apresentado: qual é a política cultural do projeto aqui apresentado?

Esses são alguns pontos e contribuições da CIRCUS para essa discussão que se inicia e acreditamos que a realização de um Fórum de Cultura permitiria para a cidade de Assis promover realmente uma gestão cultural democrática e participativa.

Sem mais para o momento. Aproveitamos a ocasião e cumprimentamos respeitosamente todos e todas pessoas presentes.

Assis, 12 de abril de 2017.

CARTA DE PRINCÍPIOS PARA A CULTURA ASSISENSE

Esta carta, assinada por diversos grupos culturais da cidade de Assis, tem como objetivo apontar princípios orientadores visando a inclusão, desenvolvimento e fortalecimento das políticas culturais e sua implementação nos planos de governo no município de Assis.

Em 2020 a pandemia da Covid-19 assolou o Brasil e o mundo, com isso, não somente alterou o funcionamento das atividades culturais, mas trouxe a tona uma condição precária de trabalho vivida em sua categoria, ou seja, o trabalho na cultura é marcado pela informalidade e precarização, com editais pontuais, contratos temporários, realização de várias atividades profissionais ao mesmo tempo e a ausência de proteção social para a categoria.

Se este momento da pandemia da Covid-19 evidencia esses problemas no setor cultural, essa área enfrenta problemas estruturais que se apresenta ao longo da história do país e do nosso município. A ausência de políticas públicas permanentes e a falta de um planejamento com objetivos de médio e longo prazo gera instabilidades e descontinuidades no setor. Nessa perspectiva a cultura acaba sendo a realização de eventos ao invés de uma política pública permanente de fomento, formação e produção cultural. A pasta da cultura normalmente possui os menores orçamentos em qualquer instância dos executivos, sejam eles federal, estaduais e municipais. Além disso, uma parte significativa destes poucos recursos acabam sendo gastos em manutenção de imóveis e não utilizados diretamente na cadeia produtiva do setor cultural. Compreendendo esse grande desafio para o setor e, conscientes que os candidatos do pleito eleitoral de 2020 possuem o compromisso inequívoco de fortalecer a política cultural da cidade de Assis, subscrevemos essa carta de princípios para servir de referência para uma gestão democrática e participativa da cultura em Assis. Assim, elencamos alguns pontos visando a superação desta condição e o fortalecimento da cultura em nosso município. São eles:

Fortalecimento da Democracia: Como aponta Boaventura de Sousa Santos “As democracias também morrem” e é necessário afirmar esta bandeira, principalmente diante de nossa frágil democracia. Após a audiência pública ocorrida na Câmara de Vereadores no dia 12 de abril de 2017 apontando para a junção da Fundação Assisense de Cultura e da Autarquia Municipal de Esportes de Assis numa mesma secretaria, e as inúmeras críticas que se deram a tal junção, se criou a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) e, logo após, a criação do Conselho Municipal de Cultura (algo que também foi apontado na referida audiência como necessário). No entanto, após alguns anos de implementação, observa-se que tais mudanças ainda não garantiram uma condição democrática, pois as decisões precisam sair dos gabinetes e serem realizadas em ambientes democráticos (audiências, fóruns e conferências), mesmo que a formulação das ações sejam mais demoradas. Para que essa condição de ampliação da participação popular e dos agentes de cultura se faça presente no município de Assis, indicamos a necessidade de realizar as ações estabelecidas no Sistema

Nacional de Cultura - SNC, sendo elas:

- 1) Organizar anualmente a Conferência Municipal de Cultura, fomentando a participação social para oferecer diretrizes, estabelecer princípios e realizar o monitoramento da política cultural do município de Assis. Indicamos que o comprometimento do governo eleito é ter essa pauta como prioritária na agenda da SMC.
- 2) Tornar o Conselho Municipal de Cultura - criado com a Lei Municipal n.º 6.525, de 18 de maio de 2018 - um órgão deliberativo, com a presença majoritária de representantes da população assisense e das/dos trabalhadoras/trabalhadores da cultura envolvidos nos diversos segmentos culturais da cidade;
- 3) Estabelecer um Plano Municipal de Cultura de curto, médio e longo prazo, conforme estabelece as diretrizes do Sistema Nacional de Cultural - SNC, para que as gestões de governos desenvolvam concretamente ações que sigam um plano decenal abrangente e que impacte positivamente a sociedade assisense;
- 4) Manutenção do Fundo Municipal de Cultura e inscrição no SNIIC (Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais). Formalizado por lei e regulamentado;

5) Interação dos Conselhos Municipais de controle social, especialmente dos sistemas instituídos do SUS - Sistema Único de Saúde, SUAS - Sistema Único da Assistência Social, permitindo um diálogo permanente entre os conselhos de controle social. Ampliação do conceito de cultura: ao contrário da percepção tradicional que a cultura é um bem que precisa ser resguardada e armazenada, compreendemos que a cultura é viva, pulsante, vibrante e diversa. Por isso, entendemos que a gestão pública da cultura precisa compreender esse pluralismo cultural e fomentar projetos que promovam a diversidade cultural por todo o município de Assis. Compreendendo que o papel do município não é de criar obras artísticas, mas de fomentar aquelas/aqueles que são agentes culturais e promotoras/promotores da cultura, não apenas da “cultura” eurocêntrica, mas daquelas que pulsam constantemente por toda a cidade. Para concretizar uma ação permanente, que promova uma política livre dos vícios provincianos do clientelismo e subjetivismo dos gestores, consideramos que as práticas de prêmios e editais públicos como os meios mais transparentes para o fomento da produção cultural, por isso indicamos a necessidade de:

1) Criar um programa que realize editais municipais de fomento às práticas artísticas e culturais (com valores e normativas definidas junto ao Conselho Municipal de Cultura) buscando abarcar a pluralidade dos coletivos culturais e artistas de Assis;

2) Editais que respeitem as diferenças e pluralidade cultural local, tendo como foco fortalecer e ampliar a atuação dos artistas e dos coletivos culturais, que realizam ações de impacto cultural em Assis que raramente obtiveram apoio ou fomento municipal. Editais de fomento e produção cultural que permitirão um desenvolvimento da cadeia produtiva econômica da cultura. Esses editais ampliam o leque de ações com o apoio da Prefeitura de Assis, e ao mesmo tempo reconhece a pluralidade de produtores e agentes culturais da cidade. Profissionalização da Gestão Cultural: a Secretaria Municipal de Cultura possui uma equipe de trabalho capacitada no ensino das artes e no trabalho técnico ligado aos espetáculos e as oficinas que oferecem. Contudo, fica evidente a falta de uma equipe de gestão capacitada para orientar, assessorar e auxiliar na gestão cultural do município. Durante sua história estes cargos têm sido ocupados por funcionários comissionados, o que resulta em uma falta de continuidade das ações. Desta maneira propomos:

1) Contratação por meio de concurso público de profissionais em gestão cultural para compor a equipe da Secretaria Municipal de Cultura e que recebem formação e capacitação permanente;

2) Fortalecimento de uma Agenda Cultural da cidade;

3) Participação da equipe de trabalho da Secretaria Municipal da Cultura (professores/professoras, técnicos/técnicas e oficineiros/oficineiras) no planejamento participativo anual de suas atividades e no estabelecimento das ações prioritárias para melhor atender a população assisense nos seus projetos;

4) Fortalecimento de espaços de audiências públicas e fóruns para construção e publicidade das propostas de políticas culturais permanentes;

5) Criar um Plano de Desenvolvimento Econômico da Cultura, amadurecendo sua cadeia produtiva e oferecendo melhores condições de trabalho para as/os trabalhadoras e trabalhadores do setor. De preferência, que considere ações multiprofissionais, fomentando espaços de encontros em feiras, festas e festivais.

Mapeamento da Cultura Assisense: nas últimas décadas ocorreu, através de gestões passadas, uma série de recenseamentos culturais e cadastros culturais. Contudo, esses dados se perdem na história do município, principalmente quando essas informações não são publicizadas, tornando assim referências para estabelecer políticas culturais permanentes para a cidade. Com o compromisso de democratizar essas informações e de possibilitar esse reconhecimento dos agentes culturais, dos espaços culturais e dos coletivos artísticos da cidade, indicamos que:

- 1) Seja feito esse resgate e análise dos censos e cadastros culturais realizados anteriormente pelo município de Assis, seja pela Secretaria Municipal de Cultura ou pela Fundação Assisense de Cultura;
- 2) Criar uma plataforma colaborativa que reúna informações sobre agentes, espaços, eventos e projetos culturais, fornecendo padrões e mecanismos ao poder público para cartografia da área cultural e permitindo ao cidadão um mapa de espaços e eventos culturais da região. Essa plataforma fortalece o Sistema Nacional de Informação e Indicadores Culturais do Ministério da Cultura (SNIIC) e contribui para a realização dos objetivos do Plano Nacional de Cultura. Além de incorporar nos processos públicos os princípios filosóficos do software livre, da colaboração, da descentralização e do uso aberto de dados. Todos esses princípios ampliados pela tecnologia, permitem a construção de políticas públicas pelas/pelos produtoras/produtores e abre espaço para a população conhecer e participar da produção cultural do território.

Ampliação dos Recursos: A entrada do município de Assis no Sistema Nacional de Cultura - SNC - é o passo mais seguro para oferecer condições dignas de trabalho, eficiência e desenvolvimento da cultura na cidade de Assis. Para isso compreendemos que deve ser respeitado os princípios centrais do SNC, e que os recursos da cultura devem fomentar a cadeia cultural e não ser destinado em grande parte para a manutenção ou em reformas de prédios e outros equipamentos culturais (estes gastos precisam estar separados dos valores destinados ao fomento da cultura). Para consolidar prerrogativas para o fomento da cultura, sugerimos:

- 1) Regulamentação por lei de no mínimo 1% do orçamento público municipal a ser destinado para a Cultura;
- 2) Compromisso de chegar a um orçamento de no mínimo 2%, a ser debatido no Plano Municipal de Cultura com planejamento de 10 anos para a sua efetivação;
- 3) Incluir no orçamento anual um mínimo de 1% da arrecadação para a Secretaria Municipal de Cultura e deste valor um mínimo de 15% dos recursos destinados para a Secretaria Municipal da Cultura, sejam repassados para o Fundo Municipal de Cultura estabelecer ações de fomento cultural, como: prêmios e editais;
- 4) Garantir que toda receita gerada pela estrutura da Secretaria Municipal de Cultura seja depositado no Fundo Municipal de Cultura;
- 5) Utilizar o Plano Municipal de Cultura e a orientação do Conselho Municipal de Cultura como referência para aplicação e uso dos recursos públicos destinados à Cultura;
- 6) Criação de políticas públicas de incentivo fiscal para a realização de projetos culturais, conforme institui a Lei no 99, de 10 de agosto de 1992, que precisa da devida regulamentação do Executivo Municipal;

7) Ampliar o acesso dos/das trabalhadores/trabalhadoras da cultura a linha de créditos por meio do Banco do Povo para financiar projetos de aquisição de equipamentos, de infraestrutura e contratação de ativos culturais.

Compreendemos a importância do Processo Eleitoral e do seu papel fundamental na democracia brasileira. Esta Carta de Princípios reitera a relevância das eleições para a nossa Democracia Representativa, como indica ações para fortalecimento e consolidação da cultura assisense e de uma Democracia Direta e Participativa, consolidando uma sociedade mais justa, diversificada e com igualdade de direitos.

Assinam esta Carta:

Circuito de Interação de Redes Sociais – CIRCUS

Oeste Cinema

215 REC

Ponto de Cultura Galpão Cultural

Ponto de Cultura ASCABAMA

Instituto do Negro de Assis - Zimbauê

Escola de Capoeira “Angoleiros do Sertão”

Escola de Capoeira “Os Angoleiros do Interior”

Cia de Teatro Fabricantes e Matulão

NPEC – Núcleo de Pesquisa em Expressão Corporal

Clube de Cinema Exílio

Bloco dos Malungos

Bloco do Saci

Eu Planto

Banda Vamo Vovó Big Band

Curihorta

OFF Gallery

Feira de Economia Solidária

CARTA DE PRINCÍPIOS DO GALPÃO CULTURAL

O que é o Galpão?

É uma ocupação coletiva e autogestionária que visa fomentar práticas artísticas e culturais na cidade de Assis/SP e região, desde 2006. Em 2009, tornou-se Ponto de Cultura por meio do acesso ao programa Cultura Viva, que posteriormente passou a ser uma política pública Lei Cultura Viva (13.018/2014), a qual tem como objetivo promover autonomia e participação nos processos de produção cultural.

Pra quem é?

É um espaço aberto a todas as pessoas que tenham interesse em participar e/ou propor ações artísticas e culturais. E, que estejam dispostas a corresponsabilizar-se para a sua manutenção e construção permanente.

Quem soma nessa ocupação?

Somos muitos coletivos na resistência dessa ocupação cultural, com propostas e participações diversificadas nas áreas do teatro, circo, música, hip hop, cultura popular, literatura, economia solidária, saúde mental e muito mais.

Somos também pessoas que trabalham com cultura e que atuam na perspectiva da Economia Solidária, enquanto geração de trabalho e renda. Assim, priorizamos uma rede local de consumo responsável e consciente.

Como é o espaço físico?

O Galpão é uma ocupação de um antigo prédio da Estrada de Ferro Sorocabana que ficou abandonado após a desativação da linha férrea e que volta a ter uma função social no corpo da cidade, tornando-se um território de produção e fomento às práticas artísticas e culturais. Está localizado na região central de Assis/SP, entre uma travessa e a linha férrea. Com cerca de 436 m², possui um amplo salão, sala de vídeo-projeção, biblioteca, banheiros, sala de reuniões e cozinha. Os espaços abertos ao público contam com infraestrutura e acessibilidade. Possui o Termo de Cessão de Uso em nome da Circuito de Interação de Redes Sociais - CIRCUS.

Quem faz a gestão?

O Galpão possui uma gestão coletiva e participativa. O Fórum do Galpão Cultural é o ponto de encontro para debates e reflexões, o qual se constitui como espaço de referência para o estabelecimento de acordos da gestão e organização das atividades.

Quanto custa estar aqui

Custa vida, tempo e dedicação das pessoas que vem ocupando esse espaço e tornando possível a cultura viva! Nossas contas são muito comuns, água, luz, internet, manutenção do espaço e dos equipamentos, mão-de-obra, entre outras despesas de permanência e resistência.

E quem custeia?

Deveriam compor no custeio desse espaço de cultura, a Prefeitura Municipal de Assis, o Governo do Estado de São Paulo e o Governo Federal, bem como empresas de grande porte da região. Porém, o Galpão não recebe recursos públicos e nem privados permanentemente. Todo custeio é realizado por meio da mão de obra das pessoas que ocupam e se dedicam a este espaço. A Circuito de Interação de Redes Sociais – CIRCUS, é sua principal mantenedora. Também temos uma plataforma de contribuição na qual todas as pessoas que usufruem das nossas atividades podem contribuir, ABRAÇA GALPÃO.

Como cuidar disso tudo?

Participando e estando presente, somando na construção das ações e prezando pela integridade do espaço e dos bens culturais que temos. Precisamos pôr o corpo nesse jogo, nos dispondo a realizar as tarefas mais cotidianas e essenciais como varrer, recolher os lixos, lavar os banheiros, fazer a manutenção da parte externa, entre outras tarefas que revelam o cuidado e compromisso com este espaço.

QUEM OCUPA CUIDA!